



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**

ANA CAROLINA PIMENTA

**EMPRESAS MADEIREIRAS COM CERTIFICAÇÃO FLORESTAL
E *MARKETING VERDE*: estratégias comunicacionais do Grupo
Cikel.**

Belém
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

ANA CAROLINA PIMENTA

**EMPRESAS MADEIREIRAS COM CERTIFICAÇÃO FLORESTAL
E *MARKETING VERDE*: estratégias comunicacionais do Grupo
Cikel.**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof^a. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin.

Belém

2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca do NAEA

Pimenta, Ana Carolina

Empresas madeireiras com certificação florestal e marketing verde: estratégias comunicacionais do grupo CIKEL / Ana Carolina Pimenta; orientador Rosa Acevedo Marin. – 2008.

119 f.; 29 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2008.

1. Comunicação – Amazônia – Aspectos Ambientais. 2. Planejamento da Comunicação – Amazônia. 3. Comunicação nas Organizações. 4. Rotulagem Ambiental. 5. Floresta sustentável. 6. Marketing ecológico. 7. Indústria Madeireira. I. Acevedo Marin, Rosa, orientador. II. Título.

CDD 21 ed. 674.98115

ANA CAROLINA PIMENTA

**EMPRESAS MADEIREIRAS COM CERTIFICAÇÃO FLORESTAL
E *MARKETING VERDE*: estratégias comunicacionais do Grupo
Cikel**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof^a. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin.

Aprovado em: 17 de Junho de 2008

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Orientadora - NAEA/UFPA

Prof^a. Dra. Lígia Terezinha Lopes Simonian
NAEA/UFPA

Prof. Dr. Manuel José Sena Dutra
UFPA/UNAMA

À minha família, sem a qual esta dissertação não se concretizaria.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte inesgotável de forças, responsável maior por eu ter concluído mais uma etapa em minha vida.

Aos meus pais amados, meu porto-seguro, pelo incentivo e apoio incondicionais;

Ao meu querido Pablo, companheiro de todas as horas, pela dedicação, carinho e ajuda nos momentos mais difíceis.

Ao meu doce filho Diego, que encheu minha vida de alegria, dando-me forças para realizar este trabalho.

Ao meu irmão Flávio e a Ana, que me conduziram ao Norte, mudando minha vida.

Às minhas irmãs Érica e Marina, pela força e carinho, mesmo que à distância;

Aos amigos queridos Juca e Dany, Nívia, Gleomar e Izaura, Emil, por me acolherem e tornarem-se minha família em Belém;

À Alda, pela amizade e pelas valiosas contribuições a esta dissertação;

Aos companheiros de estudo e amigos do Naea.

À professora Rosa Acevedo, pela dedicação, competência e ensinamentos.

Ao professor Juarez Pezzuti, pelas ricas discussões e contribuições teóricas;

Aos professores do Naea, responsáveis por ampliarem meu conhecimento sobre a Amazônia.

Aos amigos e familiares de Belo Horizonte que, mesmo distantes, acompanharam minha trajetória.

E a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

A partir dos anos 90, a política de gestão de florestas no Brasil passa a se pautar pelo discurso hegemônico do “desenvolvimento sustentável”. Pressionadas por ambientalistas e outros agentes sociais, as empresas são orientadas, via mecanismos de mercado, a praticarem ações menos predatórias ao meio ambiente. Com isso, as ONGs associam-se ao setor madeireiro para o desenvolvimento de um esquema de certificação florestal conhecido como Forest Stewardship Council – FSC, ou Conselho de Manejo Florestal, destinado a melhorar as práticas florestais em todo o mundo. Nesse contexto, empresas com áreas certificadas passam a preconizar o aspecto diferenciado de suas atividades, adotando o *marketing* verde como estratégia comunicacional na busca pela construção de uma imagem “sustentável” e, paralelamente, pela cooptação de um novo mercado consumidor.

Este trabalho tem o objetivo de analisar como se processa a comunicação em empresas que declaram adotar práticas de Manejo Florestal Sustentável (MFS) na Amazônia. Sob o recorte do estudo de caso único, é analisada a atuação da Cikel Brasil Verde Madeira LTDA., empresa que vem sendo apontada em diversos enunciados como verdadeiro exemplo a ser seguido. Pareceu-nos, pois, pertinente analisar algumas das operações vigentes, investigando as elaborações ideológicas acerca do discurso em torno do “*é possível preservar, produzindo*”. A escolha pelo Grupo Cikel deve-se por ser esta a maior e mais antiga empresa madeireira em atividade da Amazônia e também por ser uma das pioneiras no Brasil a ter suas florestas certificadas pelo FSC.

Amparado pelo arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso, o trabalho busca compreender o discurso formulado e propagado pelo Grupo Cikel, delineando sua identidade institucional. Na interdiscursividade materializada nos enunciados, identifica-se como se posicionam os diferentes sujeitos atuantes e como se relacionam as componentes políticas, econômicas e ideológicas que instituem e mantêm as parcerias institucionais da empresa. Ao final, é feita uma reflexão crítica em torno da visão naturalizada de que a certificação florestal seria a forma mais legítima de se alcançar o uso sustentável da floresta, revelando a debilidade do aspecto social nas políticas do FSC e das empresas como a Cikel.

ABSTRACT

In the nineties, the politics of forest administration in Brazil started to be determined by the hegemonic speech of the “sustainable” development. Pressed by environmentalists and other social agents, the companies are guided, through market influences, to reduce the predatory actions to the environment. With that, non-governmental organizations (NGO’s) joined the forest industry for the development of an outline of a forestry certification known as the Forest Stewardship Council - FSC, which is destined to improve the forest practices all over the world. In this context, companies with certified areas start to praise the differentiated aspect of its activities, adopting the green marketing as communicational strategy in the search of constructing "a sustainable" image, and in parallel, for new market choices.

This work intends to analyze the communication process in companies which adopt practices of Maintainable Forest Handling (MFH) in the Amazonian. Using a case study, we analyze the performance of Cikel Brasil Verde Madeira LTD., which is a company recognized as a true example to be followed. We thought it was pertinent to analyze some of the effective operations, investigate the ideological elaborations about the speech “it is possible to preserve, producing”. The choice for the Cikel Group is because it is the largest and oldest timber company operating in Amazonia, and because it is one of the pioneers in Brazil to have its forests certified by the FSC.

Aided by the theoretical-methodological framework of the Analysis of the Speech, this work searches for understand the formulated and spread speech by the Cikel Group, delineating its institutional identity. In the materialized interdiscursive of the statements, it is possible to identify how the different acting subjects are positioned and how they link the political, economical and ideological components that institute and maintain the institutional partnerships of the company. In conclusion, we made a critical reflection around the common vision which says that the forest certification would be the most legitimate form to get a sustainable use of the forest, what reveals the social aspect weakness in politics of FSC and companies as Cikel.

RESUMEN

A partir de los años '90, la política de gestión forestal es pautada por el discurso hegemónico del “desarrollo sustentable”. Presionadas por ambientalistas y otros agentes sociales, las empresas son orientadas, vía mecanismos de mercado, a practicar acciones menos predatorias al medio ambiente. Con esto, las ONGs se asocian al sector maderero para el desarrollo de un esquema de certificación forestal conocido como Forest Stewardship Council – FSC, el Consejo de Manejo Forestal destinado a mejorar las prácticas forestales en todo el mundo. En este contexto, empresas con áreas certificadas pasan a ponderar el aspecto diferenciado de sus actividades adoptando el *marketing* verde como estrategia comunicacional para construir una imagen “sustentable” y, paralelamente, por la cooptación de un nuevo mercado consumidor.

Este trabajo tiene el objetivo de analizar cómo se procesa la comunicación en empresas que declaran la implementación de prácticas de Manejo Forestal Sustentable (MFS) en el Amazonas. Sobre el recorte del estudio de caso único se analiza la actuación de Cikel Brasil Verde Madeira LTDA. empresa que, en diversos enunciados, es considerada como ejemplo a seguir. Nos parece, entonces, pertinente analizar algunas de las operaciones vigentes, investigando las pautas ideológicas acerca del discurso en torno de la frase “*es posible preservar, produciendo*”. Optamos por el Grupo Cikel por ser la mayor y más antigua empresa maderera del Amazonas y también por ser pionera en la certificación de sus bosques por el FSC en Brasil.

Amparado por el marco teórico-metodológico del Análisis del Discurso, el trabajo busca comprender el discurso formulado y propagado por el Grupo Cikel, delineando su identidad institucional. En la interdiscursividad materializada en los enunciados, se identifica el posicionamiento de los diferentes sujetos actuantes y la relación con los componentes políticos, económicos e ideológicos que instituyen y mantienen las cooperaciones institucionales de la empresa. Por fin, se hace una reflexión crítica en torno de la visión naturalizada de que la certificación forestal sería la forma más legítima de alcanzar el uso sustentable de los bosques, revelando la debilidad en el aspecto social de las políticas del FSC y de las empresas como Cikel.

LISTA DE SIGLAS

AD	Análise de Discurso	CCIR	Sistema Nacional Rural
CIFOR	Centro para Pesquisa Florestal Internacional (Center for International Forestry Research)	CITES	Convenção Internacional sobre a Comercialização de Espécies da Flora e da Fauna Ameaçadas de Extinção
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	DFID	Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido
EIR	Exploração de Impacto Reduzido	EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional	FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará
FFT	Fundação Floresta Tropical	GCPFC	Grupo de Compradores de Produtos Florestais Certificados
GTNA	Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia	IMAFLOA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia	INTERPA	Instituto de Terras do Pará
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia	ITTA	Acordo Internacional sobre Madeiras Tropicais
ITTO	Internacional Timber of Tropical Organization (Organização Internacional de Madeiras Tropicais)	MF	Manejo Florestal
MFS	Manejo Florestal sustentável	MMA	Ministério do Meio Ambiente
OIMT	Organização Internacional de Madeira Tropical	OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização não-governamental	P&C	Princípios e critérios
PMFS	Plano de Manejo Florestal sustentável	PNF	Programa Nacional de Florestas
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente	PWA	Precious Wood Amazônia
SCS	Scientific Certification System- Inc	SECTAM	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará
TCU	Tribunal de Contas da União	UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza	WARP	Woodworker's Alliance for Rainforest Protection
WHO	Organização Mundial de Saúde	WWF	World Wildlife Fund

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	20
2.1	ANÁLISE DO DISCURSO: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	20
2.2	COMUNICAÇÃO – UMA DISCIPLINA MULTIFACETADA	25
2.3	COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	31
2.4	ORIGENS E VICISSITUDES DO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL	37
3	IDENTIDADE INSTITUCIONAL - A CIKEL E SEU AUTO-RETRATO	44
3.1	CIKEL – CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA	44
3.2	A CIKEL POR ELA MESMA – ANÁLISE DOS ENUNCIADOS	51
3.3	A CIKEL SE DEFENDE	56
4	A CIKEL E SUAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	61
4.1	PARCERIAS INSTITUCIONAIS	61
4.2	ANÁLISE DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS E SOCIAIS DA CIKEL E SEUS PARCEIROS	64
5	CERTIFICAÇÃO FLORESTAL – PARA QUÊ E PARA QUEM?	77
5.1	CERTIFICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR	81
5.2	CERTIFICAÇÃO FLORESTAL – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OU VITRINE PRA INGLÊS VER E COMPRAR?	83
5.3	O MARKETING VERDE	90
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
7	REFERÊNCIAS	104
8	ANEXOS	110

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho insere-se em um contexto de preocupação mundial quanto ao papel das empresas madeireiras em relação ao meio ambiente e à sociedade. Devido à crescente exigência de diversos atores sociais, tais empresas vêm sendo impelidas a promover ações sócio-ambientais, redefinindo, pois, suas estratégias comunicacionais. Muitas dessas ações não ultrapassam os limites do *marketing verde*¹, outras, porém, redefinem um novo perfil para os grupos que as executam, tornando-os não somente agentes econômicos, mas também agentes sociais.

Tendo por base as múltiplas facetas que a comunicação pode assumir, sobretudo no que tange à interface com diferentes categorias, nomeadamente mercado e sociedade, buscou-se investigar como se processa o fazer comunicativo em empresas que declaram adotar práticas de Manejo Florestal Sustentável (MFS) na Amazônia. Sob o recorte do estudo de caso único, este trabalho apresenta a relação da empresa Cikel Brasil Verde Madeira LTDA. com seus diversos públicos de interesse, bem como as distintas percepções geradas junto a diferentes atores sociais ligados – direta ou indiretamente - ao grupo.

São abordados, assim, os aspectos sociais relacionados às áreas florestais do grupo Cikel certificadas pelo Forest Stewardship Council (FSC) ou Conselho de Manejo Florestal (em português). Aqui, o desafio imposto foi discernir se as estratégias de comunicação utilizadas pela empresa realizam-se somente no campo da propaganda institucional, da transmissão de mensagens ecologicamente corretas, ou se buscam a interação-ação com os diversos agentes sociais locais. Em outras palavras, buscamos identificar se, para a empresa, a comunicação é concebida de maneira eminentemente instrumental ou se é algo processual, baseado em valores sociais.

Embora o Grupo Cikel esteja no mercado há 30 anos, é enfatizado o período datado a partir de 1999, quando a empresa decidiu pela certificação florestal do FSC, até os dias atuais. Este marco temporal é feito justamente por representar uma mudança paradigmática em sua dinâmica empresarial, quando o grupo passa a incorporar novos

¹ Termo referente aos instrumentos mercadológicos e publicitários utilizados para explorar os benefícios ambientais proporcionados por um produto. A temática será tratada em capítulo posterior.

valores de mercado. É a partir deste momento que a empresa passa a se apresentar com o discurso da “sustentabilidade” social, ambiental e econômica.

Optou-se por partir de indagações iniciais e, nas respostas encontradas, crê-se, reside o arcabouço deste estudo. Como problemática central, temos: *as estratégias comunicacionais do Grupo Cikel atendem aos objetivos de um projeto de desenvolvimento sustentável?* Outras questões, derivadas da primeira, são suscitadas: *a comunicação adotada pela empresa atende aos princípios de transparência, respeito e convivência com as comunidades que vivem próximas às unidades florestais certificadas? Quais os discursos que constroem a identidade institucional da Cikel? Como se configura a retórica da sustentabilidade da atividade madeireira, sob a égide da certificação florestal?*

O esforço por encontrar as respostas para essas questões pode ser atribuído à própria formação acadêmica da autora desta dissertação, como jornalista, e de sua atuação profissional em trabalhos ligados à promoção do desenvolvimento sustentável, o que, na verdade, revelou as limitações e os desafios impostos aos comunicadores quando chamados não somente a convencer ou informar, mas gerarem processos de comunicação, de debate e de mudanças.

A experiência profissional forneceu, ainda, vestígios sobre como a comunicação tem sido subjugada em programas com discursos pró-sustentabilidade na Amazônia e como isso tem se refletido negativamente em suas ações. O que se percebe é a comunicação concebida meramente como uma “divulgadora” de eventos e ações, sem dar sentido aos mesmos. Assim, o trabalho avançou no sentido investigar se há algum tipo de planejamento na esfera das estratégias comunicacionais do Grupo Cikel ou se o que ocorre são ações superficiais e desvinculadas de sentido, o que redundaria em um típico caso de *incomunicação*² (ENZESBERGER, 1979).

O estudo bibliográfico inicial partiu da pesquisa sobre as novas técnicas e práticas de manejo florestal na Amazônia e da atuação do FSC no Brasil. Dessa forma, foi permitido inferir que o manejo florestal sustentável é aceito hoje como a alternativa

² Em sua análise, Enzensberger (1979) afirma que a diferenciação técnica entre transmissor e receptor reflete a contradição básica entre classes dominadoras e dominadas. A transformação de um meio de difusão unilateral em meio de comunicação segundo o autor é evitada por razões meramente políticas.

mais viável e justa para explorar a madeira nas florestas tropicais, de acordo com a grande maioria dos especialistas do setor, e que as áreas certificadas pelo FSC já são uma realidade na Amazônia e apontadas, quase sempre, como modelos de exploração. Pareceu-nos, pois, pertinente analisar algumas das operações vigentes, investigando as elaborações ideológicas acerca do discurso em torno do “*é possível preservar, produzindo*”.

O FSC é uma organização não-governamental que sustenta como objetivo promover o manejo das florestas do mundo de forma sustentada, o que é buscado através do estabelecimento de um padrão Princípios e Critérios (P&C) (Anexo A). Tais pressupostos teóricos reconhecem que, para se consolidar o MFS como prática cotidiana e permanente, faz-se necessário a promoção da pesquisa e o desenvolvimento de técnicas gerenciais e silviculturais adequadas. Os princípios ainda apregoam que as empresas com certificação devem investir em estratégias de comunicação que busquem a conscientização e a adesão da sociedade em torno das questões referentes ao MFS, bem como “manter ou ampliar, em longo prazo, o **bem estar social e econômico dos trabalhadores florestais e das comunidades locais**”. (Princípio 4. Relações comunitárias e direitos dos trabalhadores. FSC Brasil. Grifo nosso).

Assim, a responsabilidade das empresas com florestas certificadas, pelo menos em nível teórico, vai além do atendimento às exigências legais e aos regulamentos associados. Empreendimentos que seguem as recomendações previstas pela FSC necessitariam demonstrar o seu comprometimento com as causas sociais e com a proteção ambiental. A busca pela sustentabilidade na exploração madeireira demandaria, também, a conscientização e a mobilização de diferentes esferas sociais com vistas a reconhecerem seus direitos e deveres, envolvê-las nos objetivos pretendidos e a fazerem se sentir co-responsáveis pelo bom desempenho das atividades propostas.

A partir daí, a curiosidade e o desejo pela investigação nos conduziram a estudar a atuação da Cikel, empresa que vem sendo apontada em diversas construções discursivas advindas de multi-setores tais como ONG's, órgãos governamentais e mídia, como verdadeiro exemplo a ser seguido. A escolha pelo Grupo Cikel deve-se por ser esta a maior e mais antiga empresa madeireira da Amazônia em atividade e

também por ser uma das pioneiras no Brasil a ter suas florestas certificadas pelo FSC. Por meio da análise de entrevistas e de um corpus metodologicamente definido, intentou-se compreender o jogo simbólico que tem levado à construção de um quase consenso em torno da certificação florestal e, paralelamente, da Cikel. Procurou-se também levantar vozes dissonantes aos discursos repetidamente produzidos.

Quando a Cikel propaga que sua *visão/missão* é “**Ser referência mundial em soluções sustentáveis**”³, procurou-se investigar as elaborações ideológicas deste discurso, o que a empresa sustenta como *soluções sustentáveis*. Ao analisarmos o discurso de responsabilidade social e ambiental do grupo Cikel, esquadrinhou-se os falantes em jogo e as relações de poder aí superpostas. Tarefa complicada se considerarmos que este poder é oculto, reside onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais ignorado, portanto, reconhecido.

Partiu-se do pressuposto de que todo texto articula discursos particulares, vinculados a projetos singulares de intervenção no mundo, e de que, portanto, não existe neutralidade na prática discursiva. Tendo em vista isso, buscou-se discernir se as empresas detentoras do chamado “selo verde” têm, de fato, compromisso com desenvolvimento sustentável da Amazônia, como preconizam os discursos dominantes, ou se suas atuações apenas vêm reproduzindo os continuados padrões de desigualdade social na região.

Para compreender o jogo interacional e ideológico, bem como as regulações de poder e de saber inerentes ao nosso objeto, optou-se em adotar a Análise do Discurso (AD) como disciplina auxiliar. Amparado principalmente pelo esteio teórico de autores que seguem a Escola Francesa, pela qual a análise enunciativa ou discursiva realiza-se além da interpretação, da análise do sentido ou do conteúdo, o trabalho esforça-se em desvelar os mecanismos discursivos presentes nos processos de enunciação referentes ao Grupo Cikel e à certificação florestal. Para tanto, destaca-se três encadeamentos de análise: a *Cikel por ela mesma* - a *Cikel por suas relações institucionais* - a *Cikel frente ao mercado e a sociedade*.

Em Foucault, a Análise do Discurso destina-se a desvendar os sentidos, as possibilidades de dizer e de fazer que atravessam as coisas ditas; sua análise realiza-se

³ A visão e a missão institucionais da Cikel estão presentes no website <www.cikel.com.br> e em folders promocionais da empresa.

no nível dos enunciados já ditos. Ela visa descrever aquilo que é efetivamente dito, mas do ponto de vista da sua existência: visa descrever “*modalidades de existência*”, definir um conjunto de “*condições de existência*” do discurso. Foucault (1972, p.144) parte da premissa de que “[...]de uma maneira ou de outra, as coisas ditas dizem muito mais do que elas próprias[...]” e que “[...]um mesmo conjunto de palavras pode dar lugar a vários sentidos, e a várias construções possíveis[...]”.

Assim, esta dissertação engendra-se pela busca em reconhecer os traços/marcas presentes nos enunciados a respeito do nosso objeto, de modo a mapear as condições de existência dos discursos produzidos. Identifica-se, pois, os sujeitos que participam da disputa, as percepções de mundo de cada um, as diferentes imagens presentes, o consenso e o dissenso perpetrados nas práticas sociais, entre outros elementos.

Para compreender essas complexidades, recorreremos ao conceito de *formação discursiva*, utilizada essencialmente na Escola Francesa e introduzida por Pêcheux na análise do discurso. O autor preconizava que toda “*formação social*”, passível de se caracterizar por uma certa relação entre classes sociais, implica na existência de “*posições políticas e ideológicas, que não são o feito de indivíduos, mas se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação*” (PÊCHEAUX *et al.*, 1990, p.102).

Os pressupostos teórico-metodológicos desta dissertação estão ancorados também nas noções sobre heterogeneidade enunciativa. Segundo Maingueneau (1989), o que define a heterogeneidade do discurso é a relação que se dá entre a identidade de uma dada formação discursiva com outras formações discursivas através das quais ela constrói sua identidade. A heterogeneidade se divide em dois planos a serem observados em uma análise: a *heterogeneidade mostrada*, “[...]que incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação[...]”, e a *heterogeneidade constitutiva*, “[...]que não é marcada em superfície, mas que a Análise do Discurso pode definir, formulando hipóteses, através do interdiscurso, a propósito da constituição de uma formação discursiva[...]” (MAINGUENEAU, 1989, p.75).

Um dos primeiros pontos a considerar, em se tratando da análise, é a constituição do corpus.

Inicia-se o trabalho de análise pela configuração do corpus, delineando-se seus limites, fazendo recortes, na medida mesma que se vai incidindo um primeiro trabalho de análise, retomando-se conceitos e noções, pois a AD tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise. Esse procedimento dá-se ao longo de todo o trabalho (ORLANDI, 2000, p.67).

Seguimos a orientação de Orlandi (2000) na qual a delimitação do corpus não segue critérios empíricos (positivistas), mas teóricos. Para a construção do nosso material empírico, foram selecionadas 50 matérias jornalísticas⁴, de distintos veículos não especializados, compostas por discursos sobre a certificação florestal na Amazônia. Destas, fez-se novo recorte e optou-se por trabalhar com 13 delas (Ver Anexo B). Foram analisadas matérias publicadas a partir de 2001 (ano em que a Unidade de Manejo da Fazenda Rio Capim foi certificada) até março de 2008. Analisamos também aquelas presentes nos jornais institucionais da Cikel: “Cikel em ação” e “Informe Social”⁵. O primeiro - destinado a funcionários das distintas unidades da empresa – e o segundo – destinado à população de Goianésia do Pará (município vizinho à Fazenda Rio Capim). Investigamos as 10 edições publicadas do “Cikel em Ação”, partindo do número 1, data de maio de 2006 até a referente ao mês de janeiro de 2008.

A opção pela análise de matérias jornalísticas, explica-se por ser o jornalismo um campo que reflete um esforço de construção da realidade, tendendo a estabelecer um sentido imediato do mundo. Considerando o texto jornalístico um texto polifônico, buscamos identificar as distintas vozes presentes no fazer discursivo e as marcas que nos permitem entender o processo de enunciação acerca do nosso objeto. Importante destacar, também, que as matérias encontram-se editadas e sublinhadas pela autora do presente trabalho. Buscou-se suprimir informações já contidas no corpo desta dissertação ou aquelas consideradas irrelevantes para a análise. Os grifos destacam paráfrases e polissemias analisadas.

⁴ A escolha pelos jornais em questão, deveu-se pelo fato de serem os veículos não especializados com maior ocorrência de matérias relacionadas ao objeto de estudo.

⁵ O “Informe Social” só teve duas edições publicadas, referentes aos meses de agosto e setembro de 2007, mas não teve continuidade, segundo a própria jornalista do grupo Cikel, Karen dos Anjos, por falta de colaboradores no envio de pautas em Goianésia do Pará.

Foram analisados, também, materiais promocionais do Grupo Cikel, tais como o site institucional, *folders* publicitários destinados ao público consumidor, e um pequeno informativo, veiculado sob a forma de encarte do “Cikel em ação” denominado “Cikel : Responsabilidade Ambiental – Reciclagem e Coleta Seletiva”.

Optou-se também por entrevistar pessoas-chave (Anexo B) ligadas ao objeto de estudo. Ao todo, foram realizadas 14 entrevistas com atores ligados à temática, com diferentes pontos de vistas em relação à certificação florestal do FSC e à Cikel. Buscou-se, dessa forma, “conectar a referência do discurso ao seu falante”, um falante que tem um interlocutor que também é locutor e ouvinte, este e aqueles envolvidos num processo que constitui a linguagem como comunicação (RICOEUR, 1976 apud DUTRA, 1999). Assim, o texto oral também foi um objeto de nossa análise.

A técnica escolhida foi a da entrevista não-estruturada, sem nenhuma pergunta pré-determinada, em que o interlocutor é motivado a falar livremente sobre hipóteses que o pesquisador deseja testar. Sbarra atesta que este tipo de entrevista é “muito útil para identificar as percepções, crenças, motivações ou planos dos entrevistados, por possuir maior liberdade de expressão e flexibilidade para obtenção de informações” (SBARRA, 2007, p.109). Nesta etapa, três momentos merecem destaque: a entrevista com o jornalista Carlos Mendes, severo crítico da atuação da Cikel na Amazônia e autor da maioria das matérias aqui analisadas, a entrevista com a jornalista Ruth Rendeiro, entusiasta declarada da certificação florestal e defensora da Cikel e, por fim, a entrevista com o jornalista e sociólogo Lúcio Flávio Pinto, reconhecido por analisar criticamente os principais conflitos da região amazônica, como a grilagem de terra, a exploração ilegal de madeira e a conivência do Judiciário com esses delitos.

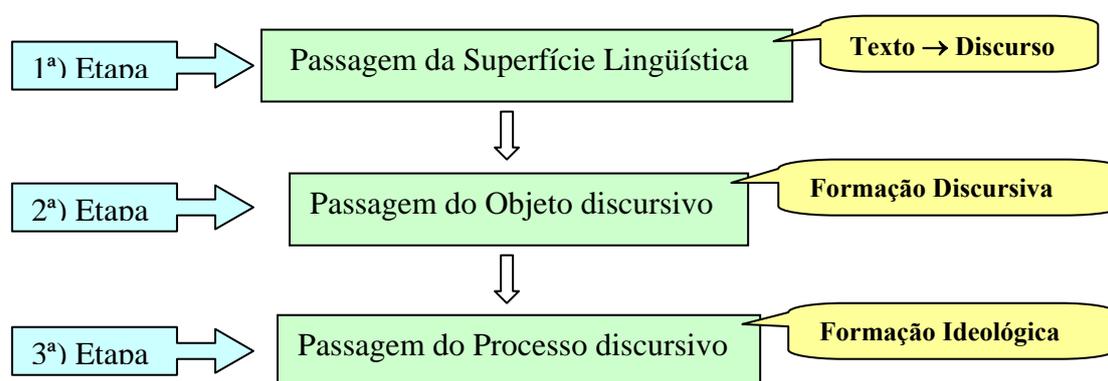
A escolha pelo material selecionado deve-se, sobretudo, por ser composto por diferentes gêneros textuais marcados pela polifonia, fenômeno explicado por Maingueneau (2006) como a presença de vozes ou de várias falas no texto e um dos mecanismos da heterogeneidade presente no discurso (Anexo C). Assim, distinguimos os textos de acordo com suas perspectivas de enunciação dominantes e origem dos locutores. Vejamos:

- a) Sub-grupo 1: matérias e artigos jornalísticos envolvendo perspectivas discursivas favoráveis à atuação da Cikel e à certificação florestal. Composto por 7 matérias;

- b) Sub-grupo 2: matérias e artigos envolvendo discursos desfavoráveis à atuação da Cikel e às atividades do FSC. Composto por 6 matérias;
- c) Sub-grupo 3: textos institucionais produzidos por locutores pertencentes ao quadro institucional da Cikel e veiculados em jornais internos, *website* da empresa e na grande imprensa.

Mesmo sabendo que “o levantamento exaustivo e a classificação das marcas de heterogeneidade representam uma tarefa perigosa, talvez impossível” (MAINGUENEAU, 1989, p.76), buscamos identificar, dentro das limitações inerentes à AD, um conjunto de mecanismos que nos permitiu levantar: a) os principais locutores⁶ e enunciadores (pontos de vista) dos discursos em questão; b) a posição assumida pelo locutor em relação aos pontos de vista, c) os pontos de vista com os quais o locutor se identifica e aprova e aqueles aos quais ele se opõe.4) análise das relações argumentativas em função de uma conclusão que se deseja chegar.

O dispositivo e os procedimentos metodológicos seguem o esquema proposto por Orlandi (2000; Fluxograma 1), no qual a análise se realiza por etapas que correspondem à noção de funcionamento como central e têm, como seu correlato, o percurso que nos faz passar do texto ao discurso, no contato com o corpus. Elas estão, de acordo com a autora, assim dispostas em sua correlação:



Fluxograma 1. Esquema baseado nas etapas da análises de discurso, segundo Orlandi (2000, p. 7).

⁶ Maingueneau (1989) descreve o locutor como um ser que no enunciado é apresentado como seu responsável.

O primeiro capítulo desta dissertação discorre sobre a opção metodológica desta dissertação pelo dispositivo analítico da Análise do Discurso, aprofundando algumas questões relevantes para a compreensão do procedimento metodológico deste trabalho. Também traz reflexões sobre o universo conceitual da comunicação social, perfazendo breve histórico da disciplina e suas possíveis abordagens. Partimos, principalmente, das contribuições de Freire (1969) e Mattelart (1981) acerca da comunicação enquanto prática de diálogo e transformadora da realidade; das teorizações de Bordenave (1979) sobre o “Planejamento da Comunicação”; das reflexões sobre o processo de “Mobilização Social” propostas por Toro e Werneck (1997); da “Comunicação para Mudança Social” descrita por Dagrón (2004) e da análise de Beltrán (2001) sobre a dinâmica do desenvolvimento e da comunicação social na América Latina. O Manejo Florestal Sustentável, importante pilar teórico da certificação florestal, também será discutido. Aqui, o objetivo é buscar amenizar o excesso de compartimentalização e o demasiado tecnicismo com que é tratado tal assunto.

No segundo capítulo, intitulado “**Identidade Institucional - A Cikel e seu auto-retrato**”, destacamos, como o próprio título sugere, como se constrói a identidade institucional, aqui entendida como soma total de todas as formas de expressão por parte da empresa para oferecer conhecimentos de sua natureza. Foi traçado um histórico da Cikel e analisado alguns enunciados cujos locutores são pertencentes ao quadro institucional da empresa.

“**A Cikel e suas relações institucionais**” é a temática abordada no terceiro capítulo desta dissertação. Aqui, serão analisados como se engendram as relações da Cikel com outras instituições. As componentes políticas, econômicas e ideológicas que fundam e mantêm parcerias e que se refletem nas formações discursivas em jogo. Para tanto, nos valem do pensamento de Bourdieu (1989) sobre o poder simbólico “*quase mágico*” imputado à linguagem - línguas, discursos, meios de comunicação e suas mensagens, padrões culturais, condutas -, que mostra a vinculação da comunicação no processo de produção simbólica, não apenas na dimensão instrumental de mediadora, mas como reflexo das estruturas simbólicas que estão condicionadas às dimensões do contexto social. Ao longo do capítulo, serão analisados enunciados cujas vozes partem de instituições tais como órgãos governamentais, ONG’s e da própria imprensa.

O quarto capítulo, sob o título de “**Certificação Florestal – para quê e para quem?**”, destina-se a identificar os elementos da prática social que defende a chamada “vocação florestal” da Amazônia, bem como identificar quais enunciados, e de quais maneiras, instauram e sustentam a visão naturalizada de que a certifica o florestal seria a mais legítima forma de se alcançar o uso sustentável da floresta. Buscamos descrever com maior profundidade o conceito de *marketing verde* e o que está por trás deste “mercado ecológico”. Ainda buscamos apontar a debilidade do aspecto social nas políticas do FSC e das empresas como a Cikel. Com esse propósito, serão bastante úteis as reflexões acerca do desenvolvimento sustentável, da mercantiliza o da natureza e *comoditiza o* da floresta amazônica de Porto-Gonçalves (2002, 2006) e da socióloga Andréa Zhouri (2006).

Nas considera es finais, os encadeamentos esquadrihados são novamente reunidos e tratados holisticamente. Por meio das marcas encontradas nos discursos analisados, formulamos um capítulo reflexivo no qual inter-relacionamos os posicionamentos ideológicos, os jogos de poder e o status dos sujeitos interlocutores implicados no processo de certifica o de florestas e de demarca o da Cikel como empresa-modelo.

2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

2.1 ANÁLISE DO DISCURSO: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Desenvolvimento sustentável, consumo verde, manejo sustentado, responsabilidade ambiental... são termos recorrentes nas práticas discursivas das empresas com áreas florestais certificadas, como a Cikel. Tais enunciados refletem uma aparente preocupação com a realidade social e, sobretudo, com o meio ambiente em que estão inseridas. Estudar, pois, como se dá efetivamente essa intervenção, ultrapassando os limites discursivamente construídos é o grande desafio a ser superado. Para tanto, partimos dos dispositivos teórico-analíticos da Análise do Discurso e da conduta do analista.

O que se espera do dispositivo do analista é que ele lhe permita trabalhar não numa posição neutra, mas que seja relativizada em face da interpretação: é preciso que ele atravesse o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito. Esse dispositivo vai assim investir na opacidade da linguagem, no descentramento do sujeito e no efeito metafórico, isto é, no equívoco, na falha e na materialidade (ORLANDI,2000, p.61).

A AD está, portanto, relacionada com os gêneros de discurso - termo referente aos dispositivos de comunicação sócio-historicamente definidos, tais como os fatos diversos, o editorial, a consulta médica, o interrogatório policial - trabalhados nos setores do espaço social (uma empresa, por exemplo) ou nos campos discursivos (ambiental, político, científico...). Maingueneau (2006, p.13) define esse tipo de análise como a “[...] disciplina que, em vez de proceder a uma análise lingüística do texto em si ou a uma análise sociológica ou psicológica de seu ‘contexto’, visa a articular sua enunciação sobre um certo lugar social.[...]”.

Para Foucault (1972), a análise do campo discursivo deve ser orientada para compreender o enunciado nas particularidades de seu acontecimento, determinar as condições de sua existência, estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado e mostrar que cada enunciado ocupa um lugar que nenhum outro poderia ocupar.

Assim, a AD parte do pressuposto que a linguagem não se dissocia da interação social. Segundo Orlandi (2000), os sentidos e os sujeitos se constituem em processos

permeados pelo trabalho da ideologia e do inconsciente, em que há transferências, jogos simbólicos dos quais não há como controlar. Bourdieu (1989, p.9) assinala que tais sistemas simbólicos são “denunciadores” de uma relação de poder e que, só “denunciam” essa relação porque são por ela definidos. Para o autor, esses elementos simbólicos, como instrumentos de conhecimento e comunicação, “[...]só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados[...]”. Mais ainda:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de **instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação**, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, [...] para a ‘domesticação dos dominados’ (BOURDIEU, 1989, p. 11. Grifo nosso).

Infere-se, pois, que, do ponto de vista discursivo, as manifestações lingüísticas não representam algo já dado, cristalizado, são partes de uma construção sócio-histórica que evidencia a porosidade existente nos limites entre o lingüístico e o extralingüístico. Para compreender como estes limites se relacionam, faz-se necessário distinguir texto de discurso, o que, por sua vez, leva à distinção existente entre autor e sujeito.

Orlandi (2000) explica que os textos são unidades complexas, constituem um todo que resulta de uma articulação de natureza lingüístico-histórica. Para a autora, todo texto é heterogêneo: quanto à natureza dos diferentes materiais simbólicos (imagem, som, grafia); quanto à natureza das linguagens (oral, escrita, científica, literária, narrativa); quanto às posições do sujeito. Além disso, podemos considerar essas diferenças em função das formações discursivas: em um texto não encontramos apenas uma formação discursiva, pois ele pode ser atravessado por várias formações discursivas que nele se organizam em função de uma dominante.

O discurso, por sua vez, é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito. O sujeito se subjetiva de maneiras diferentes ao longo de um texto. O discurso sobre a Cikel, por exemplo, se constitui de uma dispersão de textos: os dos proprietários, dos colaboradores (funcionários), dos parceiros institucionais, dos meios de comunicação, textos do judiciário e outros. Daí que Maingueneau (1984), retomando Foucault (1969), dirá que o discurso é uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas.

Outra distinção imprescindível a ser feita é aquela existente entre o real e o imaginário.

O que temos, em termos de real do discurso, é a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição, constitutivas tanto do sujeito quanto do sentido. De outro lado, no nível das representações, temos a unidade, a completude, a coerência, o claro, o distinto, a não contradição, ou seja, a instância do imaginário (ORLANDI, 2000, p.71)

Já a autoria pode ser entendida como a função discursiva do sujeito, responsável pela unidade e coerência do que diz. Orlandi (2000, p.71) explica que “[...] o sujeito precisa passar da multiplicidade de representações possíveis (exterioridade) para a organização dessa dispersão (interioridade) num todo coerente, apresentando-se como autor[...]”.

Podemos dizer então que a autoria é a dimensão do sujeito mais afetada pelo contato com o social e com as coerções (exterioridade), e, por isso, submete-se mais às regras das instituições e às exigências de coerência, não contradição, responsabilidade, conhecimento das regras textuais, originalidade, clareza. Essas exigências têm uma finalidade: elas procuram tomar o sujeito visível (enquanto autor) com suas intenções, objetivos, direção argumentativa. Um sujeito visível é calculável, identificável, controlável.

Feitas as devidas distinções, partimos para nosso método de análise baseado no modelo proposto por Orlandi (2000). Nosso ponto de partida é o tratamento de análise superficial do nosso corpus, tornando o mesmo objeto “de-superficializado” (ORLANDI, 2000, p. 65). Essa constitui a primeira etapa da análise do discurso, segundo a autora. Isso porque o texto é tratado em sua materialidade lingüística: *o como se diz, o quem diz, em que circunstâncias*. Isso só pode ser observado em função de formações imaginárias, no nosso caso, as imagens que temos da empresa estudada, em suas relações de sentido e de forças, de que lugar fala “X”, “Y”, através dos vestígios sintáticos (adjetivos, substantivos, verbos e advérbios) que deixam no fio do discurso. Nas palavras de Orlandi (2000), baseadas em Pêcheux (1975), a primeira fase é explicada da seguinte forma:

O objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista e para se chegar a ele é preciso, numa primeira etapa de análise, converter a superfície lingüística (o corpus bruto), o dado empírico, de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, um objeto lingüisticamente de-superficializado, produzido por uma primeira abordagem analítica que trata criticamente a impressão de “realidade” do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, idéias e coisas (ORLANDI, 2000, p.66).

Na segunda etapa, é levantado, a partir do material bruto analisado, um objeto discursivo em que se considera o que é dito nesse discurso e que está dito em outros, em outras condições, afetados por diferentes memórias discursivas. Dessa forma, trabalhamos em consonância com as idéias foucaultianas, incidindo no nível das palavras, do que foi dito. Com esse movimento de análise, busca-se desfazer os efeitos da ilusão de que aquilo que foi dito só poderia ser dito daquela maneira.

Num terceiro momento, o objeto discursivo é transportado para o nível do processo discursivo, passando-se do delineamento das formações discursivas para sua relação com a ideologia, o que permite compreender como se constituem os sentidos desse dizer, no nosso caso, desse discurso da e sobre a Cikel. Trata-se de observarmos a rede de filiações de sentido e suas relações desenhadas pela ideologia, o compromisso desse dizer com a memória discursiva em torno do discurso do “desenvolvimento sustentável”, como um efeito que “[...]os próprios locutores podem até mesmo desconhecer mas que está lá em sua eficácia[...]" (ORLANDI, 2000, p.67).

A terceira etapa descrita por Orlandi (2000) consiste no reconhecimento de que a formação discursiva é o lugar de constituição do sentido, pois as palavras, expressões, proposições mudam de seu valor semântico segundo as posições mantidas pelos que as empregam.

Uma mesma palavra, na mesma língua, significa diferentemente, dependendo da posição do sujeito e da inscrição do que diz em uma outra formação discursiva. O analista deve poder explicitar os processos de identificação em sua análise: falamos a mesma língua, mas falamos diferente. Se assim é, o dispositivo que ele constrói deve ser capaz de mostrar isso. Esse dispositivo deve poder levar em conta ideologia e inconsciente assim considerados (ORLANDI, 2000, p. 60).

Assim, a formação discursiva vai determinar quem pode em dado contexto histórico, social e político, "[...]abraçar uma causa; assumir uma responsabilidade; e tomar uma posição[...]" pois "em análise do discurso, se considera que o que decide é o *lugar do qual ele fala* em relação aos diferentes lugares de uma formação social" (ORLANDI, 1988). Em outras palavras, os processos parafrásticos são, portanto, aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória.

Em resumo, entre os componentes das condições de leitura estão os sujeitos (autor e leitor), a ideologia, os diferentes tipos de discurso, a distinção entre a paráfrase (que

procura repetir o que o autor disse) e a polissemia (que atribui múltiplos sentidos ao texto). Podemos dizer assim que o discurso hegemônico é aquele que se constrói pela paráfrase, o que o faz possível e legítimo. E isto implica em compreender a formação discursiva a partir do pré-constituído e referencial. Ou seja, o discurso não nasce no sujeito (locutor), ele é retomado a partir de uma memória (lembrada ou esquecida), de referenciais pré-constituídos.

A paráfrase representa, assim, o retorno aos mesmos espaços do dizer. “Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado”. (ORLANDI, 2000. p.36). Uma família parafrástica se constituirá com base numa estabilidade referencial. É assim que podemos compreender a relação entre a formação discursiva e a constituição do sentido e do enunciado repetível. O discurso parafrástico seria então aquele que, mesmo proferido por vários locutores e através de múltiplos textos, reafirmaria um sentido, pois, usando uma definição de Maingueneau (2000, p.56) “[...]há um sistema de regras que define a especificidade da enunciação: há uma dispersão de textos, mas o seu modo de inscrição histórica permite defini-la como um espaço de regularidades enunciativas[...]”.

Cabe ressaltar que uma formação discursiva não é una, mecânica e monolítica. Ao contrário, é dividida e heterogênea e, conforme diz Orlandi (1988), há um deslocamento contínuo em suas fronteiras, em função das jogadas do embate ideológico e dos confrontos político-sociais. Apesar desse movimento constante, sempre será possível se construir um discurso mais aceitável, previsível, repetível, legítimo, na voz de cada falante e/ou no entendimento da maioria dos receptores, o que, neste caso, o caracterizaria como discurso hegemônico, aquilo que chamamos nessa dissertação de tentativa de construção de um consenso. Sobre a busca pela hegemonia do discurso, Pinto diz:

É por meio dos textos que se travam as batalhas que, no nosso dia-a-dia, levam os participantes de um processo comunicacional a procurar ‘dar a última palavra’, isto é, a ter reconhecido pelos receptores o aspecto hegemônico do seu discurso (PINTO, 1999, p.24).

Abaixo, apresentamos e desenvolvemos outros aportes teóricos pertinentes para o estudo destas batalhas cotidianas. Partimos das reflexões sobre o universo conceitual da comunicação social, relacionando-as às temáticas debatidas por esta dissertação. O Manejo Florestal Sustentável, importante pilar teórico da certificação florestal, também

será discutido. De acordo com Porto-Gonçalves (2002, p.139), a questão ambiental é mais que um campo interdisciplinar, “[...] pois nela se entrecruzam o conhecimento técnico-científico; as normas e os valores; o estético-cultural, regidos por razões diferenciadas, porém não dicotômicas [...]”. Aqui, o objetivo é buscar amenizar o excesso de compartimentalização e o demasiado tecnicismo com que é tratado tal assunto.

2.2 COMUNICAÇÃO – UMA DISCIPLINA MULTIFACETADA

Falar de comunicação e, sobretudo, defini-la, não é algo fácil. Este complexo objeto é capturado teoricamente por conceitos como conversação, experiência, interpretação, técnica, linguagem, interação, mediação, prática civil/pública, produção de sentido, construção da realidade, conhecimento científico, senso comum, narrativa, relação etc; enfim, todos esforços voltados para apreender o estatuto do conhecimento comunicacional.

Em torno da comunicação, e como resultado dos esforços de conhecê-la, começam a surgir estudos, teorias. Fenômeno empírico com tantas facetas, a comunicação provoca múltiplos olhares e seu estudo suscita a contribuição de várias disciplinas, atravessa fronteiras já estabelecidas, promove migrações conceituais, colagens, justaposições. Acerca das conseqüências ocasionadas por tamanha complexidade, França (2001, p.51) afirma que “[...]O resultado dessa composição nem sempre é adequado, é verdade – mas é suscitador de novos sentidos[...]”.

Numa transposição temporal, encontramos, já na Grécia Antiga, os sofistas preocupando-se com a comunicação (embora não nomeada desta maneira) ao fazerem o uso das palavras e ensinando a arte do discurso. Os filósofos, por sua vez, reivindicavam a discussão organizada de homens racionais. Platão realça a importância do discurso que busca a verdade, distinguindo-o da retórica. Para Aristóteles, a retórica é a busca de todos os meios possíveis de persuasão. Cabe lembrar que o primeiro modelo histórico da comunicação foi apresentado por este filósofo, na sua obra *Arte Retórica*, durante o século IV a.C. Segundo as idéias aristotélicas, para se estudar, compreender e cultivar a retórica há que olhar para três elementos essenciais do processo de comunicação: a) **A pessoa que fala (*locutor*)**; b) **O discurso que faz**; e c)

A pessoa que ouve. Esta abordagem traduz a essência de qualquer modelo posterior do processo de comunicação: **Emissor - Mensagem – Receptor.**

Não obstante, estudos específicos sobre o fazer comunicativo, ou sobre os meios de comunicação, datam do início do século XX, em meio a profundas transformações políticas, econômicas e sociais do período. São contemporâneos ao desenvolvimento vertiginoso das técnicas; à institucionalização e profissionalização das práticas; às novas configurações espaço-temporais que se estabelecem na esfera da nova realidade comunicativa.

A partir de 1930, nos Estados Unidos, começa a se desenvolver um tipo de pesquisa voltada para os meios de comunicação de massa, seus efeitos e funções. E são estes estudos, conhecidos como *mass communication research*, que seriam considerados um marco na teoria da comunicação. Tendo como precursores Paul Lazarsfeld, Harold Lasswell, Kurt Lewin e Carl Hovland, tais pesquisas estavam intimamente ligadas a motivações de ordem econômica e política: por um lado, a necessidade de se criar e ampliar mercados consumidores, por outro, de se aperfeiçoar as técnicas de persuasão e intervenção.

O cientista político Harold Lasswell (1948)⁷ apresentou o segundo modelo do processo de comunicação que encontramos na história. De algum modo, o modelo propõe a idéia de que a iniciativa de um ato comunicativo é sempre do emissor e que os efeitos ocorrem unicamente no receptor, quando, na verdade, trata-se de um processo que não tem início bem definido e emissores e receptores se influenciam mutuamente. Lasswell sustentou que uma forma de descrever um ato de comunicação é responder a cinco questões:

Quem? – Diz o Quê? – Em que Canal? – A Quem? – Com que Efeitos?

O modelo de Lasswell é claramente funcionalista, “[...]pois atomiza e articula em vários segmentos *funcionais*, objetivados, o fenômeno da comunicação, propondo,

⁷ A despeito de terem sido desenvolvidos outros trabalhos no referido período, optamos, aqui, por destacar os estudos de H. Lasswell, por terem originado um modelo que se tornou quase um paradigma da área.

conseqüentemente, vários campos de estudo[...]” (SOUSA, 2005. p. 81). Assim, o esquema mereceu várias críticas quanto ao seu caráter mecânico e unilateral. Criticava-se, por exemplo, que o modelo de Lasswell é linear, quando o processo de comunicação é complexo; que é um modelo redutor, já que não dá conta de várias variáveis, como o *feedback* (retorno do receptor); que é um modelo compartimentado, pois segmenta em diferentes elementos aquilo que, na realidade, é um todo; que é um modelo que pressupõe que o efeito constitui uma mudança observável ou mesmo mensurável que se registra no receptor, quando isto pode não ocorrer; finalmente, que não dá conta do contexto do processo de comunicação.

A partir da década de setenta, na América Latina, as reflexões acerca do campo da comunicação são influenciadas por um profundo sentimento crítico e antiimperialista; intelectuais de formação marxista, indagam a aparente facilidade do paradigma vigente, e apontam suas implicações não democráticas, propondo novas perspectivas da comunicação, novos modelos para recriá-la com vistas à genuína democracia.

Esta inovação intelectual não só gerou um amplo reconhecimento dentro da região, como também, foi finalmente reconhecida, e inclusive adotada, por alguns teóricos norte-americanos mais prestigiosos do nosso campo, como Schramm e, inclusive, o próprio Lasswell (BELTRÁN, 2001, p.20).

Foi nesse contexto fecundo de críticas que o belga Armand Mattelart realizou, no Chile, estudos sobre a Comunicação Social, tornando-se grande referência para as pesquisas neste campo. Segundo o sociólogo, a perspectiva original da pesquisa sobre os meios de comunicação tinha suas raízes nos estudos de mercado, daí seu caráter eminentemente instrumental (MATTELART, 1981). A partir daí, sua pesquisa realiza-se com olhar social, tecendo duras críticas às concepções lineares e mecanicistas que pensavam a democratização da comunicação limitando-a ao acesso aos meios e à mudança de conteúdos.

Mattelart previu a necessidade de uma transformação radical das práticas profissionais; da sistematização do processo de planejamento, produção e circulação de mensagens; das relações entre comunicação e educação; da construção de uma consciência social e de pensar numa reformulação profunda dos meios de comunicação de massa.

Outro expoente dessa nova geração de intelectuais é o pedagogo brasileiro, Paulo Freire, que iniciou, ainda no exílio no Chile, a difusão de suas novas e audaciosas idéias sobre a

comunicação. Seu livro “Extensão ou Comunicação?” é um marco neste sentido. Embora tenha sido escrito em 1968 e publicado, inicialmente naquele país, em 1969, esta obra continua sendo reeditada no Brasil e em várias partes do mundo e servindo de referência aos diversos estudos sobre comunicação.

Sem tratar da comunicação massiva, este livro orientou muitas interpretações na área, pois nele está contida a crítica principal aos meios de comunicação de massa: de consistirem em meros instrumentos de transmissão, de tratarem os destinatários como receptores passivos e de impossibilitarem relações dialógicas (BERGER, 2001, p. 256).

Gerado no contexto de expansão do modelo de extensão rural norte-americano por toda a América Latina, este pequeno, mas significativo ensaio, analisa o problema da comunicação entre técnicos agrícolas e camponeses envolvidos no processo de implantação de reforma agrária. O livro aborda uma investigação semântica sobre as duas palavras de seu título as quais oferecem diferentes opções epistemológicas. Extensão é descrita como uma forma de estender aos camponeses, como recipientes passivos, o conhecimento e os métodos necessários a um programa de reforma agrária. Ao contrário da comunicação, projetos de extensão falham exatamente porque tratam as pessoas como meros objetos e por se recusarem a revelar-lhes o verdadeiro significado das relações homem-mundo.

Uma das categorias centrais da crítica de Paulo Freire era o diálogo. O diálogo concebido não apenas como uma técnica para conseguir melhores resultados, tática para fazer amigos ou conquistar alunos. Isso não seria diálogo e sim manipulação. Na concepção de Paulo Freire o diálogo faz parte da própria natureza humana. Os seres humanos se constroem dialogicamente, pois são, desde sua essência, comunicativos. Não há progresso humano sem diálogo. Para ele, o momento do diálogo é o momento em que os homens se encontram para transformar a realidade e progredir.

Para Freire, a comunicação implica numa relação recíproca que não pode ser rompida e que se estabelece logo no ato de pensar o objeto, que não se trata da incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas que é o mediador da comunicação. “[...] Daí que, como conteúdo da comunicação, não possa ser comunicado de um sujeito a outro[...]”⁸. Assim sendo, as idéias do pedagogo vão de encontro aos modelos comunicativos funcionalistas, que concebem a comunicação como um ato de

⁸ FREIRE, P. Extensão ou Comunicação?. Riode Janeiro, Paz e Terra 1977, p.66.

transmissão ou de extensão sistemática de um saber por parte do emissor pensante para um receptor passivo. Para Freire, está claro que o agir comunicativo implica reciprocidade.

Não há, realmente, pensamento isolado, na medida em que não há homem isolado. Todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através dos signos lingüísticos. O mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação. [...] Não há um ‘penso’, mas um ‘pensamos’.⁹

É defendendo este “pensamos” que Freire alerta para o caráter humanista em que deve estar imbuído o processo comunicativo. Humanismo que, segundo o mesmo, rejeita toda forma de manipulação e repousa na crença de que os homens, enquanto sujeitos, podem fazer e refazer as coisas.

Ao nos depararmos com as idéias de Mattelart e Freire, percebemos a pertinência de se resgatá-las ainda hoje para estudarmos a comunicação tal qual vem sendo gerida nos grandes projetos de desenvolvimento local na Amazônia. Estes, embora revestidos por um discurso democratizante, na prática, se assemelham muito mais aos modelos mecanicista e extensionista descritos respectivamente pelos estudiosos. É comum verificarmos uma inegável descrença no homem simples. Uma subestimação do seu poder de refletir, como se ele fosse somente um depositário do saber.

Para Freire, conhecer implica interação-ação dos sujeitos participantes. O conhecimento, portanto não é o ato através do qual um sujeito transformado em objeto recebe passivamente os conteúdos que o outro lhe dá ou lhe impõe. Para Freire (1969, p. 52), “[...] o conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade[...]”.

Assim, para que um projeto de desenvolvimento sustentável se concretize de fato, faz-se necessário priorizar esse conhecimento pautado na comunicação. O grande desafio é suplantar a lógica “mecânica” na qual técnicas são transmitidas univocamente, ignorando saberes locais. A participação do suposto beneficiário jamais ocorrerá e sua intervenção como sujeito transformador da realidade será apenas um princípio teórico. Se não conseguir superar esse obstáculo, tal projeto tende a seguir o mesmo caminho de outras discussões sobre sustentabilidade, em que o debate público torna-se cooptado e monopolizado pelos *experts*.

⁹ Ibidem, p.66.

Se atentarmos para o modo como a certificação tem se estabelecido na Amazônia, percebemos uma certa negligência em promover este conhecimento preconizado por Freire. Apesar de os princípios teóricos do FSC contemplarem a possibilidade de participação da sociedade em geral nas diferentes etapas do processo de certificação, estudos revelam que o nível de compreensão sobre o processo de certificação entre lideranças comunitárias e entidades de representação e apoio aos trabalhadores rurais é deficitário, acarretando em baixa participação dos mesmos. (ÂNGELO, 2005; VAN DAM, 2002; AMARAL NETO; CARNEIRO, 2005).

Os estudos supracitados e as entrevistas realizadas revelam que os aspectos sociais são os mais inconsistentes e descuidados pelo processo de certificação do FSC, apesar de ser uma das marcas de seu discurso. Para exemplificar, basta relatarmos o resultado da auditoria feita pelo FSC em 2006¹⁰ na Unidade de Manejo Florestal da Fazenda Rio Capim da Cikel que revela que a empresa não possui um programa de comunicação social e que sua interação com o município de entorno é vista como um ponto fraco a ser superado. Mesmo assim, a unidade florestal da empresa foi re-certificada.

Tomemos a invasão cultural como uma das características que compõem os princípios antidialógicos da *extensão* e logo identificamos sua presença no presente estudo de caso.

Toda invasão sugere, obviamente, um sujeito que invade. Seu espaço histórico-social, que lhe dá sua visão de mundo, é o espaço de onde ele parte para penetrar outro espaço histórico-cultural, superpondo aos indivíduos deste seu sistema de valores (FREIRE, 1969, p.41).

Na prática, a certificação florestal tem sido realizada de acordo com as idéias de Freire sobre o desrespeito às culturas locais cometidos por técnicos. O informe da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (International Tropical Timber Organization, ITTO), intitulado “A certificação da Madeira: progressos e questões” (ITTO, 1998), explicita que, apesar de os aspectos sociais serem tão importantes quanto os econômicos e os ecológicos nos princípios teóricos da certificação, estes estão muito menos desenvolvidos. Este estudo também conclui que a harmonização quanto aos critérios e os indicadores sociais será a mais difícil de realizar.

¹⁰ Trata-se do *Relatório de Re-certificação do Manejo de Florestas Naturais da Cikel Brasil Verde, Fazenda Rio Capim, 2006.*

O Centro Internacional de Investigação Florestal (CIFOR) realizou um estudo sobre critérios e indicadores em nível regional/nacional no atual processo de certificação, no qual concluiu-se que aqueles de carácter social são os menos compartilhados (CIFOR, 1998). O estudo sugere que a razão para isso poderia ser que são mais específicos quanto à localidade, por isso apresentam maiores dificuldades para serem formulados de maneira geral. Apesar dos autores considerarem que é tarefa difícil, concluem que é necessário conseguir consistência no tratamento dos aspectos sociais.

“O tripé é manco. Os aspectos econômicos e ambientais são bem mais desenvolvidos que os sociais”, resume a engenheira agrônoma e ex-consultora do FSC, Guilhermina Cayres, em entrevista para o presente trabalho. A análise das estratégias de comunicação por parte do Grupo Cikel permite observarmos uma redução dos sujeitos do espaço “invadido” a meros objetos de sua ação. Cabe lembrar que a organização nunca realizou um diagnóstico para conhecer as comunidades dos entornos às áreas certificadas.

2.2 COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

No panorama dos modelos e paradigmas comunicacionais, é possível reconhecer distintas fases - por vezes superpostas - que acabaram por influenciar a aplicação da comunicação nas estratégias de desenvolvimento. Para compreendermos como se processa a problemática da interface entre comunicação e desenvolvimento ao longo das últimas quatro décadas, partiremos da esquematização elaborada por Dagrón (2004) para categorizar tais etapas. Em seu trabalho, o autor prefere afastar-se da clássica seqüência acadêmica que reduz a comunicação às escolas teóricas para focar as categorias referentes à aplicação prática dos modelos. Muito esquematicamente, os diferentes “momentos” das teorias da comunicação, em consonância com as teorias do desenvolvimento, são assim classificados: a) Informação manipuladora (de mercado); b) Informação assistencialista (difusionismo); c) Comunicação instrumental (desenvolvimento); e, d) Comunicação participativa (ética).

A *informação manipuladora*, surgida depois da II Guerra Mundial, se destaca no processo de expansão de mercados, uma necessidade de reativar e recondicionar a

indústria do pós-guerra. É essencialmente, uma comunicação de mercado que contribui para desenvolver o corpo teórico da publicidade, como a conhecemos ainda hoje, em tempos de globalização.

A informação assistencialista surge como a versão social da publicidade, em uma era em que a modernização aparece como imperativo ao desenvolvimento. Como assinala Dagrón (2004, p. 5), “[...]os povos subdesenvolvidos têm que ‘aprender’ com os povos desenvolvidos, dispostos a compartilhar generosamente sua tecnologia e seu conhecimento centralizado e centralista[...]”.

Os meios de comunicação de massa abrem espaço para este “mercado social” dirigido a uma população de “clientes” que devem ser persuadidos para adotar novos comportamentos e técnicas. Fala-se de “difusão de inovações” e da transferência tecnológica como atalhos para adotar um desenvolvimento ditado a partir do norte. É uma informação de *extensão* (recordemos o que escreveu Paulo Freire sobre ela), que não busca o diálogo, mas sim uma imposição, com a justificativa de que a causa é justa.

A comunicação instrumental mostra uma preocupação sincera pelo desenvolvimento e pelos atores envolvidos. Inspira-se nas teorias da dependência dos anos sessenta e obtém certo sucesso ao fazer com que grandes agências de cooperação internacional (FAO, UNESCO y UNICEF, entre outras) adotem estratégias de comunicação para o desenvolvimento e defendam o direito à informação. O planejamento reconhece a importância do saber local, da tradição e da cultura, apesar de não alterar o centro de gravidade das decisões. É uma comunicação instrumental, já que está centralizada nos programas de desenvolvimento e dificultar, por isso, a participação dos diferentes interlocutores nas tomadas de decisão.

A Comunicação para Mudança Social ou para o Desenvolvimento recupera o diálogo e a participação como eixos centrais; trata-se da comunicação orientada à identidade e ao respeito aos valores éticos; em que vozes ocultas ou negadas são amplificadas e sua presença na esfera pública potencializada. Dagrón (2004) atesta que o surgimento da Comunicação para a Mudança Social resgata os aspectos mais valiosos do pensamento humanista que enriquece a teoria da comunicação, ao dar espaço às vozes da multiculturalidade sufocadas pelos meios de comunicação de massa.

A partir dos anos oitenta até o período atual a comunicação passa a ser concebida como um processo de interação-ação para o desenvolvimento. Ações são desenvolvidas para favorecer uma melhor qualidade de vida e de justiça social, em que a comunicação assume um papel de agente facilitador do desenvolvimento das comunidades humanas através da democratização da participação, considerando a identidade cultural de cada região, seus valores e suas crenças (DAGRÓN, 2004, p. 5).

Não obstante, isso não quer dizer a superação definitiva de antigas percepções acerca da comunicação e o triunfo estável deste último modelo. Por se tratar da constituição de um paradigma, estão aí implícitas a coexistência de distintos princípios e a consciência de que o surgimento da Comunicação para Mudança Social não significa sua aplicação única e imediata nas práticas cotidianas. Através dos nossos estudos, tivemos a oportunidade de vislumbramos tal cenário.

Ao examinarmos as estratégias comunicacionais adotadas pelo Grupo Cikel, notamos a predominância da comunicação ainda subjugada à perspectiva mercadológica, da informação assistencialista (difusionismo), da comunicação instrumental e a escassez da noção da interação-ação. Isto se faz nítido quando notamos a ausência de um programa de comunicação de longo prazo, o que implica em desconhecimento sobre as comunidades que deveriam ser beneficiadas, ausência de gestão participativa e uma interação débil com as mesmas.

Beltrán (2001), em sua análise sobre a dinâmica da comunicação social e do desenvolvimento na América Latina, destaca três conceitos diferenciados: “comunicação de desenvolvimento”, “comunicação de apoio ao desenvolvimento” e “comunicação alternativa para o desenvolvimento democrático”.

A *comunicação de desenvolvimento* é, em essência, a noção de que os meios massivos têm a capacidade de criar uma atmosfera pública favorável à mudança. Dessa forma, considera o progresso tecnológico e o crescimento econômico indispensáveis para a modernização de sociedades tradicionais. Esse tipo de modelo tecnicista está em consonância com os paradigmas da *Informação assistencialista (difusionismo)* e da *Comunicação instrumental*, anteriormente descritos.

A *comunicação de apoio ao desenvolvimento* é a noção de que a comunicação planejada e organizada – massiva ou não – é um instrumento chave para o sucesso dos objetivos práticos das instituições e projetos específicos que buscam o desenvolvimento. Não

obstante, vai ao encontro do modelo da *comunicação instrumental*, em que as decisões são centralizadas, verticalizadas e os supostos beneficiários de tais projetos são concebidos como meros receptores.

A *comunicação alternativa para o desenvolvimento democrático*, converge rumo à Comunicação para Mudança Social, uma vez que parte da noção de que, ao expandir e equilibrar o acesso e a participação das pessoas no processo de comunicação, tanto no âmbito dos meios massivos como na esfera interpessoal, o desenvolvimento é capaz de assegurar benefícios materiais, justiça social, liberdade para todos e o governo da maioria.

É notório que na Amazônia os grandes projetos de desenvolvimento adotam uma comunicação muito mais tecnicista e indiferente à valorização do saber local e ao intercâmbio cultural.

A legião de *experts* e técnicos avança sobre o universo humano de um novo programa como um trator sobre um terreno baldio. Inclusive quando a comunicação é parte do programa, são raras as vezes que se considera a cultura como superestrutura, sem a qual não se pode gerar um processo de mudança e de desenvolvimento sustentável (DAGRON, 2004, p. 10).

Habermas (1987) fundamenta a “reabilitação da esfera social”, com base na idéia de que as ações sociais seguem orientações dialógicas e, dessa forma, isso não poderia ser feito de modo coercitivo ou meramente instrumental, mas por uma postura compreensiva e democrática na órbita de um consenso comunicativo. Nessa dimensão da prática social, prevalece uma ação comunicativa, isto é, “uma interação simbolicamente mediada”, a qual se orienta “segundo normas de vigência obrigatória que definem as expectativas recíprocas de comportamento e que têm de ser entendidas e reconhecidas, pelo menos, por dois sujeitos agentes” (HABERMAS, 1987d, p. 57).

A reciprocidade inerente à ação comunicativa descrita pelo filósofo alemão é uma das premissas básicas do processo de **mobilização social**. Cabe explicar que tal processo não é simplesmente um ato público, como uma passeata, uma reforma em uma praça, um comício ou um jantar para captação de recursos. Trata-se de um processo mais amplo e que tem na comunicação elemento basilar e essencial. Usaremos aqui a concepção de tal terminologia na qual “[...]mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também

compartilhados[...]”.¹¹ Dessa forma, a comunicação atua não somente sob uma função informativa, mas também formativa, carregada de signos e possibilidades.

As reflexões de Toro e Werneck (1997, 2005), nas quais a mobilização está ancorada em estratégias comunicacionais com conteúdos e sentidos próprios, atingindo distintos reeditores e criando um imaginário comum, são importantes referenciais para identificarmos os principais elementos da mobilização social contemporânea. Na perspectiva destes autores, um processo de mobilização social está condicionado à formulação de um imaginário, os sujeitos são envolvidos por um ideal que os move. Esse imaginário deve ser algo tangível, ou seja, o indivíduo tem a consciência de que o que faz está colaborando para que esse ideal se concretize. “Provavelmente resida aí um dos pontos-chave do processo de mobilização: a pessoa poder usar o que sabe, o que faz em seu dia-a-dia, a favor do projeto” (PICHELLI, 2006, p.5). O sujeito reconhece seu campo de atuação e o seu papel, não é um simples depositário de informações.

As ações destinadas a mobilizar são realizadas tendo como elemento basilar a **comunicação planejada**. Há um plano, um programa de comunicação específico para cada contexto, destinado a sensibilizar diferentes atores em distintas situações. Para Rabelo,

Todos precisam saber exatamente qual é a sua tarefa e ter certeza de que o mesmo trabalho está sendo realizado de forma organizada por outras pessoas, pelas mesmas razões e sentidos. Devem, ainda, acreditar que a sua ação individual, aparentemente pequena, é importante para alcançar o objetivo comum a todos (RABELO, 2003, p.66).

Emerge, daí, a necessidade de trabalharmos com o conceito de **planejamento da comunicação**. Com esse propósito, as idéias de Bordenave (1979) nos serão bastante úteis. O interdisciplinar autor¹² atenta para a importância do planejamento da comunicação com vistas a criar no seio da sociedade um ambiente de reflexão que conduza a níveis elevados de desalienação, de criticidade e de dinâmica libertadora, ou seja, que conduza ao desenvolvimento social.

A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e

¹¹TORO, José Bernardo.; WERNECK, Nívia.M.D. Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação. Brasília : Abeas , 1997, p.11.

¹² Juan Díaz Bordenave é paraguaio, agrônomo, Mestre em Jornalismo Agrícola pela Universidade de Wisconsin e PhD em Comunicação pela Universidade do Estado de Michigan.

conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica (BORDENAVE, 1979, p. 210).

Dentro desse contexto, o autor afirma que o planejador da comunicação deve assumir seu papel de defensor da dialogicidade, de indivíduo não conivente com a informação manipuladora e massificadora.

O planejamento da comunicação [...] reflete a intenção do homem de intervir no mundo, voluntarizar sua praxis com consciência crítica. [...] O planejador da comunicação necessita, pois, de assumir seu compromisso de indivíduo não conivente com a informação massificadora, geradora de indivíduos passivos e desenraizados de sua própria realidade (Ibidem, p. 212).

Segundo Henriques *et al.* (2004), não há lugar para escolhas aleatórias na comunicação voltada à mobilização social; todas as estratégias comunicacionais adotadas devem estar vinculadas ao projeto de coletivização das ações, devem ter um sentido.

O desafio imposto pelos projetos de mobilização impõe que se procure evidenciar o diferencial da comunicação, por meio de uma reflexão sobre as funções e características que deve assumir para que não seja um fim em si mesma e esteja condizente com uma proposta ética (HENRIQUES, *et al.* 2004, p. 20).

Pichelli (2006) corrobora a assertiva acima ao dizer que não basta a simples criação de um jornal institucional ou de um slogan somente para ser “algo bonito” e achar que criou o “imaginário”. Percebe-se um erro muito grande quando a comunicação é vista como um fim em si mesma. “[...]Ou seja, faz-se um jornal, um mural ou um programa de rádio ‘porque é bonito, porque é legal’. Esquece-se que é necessário analisar se aquele efetivamente colabora na construção do sentido[...]” (PICHELLI, 2006, p.7). Peruzzo (1998) ressalta que é comum a utilização de algum tipo de veículo de comunicação sem maiores preocupações com sua apropriação ao público receptor. “[...]Chega-se, às vezes, ao absurdo de se produzir um jornal impresso destinado a uma população de maioria analfabeta[...]”(PERUZZO, 1998, p.149).

Cabe ressaltar que a Cikel, atendendo às recomendações da certificadora, contratou em 2006 uma jornalista, incumbida de responder pelas ações comunicativas da empresa. Entretanto, até o presente momento, a empresa não conta com um plano de comunicação. Em entrevista para este trabalho, Karen dos Anjos, a jornalista contratada, explicou que a Cikel tem realizado atividades de educação ambiental em parceria com a secretaria de Educação do município de Goianésia. Contudo, tais

atividades são esporádicas e limitam-se a visitas de estudantes de escolas municipais a área de manejo florestal da Fazenda Rio Capim em períodos de seca, dada a sazonalidade da atividade madeireira.

2.4 ORIGENS E VICISSITUDES DO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL

A reflexão em torno do Manejo Florestal Sustentável demanda, obrigatoriamente, reflexões prévias em torno da concepção da sustentabilidade do desenvolvimento, uma vez que foi dela se originou tal forma de exploração. A expressão “**Desenvolvimento Sustentável**” foi usada pela primeira vez, segundo Barbieri (2005), em 1980, expressa no documento denominado World Conservation Strategy, produzido pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e World Wildlife Fund (WWF) por solicitação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Em 1983, foi definida pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD, organizada pela ONU como “[...]o desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades[...]”. Um conceito mais elaborado de desenvolvimento sustentável está presente no documento “*Nosso futuro comum*”, mais conhecido como *Relatório Brundtland*, publicado em 1987.

Satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, as necessidades básicas de grande número de pessoas_ alimento, roupas, habitação, emprego_ não estão sendo atendidas. Além dessas necessidades básicas, as pessoas também aspiram legitimamente a uma melhor qualidade de vida (COMISSÃO, 1991, p.46).

No Brasil, o termo foi disseminado em 1992, quando o país sediou a Cúpula da Terra, ou a Rio 92, ou Eco92 onde foi aprovada, por consenso, o documento Agenda 21 - programa estratégico a longo prazo, cuja meta é alcançar a sustentabilidade no século XXI. Dentre outras discussões, foi re-significado o conceito de desenvolvimento sustentável, dentro das particularidades dos países periféricos, lançando as bases para construção dos discursos sobre o desenvolvimento dessas regiões.

A partir daí, a expressão caiu no gosto dos setores ambientalistas e meios empresariais. Usado exageradamente, o termo “desenvolvimento sustentável”, ancorado quase sempre

pela tríplice expressão “*economicamente viável - socialmente justo - ambientalmente correto*” tornou-se aos poucos um clichê, vazio de sentido. Tal fenômeno relaciona-se diretamente ao que Mainguenu (1993) designa como *lexias complexas*, discurso repetido, ou, mais freqüentemente, em fossilização ou fraseologia.

Além da palavra, existe um vasto conjunto de combinações de palavras mais ou menos fossilizadas: as unidades que as compõem tendem a perder sua independência e serem memorizadas em bloco (MAINGUENAU, 1993, p.71).

O discurso dominante do crescimento econômico dá lugar aos discursos da “sustentabilidade sócio-ambiental e econômica” no contexto da exploração econômica da floresta, reiterando a fossilização do termo “desenvolvimento sustentável”. Nesse contexto, surgem diferentes propostas de manejo destinadas a gerar lucros e amenizar os impactos sociais e ecológicos gerados pela atividade madeireira. Em decorrência desse processo, a exploração madeireira passa a ser desenvolvida sob diferentes formas (Tabela 1).

Tabela 1. Formas de exploração madeireira e suas características.

Conceito	Características	
Exploração	Utilização de produtos florestais	
Exploração convencional		Exploração sem planejamento das atividades , tal como inventário 100%, planejamento da infraestrutura e de trilhas de arraste etc. Com empregados não qualificados, equipamento e máquinas não apropriados.
Exploração planejada		Mais planejamento eficiente da exploração para maximizar a produtividade e reduzir desperdícios.
EIR		Mais atividades para diminuir danos à vegetação remanescente, considerando-se as opções da próxima colheita.
Manejo florestal	+	Mais atividades pós-colheita como tratamentos silviculturais para estimular o desenvolvimento florestal e providências para proteção da área.
Manejo florestal sustentável	+	Mais atividades que garantem a disponibilidade dos serviços florestais econômicos, sociais e ambientais para as próximas gerações
PMFS	<input type="checkbox"/> Exploração florestal aprovada pelo Ibama conforme a legislação vigente.	
Manejo certificado	<input type="checkbox"/> Certificação da produção (selo verde) pela tentativa da empresa de cumprir normas legais, manejar a floresta de forma contínua e cumprir as normas trabalhistas.	

Fonte: Sabogal, César. Manejo florestal empresarial na Amazônia brasileira / por César Sabogal et al. – Belém: CIFOR, 2006.

De acordo com a tabela, vemos que os usos que se pode fazer dos recursos florestais são bastante variados. O Manejo Florestal, por exemplo, é um tipo de exploração madeireira realizada de forma planejada. Ou seja, ao contrário da exploração convencional, o manejo aplica atividades de planejamento da produção e do uso de recursos florestais - seja de florestas plantadas ou nativas - a fim de assegurar a manutenção da floresta para um outro ciclo de corte. Para alcançar esse objetivo, o MF inclui o monitoramento do desenvolvimento da floresta e aplica tratamentos silviculturais.

A noção de gestão tradicionalmente associada ao MF é entendida no sentido da gestão empresarial, envolvendo processos e técnicas de administração do recurso no âmbito da empresa florestal. Nesse sentido, Higuchi (1992) conceitua essa atividade como sendo:

A aplicação de sistemas silviculturais em florestas destinadas à produção de madeira e à condução da regeneração natural do povoamento remanescente, de modo a garantir a contínua operação da capacidade instalada para o desdobra do produto da floresta. (HIGUCHI,1992 apud SOUZA, 2002, p.70).

Todavia, como alerta Souza (2002), “[...]essa é uma definição parcial, voltada muito mais para o manejo florestal com fins madeireiros[...]” . Segundo o mesmo, essa abordagem que envolve a relação entre colheita e regeneração natural apresenta limitações, uma vez que se refere apenas ao recurso madeira, ignorando a extração de produtos não-madeireiros. Segundo o autor, nos ecossistemas complexos, como a floresta, é necessário considerar as transformações que ocorrem no todo, em função da exploração daquele recurso.

A despeito das discordâncias conceituais, o Manejo Florestal em florestas tropicais foi instituído por lei. Na prática, o MF implica em desenvolvimento de técnicas de exploração e condução da floresta, sensoriamento remoto, tecnologia de produtos florestais e capacidade de armazenamento e processamento de informações.

Manejo Florestal envolve produção, rentabilidade, segurança no trabalho, respeito à legislação, logística de mercado, conservação florestal e serviços ambientais (equilíbrio do clima regional e global, especialmente pela manutenção do ciclo hidrológico e retenção de carbono) (PADOVAN, 2003, p.17).

Já o **Manejo Florestal Sustentável (MFS)** ou o também chamado “**bom manejo**”, por sua vez, inclui adicionalmente atividades para assegurar a compatibilidade social do

uso florestal. O Manejo Florestal Sustentável é assim definido pelo Programa Nacional de Florestas:

Administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não-madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços de natureza florestal (MMA/PNF 2005, Projeto de Lei 4.776).

Dessa forma, conforme observado por Souza (2002), um primeiro passo para compreender a inserção da noção de manejo florestal sustentável é aclarar os conceitos que lhe dão suporte, em especial com relação às concepções de *sustentabilidade* e de *rendimento sustentado*.

Em geral, as definições de sustentabilidade no contexto do desenvolvimento sustentável são muito amplas, comportando diversas interpretações, de acordo com a perspectiva adotada na análise. Assim, Souza (2002, p.72) distingue três concepções de sustentabilidade envolvendo as dimensões econômica, ecológica (ambiental) e social, a saber. A *Sustentabilidade econômica* tem por objetivo alcançar uma alta produtividade e eficiência no uso e aproveitamento desses recursos, mantendo o capital natural e alcançando uma produção sustentada; A *Sustentabilidade ambiental ou ecológica* enfatiza o sistema ambiental de suporte da vida sem o qual nem a produção nem a humanidade poderiam existir. O ecossistema utilizado deve manter suas características principais quanto a componentes e interações, mas de forma indefinida ao longo do tempo; Por fim, a *Sustentabilidade social* que se manifesta quando a organização produtiva e os objetivos do bem-estar social são compatíveis com os valores locais, sejam eles éticos, culturais e religiosos.

Por envolver valores tão subjetivos, este último aspecto tem sido apontado por estudiosos como os mais difíceis de serem alcançados pelos pretensos projetos de manejo florestal sustentável. A Cikel, por exemplo, mesmo com ampla assessoria de organizações não-governamentais, não possui nenhuma iniciativa concreta que encoraje as comunidades a comercializar os produtos florestais não-madeireiros. Na verdade, isso tem sido uma tendência da Amazônia de modo geral; no tocante às florestas, a exploração da madeira e os lucros decorrentes têm recebido mais atenção em oposição a um conjunto de atividades e modos locais de interação com o meio ambiente,

contrariando a noção de justiça ambiental ao concentrar espaço ecológico para uma única finalidade.

Quanto ao “rendimento florestal sustentado”, expressão tradicionalmente usada na Engenharia Florestal, originou-se da economia, referindo-se às possibilidades de garantir a manutenção física do estoque de recursos florestais, possibilitando a geração de rendas regulares oriundas desses estoques. No âmbito da economia florestal, o conceito aponta a condução de um povoamento florestal com a finalidade de aproveitar apenas o incremento de biomassa, isto é, aquela quantidade de matéria lenhosa que ele produz ao longo de um determinado período de tempo, sem comprometer a estrutura natural daquele povoamento e o seu capital inicial. “[...]Em outras palavras, é a sustentabilidade física da produção do recurso florestal madeireiro que é buscada, visando garantir a manutenção da floresta[...].” (SOUZA, 2002, p.75).

Do ponto de vista da extração madeireira, especialistas apontam como vantagens do MFS a manutenção da exploração e a produção de madeira nas áreas, proporcionando maior vida útil à terra processada. No aspecto sócio-ambiental, a tônica positiva permanece; estudiosos afirmam que o chamado “bom manejo” atua na promoção do desenvolvimento sustentável, incluindo-se aí crescimento econômico, conservação florestal e a construção da cidadania. (BARRETO *et al.*, 1998; HOLMES *et al.*, 2002. *apud* VERÍSSIMO; BARRETO, 2005).

Assim, compreende-se que não é mais suficiente apenas garantir a base natural do desenvolvimento, incluindo a preocupação com a manutenção da qualidade ambiental na antiga equação econômica do desenvolvimento. Essa preocupação ecológica precisa estar articulada com outras dimensões que levem em consideração os atores sociais envolvidos.

Vale lembrar que as oportunidades para o trabalho assalariado são escassas na maior parte da Amazônia rural e as madeireiras empregam diretamente cerca de 350 mil trabalhadores em serrarias e operações de extração. A geração de empregos para uma quantidade vultosa de trabalhadores por parte da indústria madeireira tem sido freqüentemente citada como a razão principal para o desenvolvimento de políticas públicas que suportam a indústria de exploração da madeira na Amazônia (Veríssimo *et al.*, 2002a, 2002b).

O setor madeireiro na região amazônica contribui expressivamente para a economia regional e nacional e para a geração de empregos (nem sempre formais). Classificada como um dos três maiores produtores de madeira do mundo (juntamente com Malásia e Indonésia), a Floresta Amazônica apresenta grande variedade de espécies de árvore de valor madeireiro, das quais 350 estão sendo extraídas para fins comerciais (MARTINI *et al.*, 1994 *apud* VERÍSSIMO; BARRETO, 2005). Em 1998, a produção madeireira oriunda dessa região foi de cerca de 28 milhões m³ de madeira em tora (VERÍSSIMO; SMERALDI, 1999 *apud* VERÍSSIMO; BARRETO, 2005).

No entanto, como lembra Nepstad *et al.* (2005, p.492), “[...]os benefícios socioeconômicos da indústria madeireira até hoje estão muito abaixo do seu potencial[...]”. A exploração madeireira na Amazônia se opera sob a égide da baixa qualidade das operações florestais, que ocasiona a degradação social e destruição da floresta. O autor afirma que os empregos nas companhias madeireiras são predominantemente sazonais, e as demissões ocorrem em virtude do esgotamento dos estoques de madeira no pátio. As condições de trabalho são difíceis, com argila e serragem suspensas no ar, causando problemas respiratórios para os trabalhadores da serraria e suas famílias. Existem poucos equipamentos de segurança e os acidentes são comuns.

A busca por solucionar tais dificuldades levou à formulação de políticas relacionadas aos recursos madeireiros na região. Em 1965, o código florestal brasileiro definiu que as florestas amazônicas só poderiam ser utilizadas através de planos de manejo. Quase duas décadas depois, em 1989, a Ordem de Serviço 001-89/IBAMA instituiu um protocolo de plano de manejo, incluindo especificação de técnicas de extração para reduzir danos à floresta, estimativas do volume a ser explorado, tratamentos silviculturais e métodos de monitoramento da dinâmica da floresta após a exploração. O ciclo de corte mínimo foi fixado, na época, em 30 anos. No entanto, foi somente na primeira metade dos anos 90, em 1995 mais exatamente, que se iniciou a implementação do Manejo Florestal na região.

Por ser uma experiência incipiente, ainda são poucos os exemplos de manejo florestal na Amazônia em escala operacional. Embora o manejo tenha avançado na região, a maioria (62%) da exploração ainda é realizada de forma convencional (IBAMA 2005, *apud* LENTINI *et al.* 2005, p.34). Há ainda quem diga que a consolidação do manejo,

em sua versão sustentável, ainda é algo ilusório. Ângelo (2006) afirma que em um contexto global de desmatamento, e apesar das boas intenções de proteger as florestas, “[...]o manejo florestal sustentável ainda é uma ilusão[...]” (ANGELO, 2006, P.2). Segundo a autora, as florestas não apenas comportam sistemas altamente complexos e inadequadamente compreendidos, mas também estão sujeitas às demandas e aos conflitos entre atores nas esferas internacional, nacional e local.

Assim, a adoção do manejo florestal sustentável encontra elementos complicadores para sua consolidação plena. Na região, a exploração florestal se processa sob o signo da ilegalidade, sob o marco da superexploração dos trabalhadores florestais e, conforme atestam Amaral e Carneiro (2005, p.3), das “relações fortemente assimétricas entre madeireiros e grupos camponeses que participam da cadeia produtiva da madeira ou que habitam e trabalham em áreas com forte incidência da exploração madeireira”.

A superação de obstáculos técnicos, gerenciais e políticos para a consolidação do MFS no contexto amazônico é vista com certo ceticismo por parte de alguns estudiosos. Veríssimo e Barreto (2005) apontam a falta de capacitação dos envolvidos com a produção madeireira, a abundância de madeira barata de fontes não-sustentáveis, o controle governamental inadequado e o desconhecimento do manejo florestal por parte dos possíveis interessados como as sérias barreiras à adoção do MFS na região.

Kaimowitz (2005) adverte que muitas políticas planejadas para promover o manejo florestal sustentável não conseguiram atingir este objetivo e provavelmente nunca o farão. O autor adverte que, em nome do MFS, são aprovadas políticas que geralmente levam à discriminação contra os pobres, pequenos proprietários e comunidades locais.

Dado esse contexto conturbado, o processo de certificação florestal vem sendo apontado por grande parte dos especialistas, bem como por membros de órgãos governamentais e outras instituições, como única alternativa para se conciliar a exploração dos recursos madeireiros com a rentabilidade, o bem-estar social e a preservação ambiental. Esta dissertação se empenha em mostrar que a tentativa de construção de um consenso (paráfrase) em torno do “selo verde” oculta vicissitudes bastante complexas, gerando vozes dissonantes e contra-discursos (polissemia).

3. IDENTIDADE INSTITUCIONAL - A CIKEL E SEU AUTO-RETRATO

“A Cikel e suas relações institucionais” é a temática abordada neste capítulo da dissertação. Aqui, serão analisados como se engendram as relações da Cikel com outras instituições. Por meio das práticas de comunicação do Grupo, estudaremos seu projeto de intervenção social. Como lembra Costa (2006),

Políticas de comunicação são políticas de apoio à intervenção social e, neste sentido, são políticas sociais. As práticas de comunicação das organizações correspondem à sua política de comunicação, que por sua vez, corresponde ao seu projeto de intervenção social (COSTA, 2006, p.154).

Para compreender se tal intervenção corresponde a uma política democrática, serão estudadas as componentes políticas, econômicas e ideológicas que fundam e mantêm parcerias e que se refletem nas formações discursivas em jogo. Para tanto, nos valem do pensamento de Bourdieu (1989) sobre o poder simbólico “*quase mágico*” imputado à linguagem - línguas, discursos, meios de comunicação e suas mensagens, padrões culturais, condutas -, que mostra a vinculação da comunicação no processo de produção simbólica, não apenas na dimensão instrumental de mediadora, mas como reflexo das estruturas simbólicas que estão condicionadas às dimensões do contexto social. Ao longo do capítulo, serão analisados enunciados cujas vozes partem de instituições tais como órgãos governamentais, ONG’s e da própria imprensa.

3.1 CIKEL – CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

O Grupo CIKEL iniciou suas atividades em 1977, em Açailândia (MA), numa pequena serraria com produção anual em torno de 3.000 m³ de madeira serrada. Atualmente, possui cerca de 2.700 funcionários diretos. Com sede em Curitiba (PR), administra uma área florestal aproximada de 500.000 ha, sendo cerca de 197.933 ha de áreas próprias e 303.000 ha arrendados.

A CIKEL Brasil Verde S/A, empresa florestal do Grupo CIKEL, é composta por quatro unidades industriais distribuídas no estado do Pará, e uma outra filial no estado do Maranhão (Mapa 1). Juntas, essas indústrias processam anualmente, um volume superior a 160.000 m³, para produção de madeira serrada, madeira compensada,

lâminas torneadas, faqueadas e madeiras beneficiadas, além de recente aquisição de uma fábrica, de última geração, para fabricação de pisos e decks de madeira. Portanto, as florestas naturais da CIKEL são utilizadas basicamente para abastecer de matéria-prima a serraria e a fábrica de lâminas. As lâminas são utilizadas para a fabricação de compensados, em Itinga (MA), e parte da madeira é utilizada também na fábrica de pisos, em Ananindeua (PA), próximo a Belém.



Mapa 1.- Localização das unidades do Grupo Cikel. (Fonte: www.cikel.com.br)

A CIKEL instalou-se no estado do Pará em 1991, quando adquiriu, no município de Paragominas, as Fazendas Cauaxi e Sumal, que juntas perfazem uma área de 38.115 ha. Em 1993 adquiriu no mesmo município, a Fazenda Rio Capim, com área de 140.659 ha, e, no ano seguinte, as Fazendas São Romualdo e Poty, respectivamente com 25.490 e 2.178 ha. Além dessas áreas, a empresa tem ainda cerca de 118.000 ha de florestas arrendadas no Estado do Pará, onde desenvolvem atividades ligadas à extração e beneficiamento de madeiras e a pecuária (Tabela 2).

Tabela 2.- Propriedades do Grupo CIKEL (próprias e arrendadas).

Propriedades	Certificação	Proprietário	Área em ha	% do total
Poty	Não	Próprio	2.178	0,5
São Romualdo	Não	Próprio	25.490	5,5
Cauaxi e Sumal	Não	Próprio	38.115	8,2
Rio Capim	Sim	Próprio	140.659	30,2
Fazenda ABC	Não	Arrendada	124.000	26,6
Fazenda Martins	Sim	Arrendada	136.000	29
Total			466.442	100

Fonte: Avaliação de re-certificação do Manejo de Florestas Naturais da Fazenda Rio Capim da Cikel. Junho de 2006.

Em dezembro de 1999, a empresa iniciou o processo avaliação, Pré-Auditoria, do Manejo Florestal conduzido na fazenda Rio Capim. Em maio de 2001 a Cikel Brasil Verde S.A. recebeu os certificados de Floresta Bem Manejada e o Certificado de Cadeia de Custódia, com a presença de inúmeras autoridades da esfera Estadual e Federal. Nessa unidade da empresa está sediado o Departamento Florestal que conta com um laboratório de geoprocessamento equipado com ferramentas de última geração para processamento de dados e imagens de satélite, originando uma interface eficiente de suporte ao gerenciamento das atividades de campo.

A Fazenda Rio Capim da CIKEL encontra-se no município de Paragominas, muito embora a cidade mais próxima seja Goianésia. A área faz parte do chamado “arco do desmatamento” da região amazônica oriental (Mapa 2), caracterizado pelo alto índice de degradação provocado pelas principais atividades antrópicas da região. O histórico de ocupação da Amazônia vem demonstrando os impactos ecossistêmicos negativos provocados pelo avanço da fronteira agropecuária e madeireira na região, como a perda de biodiversidade, mudanças climáticas drásticas (dentro e fora da região) e perda de produtividade do solo amazônico.

De acordo com informação da Cikel, o processo de certificação da Fazenda Rio Capim custou US\$ 600 mil e os gastos com a adequação ao novo padrão de exploração florestal, particularmente os referentes à mão-de-obra, foram bem absorvidos pela empresa. Os custos com a força de trabalho teriam se elevado em 12%, mas, em contrapartida, a produtividade dos trabalhadores teria crescido 30%, contrabalançando a referida elevação. Ademais, com a introdução da exploração de impacto reduzido – um requerimento da certificação – a empresa obteve ganhos na redução do desperdício da extração da madeira e nos gastos com a manutenção dos equipamentos (CARNEIRO, 2007, p.14).

A economia da região baseia-se na pecuária de corte (desenvolvida em áreas desmatadas desde a década de 1970) e pela atividade madeireira que, apesar da diminuição da oferta de madeira, parte considerável da população urbana da região ainda depende diretamente dessa indústria. O número de empregos do setor, no entanto, sofre influência da elevada sazonalidade, notadamente no período de safra (na seca, entre julho a dezembro), quando se acumulam as atividades de extração, beneficiamento e transporte de madeira.



Mapa 2. – Localização dos pólos madeireiros do estado do Pará. (Fonte: www.fsc.org.br)

O maior problema social da região refere-se à própria falta de madeira pela degradação das áreas florestadas. Assim, serrarias de municípios como Goianésia, Breu Branco e Tailândia, notadamente neste último, estão em franca decadência e, freqüentemente, se valem de madeira de origem duvidosa para o seu funcionamento. Nesse sentido, a área consolida-se como zona de conflito. Quanto a isso, Marques afirma:

Parcela significativa do setor madeireiro da região ainda se enquadra nas mesmas características gerais do típico explorador florestal, com dependência quase completa de florestas nativas; utilização de pequenos investimentos em pesquisas; espera de incentivo governamental; incipiência de reposição florestal; vinculação aos setores da construção civil e moveleiro e caráter itinerante, sobretudo das serrarias” (MARQUES, 1999, p.49 *apud* CAETANO, 2004, p.38).

Resulta daí, a preocupação da Cikel em ressaltar seu papel diferenciado no contexto da exploração da madeira. Uma das maneiras encontradas pela empresa para se diferenciar é adotando a certificação. Além da Rio Capim, a outra área da Cikel com florestas certificadas é a da Fazenda Jutaituba, localizada na região do município de Portel, Estado do Pará. Lá, o grupo arrendou áreas com vistas à exploração florestal sob práticas de manejo. A unidade faz limite ao norte com a fazenda ABC, ao sul com o município de Tucuruí, ao leste com o município de Bagre e Oeiras do Pará; e a oeste com o rio Pacajá. A sede da fazenda está localizada à margem direita do rio Pacajá, por isso, essa área é conhecida como Unidade Pacajá.

O processo de arrendamento da fazenda iniciou em 2001, quando o grupo Martins abriu concorrência pública para arrendar a área da fazenda Jutaituba, com área totalizada de 164.520 ha, porém as áreas com cobertura florestal para efetivo manejo somando 108.241,5 ha. As empresas candidatas deveriam certificar a área e atender uma série de exigências, quanto à capacidade técnica, gerencial, etc. Durante o processo participaram onze empresas e o Grupo Cikel foi o vencedor. Assim, em 2004 a empresa teve certificada sua segunda área florestal.

Além da área florestal, a Cikel arrendou uma indústria processadora (serraria) com capacidade de consumo anual de 60.000 m³ de madeira em tora, localizada na fazenda vizinha ABC. A área está sendo ampliada para receber e processar a madeira extraída da área de manejo florestal da fazenda Jutaituba. A indústria ABC (Cikel) gera aproximadamente 200 empregos diretos e mais cerca de 50 indiretamente. Segundo

dados oferecidos pelos consultores do FSC, estima-se que existam 800 moradores residindo nas 100 casas e nos três alojamentos existentes (15 quartos cada) nessa unidade. A vila é abastecida com água potável, energia elétrica e coleta de lixo periódica. Existe ainda uma escola de primeiro e segundo grau, com cerca de 300 alunos matriculados, duas igrejas, um posto médico, um posto policial e cerca de seis comércios locais. Além disso, a Cikel mantém uma escola de informática e oferece estágios a alunos e professores.

Com relação ao consumo, o mercado externo representa uma porção substancial do total de receitas da Cikel e aparece como fator preponderante na decisão da certificação de suas florestas, embora tal empresa também comercialize parte de seus produtos no mercado interno. Fornece seus produtos para clientes no Brasil, Europa, Estados Unidos, Caribe e Ásia, seus clientes principais, no entanto, são membros dos Grupos de Compradores de Madeira Certificada nos Estados Unidos e na Europa. Por este motivo, a razão para certificar seus produtos foi manter os mercados conquistados por elas e abrir novas perspectivas de comercialização, particularmente em países mais exigentes, como a Alemanha e o Reino Unido.

Segundo Carneiro (2007), a empresa vem obtendo ganhos significativos no panorama comercial, o que deve ser associado a três fatores: a) sobrepreço obtido com a certificação, que, para algumas espécies mais nobres, teria alcançado a casa dos 50%; b) captura de mercados internacionais importantes, como o holandês (do qual a empresa responderia por 17% das importações de madeiras tropicais); c) verticalização de sua produção, com o investimento de US\$ 3,5 milhões, realizado em 2000, na fábrica de Ananindeua (para a produção de pisos e *decks*), o que conferiu um novo perfil à exportação da empresa, agregando maior valor aos produtos comercializados. É possível atestar que a certificação florestal tem insurgido como uma importante estratégia mercadológica, resultando em ganhos que suplantam o seu custo.

A Cikel investe também no setor de agronegócios. No setor pecuário, a Cikel vem investindo, com um total de 2.280 cabeças de gado na Fazenda Cauaxi, no Pará. Entre as suas criações estão vacas matrizes, bezerras, garrotes, novilhos e touros. Atualmente, conta com 100 cabeças de eqüinos e muares e 158 caprinos.

Passados seis anos da certificação de suas primeiras áreas, o Grupo Cikel detém hoje sete certificados FSC: cinco referentes à industrialização de produtos de madeira certificada e dois para o “manejo florestal sustentável”. Hoje, a Cikel compõe o restrito grupo de indústrias madeireiras que possuem áreas florestais e produtos com o chamado Selo Verde do FSC na Amazônia (Tabela 3).

Tabela 3.- Localização, área e ano de certificação de unidades de manejo florestal por empresas na Amazônia.

Empresa/Comunidade	Localização	Área (em há)	Ano de Certificação
Precious Wood Amazônia (PWA)	Itacoatiara (AM)	122.729	1997
Gethal Amazonas	Manicoré (AM)	40.862	2000
Juruá Forestal Ltda. (Faz. Santa Marta)	Mojú (PA)	12.000	2001
Cikel Brasil Verde S.A. (Faz. Rio Capim)	Paragominas (PA)	140.658	2001
Juruá Forestal Ltda. (Faz. Arataú)	Novo Repartimento (PA)	25.000	2002
Precious Wood Belém Ltda.	Portel (PA)	76.390	2003
Guavirá Agroflorestal e Ind. Ltda.	Nova Maringá (MT)	61.647	2003
Exportadora de Madeira do Pará (Emapa)	Afuá e Chaves (PA)	12.000	2003
Agroflorestal Vale do Guaporé Ltda. (Madevale).	Alta Floresta D'Oeste (RO)	4924	2003
Rohden Indústria Lígnea Ltda.	Juruena (MT)	25.100	2003
Cikel Brasil Verde S.A. (Faz. Jutaituba)	Portel (PA)	108.241	2004
Ecolog Indústria e Comércio Ltda.	Porto Velho (RO)	22.132	2004
Izabel Madeiras do Brasil	Breu Branco e Mojú (PA)	20.000	2004
Orsa Florestal Ltda.	Almerin (PA) e Laranjal do Jarí (AP)	545.335	2004

Fonte: FSC Brasil. Dados para dezembro de 2004.

Em resumo, pode-se dizer que em seus trinta anos de existência a Cikel apresentou diferentes estágios da exploração madeireira: desde a exploração convencional até o que convencionou-se denominar “Bom Manejo”. Isso não significa a total supressão do primeiro, nem tampouco o triunfo deste último. Hoje, pode-se considerar que a empresa encontra-se em fase de transição: com a coexistência de áreas com variados modelos de exploração. Em termos numéricos, a Cikel explora 40,8% de suas áreas

(189.783 ha) sob formas desprovidas de planejamento ou técnicas de manejo e 59,2% (276.659 ha) sob práticas de MFS.

Durante a realização deste estudo, pudemos constatar que a Unidade Rio Capim, dada a sua infra-estrutura já citada e a atual harmonia com seu entorno, é a “menina dos olhos” dos diretores e técnicos da Cikel. Em contrapartida, a Unidade Pacajá tem sido foco constante de conflitos e contribuído negativamente para a imagem da empresa junto à opinião pública e até mesmo, junto ao próprio FSC Brasil. Como veremos posteriormente, as matérias analisadas revelam a diferença entre as Unidades.

3.2 A CIKEL POR ELA MESMA – ANÁLISE DOS ENUNCIADOS

Compreender o discurso formulado e propagado pelo Grupo Cikel, ou seja, delinear sua identidade institucional, requer o estudo de documentos que indiquem como a empresa se auto-retrata, quais são os enunciados demarcados por seus componentes, o que é dito, o que é suprimido, o que é reiterado. Segundo Kunsch (1997, p.32), “[...]a identidade institucional seria um auto-retrato da organização, soma total de todas as formas de expressão para oferecer conhecimentos de sua natureza[...]”. Nesta etapa, interessa-nos, pois, desvendar esse auto-retrato.

Partimos da concepção de Benveniste (1989) sobre a idealização do sujeito falante na busca por uma imagem socialmente aceita. De acordo com o autor, o sujeito da enunciação é o lugar idealizado do “eu”, a imagem do “eu” e não o sujeito real. É a maneira pela qual o “eu” se define no próprio discurso. “[...]Nesta prática discursiva, o sujeito da enunciação está impregnado do ‘outro’ que, desta forma o constitui[...]” (BENVENISTE, 1989 *apud* COSTA, 2006, p.164). É por meio, portanto, dessa alteridade discursiva que a Cikel busca sua auto-afirmação social, sempre enfatizando o caráter “diferenciado” de sua prática empresarial. Nesta seção, veremos as marcas desse discurso e seu funcionamento exemplificado em alguns enunciados referentes a empresa.

De modo a compreender os mecanismos de produção de sentido em jogo nessa auto-referência, é preciso atentar, de maneira especial, para a paráfrase presente nos discursos da empresa. Pêcheux (1990, p.169) explica que a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase e que a família parafrástica de um

determinado *corpus* constitui o que poderia chamar de “matriz de sentido”. À medida que a paráfrase se apresenta como matriz de sentido, especialmente em sua tensão com a polissemia (dissonante), a ele também se liga outro processo discursivo que se constitui como a memória do dizer, o interdiscurso.

Assim, as idéias (e a sua constante repetição discursiva) dentro das quais a certificação garante a exploração madeireira de forma economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta é um exemplo dos já ditos que não têm origem nos sujeitos, mas os colocam, aparentemente, na fonte do dizível. O interdiscurso, dessa maneira, “[...]sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas, mas esquecidas, e que vão construindo uma história de sentidos[...]” (ORLANDI, 2000, p.54), caracterizando-o como a memória discursiva. É por meio dessa memória que os sentidos se constroem, dando a impressão de que a pessoa sabe do que está falando e de que esse dizer possui origem exclusiva em seu pensar. Vejamos o fragmento retirado do website da Cikel (Imagem 1) referente aos objetivos da empresa:

“[...] O selo FSC é uma garantia de que a madeira comercializada pela Cikel se origina de florestas nativas bem manejadas e que obedecem rigorosos padrões reconhecidos mundialmente. Isso traduz a preocupação em aplicar os 9 princípios que lhe garantem o selo de qualidade de um projeto socialmente justo, ambientalmente correto e economicamente viável [...]” (Disponível em: <<www.cikel.com.br>>. Acesso em: 26 abr. 2008. Grifo nosso).

No exemplo acima, a paráfrase e o interdiscurso são os mecanismos que irão reiterar e reforçar a conduta diferenciada com que a Cikel se auto-apresenta. Seu discurso busca, sobretudo, apelar para a memória discursiva em torno do conceito de *desenvolvimento sustentável*, terminologia usada pela primeira vez, segundo Barbieri (2005), em 1980.¹³ Naquele momento, a idéia de um desenvolvimento voltado a satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas significou um rompimento com a forma clássica de desenvolvimento, baseada no crescimento econômico. Desde então, o tripé de sustentação baseado nas sustentabilidades econômica, ambiental e social do desenvolvimento passou a ser exaustivamente parafraseado nos discursos ambientais, políticos e econômicos,

¹³ A expressão “desenvolvimento sustentável” apareceu pela primeira vez no documento denominado World Conservation Strategy, produzido pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e World Wildlife Fund (WWF) por solicitação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

resultando em regularidades que se constituiriam como formação discursiva dominante. Sobre tal processo, argumenta Foucault (1999, p.43):

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.



Imagem 1.- Website oficial da empresa Cikel (<www.cikel.com.br>), capturado em 12/04/2008.

Ainda segundo Foucault (1971), o discurso não é apenas aquele que manifesta ou oculta o desejo, que traduz ou reflete os conflitos presentes nos sistemas sociais de dominação. Eles delimitam, modelam e criam o espaço social. É por eles que diferentes vozes se tornam audíveis, buscando se impor e se auto-afirmar socialmente. A distinção entre a Cikel – como integrante de um *seleto* grupo de empresas com “selo verde” - e as outras empresas madeireiras aparece como uma das marcas presentes em seu discurso que reforçam essa auto-afirmação. “Hoje a Cikel é um dos poucos grupos brasileiros que possuem esta certificação florestal, a qual atesta o uso adequado dos

recursos naturais”¹⁴. Cabe ressaltar que, por 22 anos, a empresa adotou as formas de exploração desprovidas de práticas de “MFS” e, portanto, haverá todo um esforço discursivo para destacar esta nova postura adotada pela empresa e diferenciá-la daquelas que exploram de forma convencional.

O Manejo Florestal Sustentável e o “selo verde” compõem a família parafrástica do desenvolvimento sustentável, uma vez que derivam dessa dispersão de enunciados em torno de um objeto comum: o uso sustentável de recursos naturais. A Cikel se apoiará nas regularidades discursivas em torno da temática para descrever seus objetivos. Vejamos alguns exemplos:

“[...] O “Selo Verde” é uma prova de que é possível manejar grandes áreas de florestas, convivendo harmoniosamente com o meio ambiente. É possível conciliar desenvolvimento e preservação [...]”, afirma Manoel Dias. (Trecho extraído da matéria intitulada “Cikel recebe selo verde pela maior área de floresta nativa”, publicada na Gazeta Mercantil de 08 de maio de 2001)

O Grupo Cikel traz como missão institucional o seguinte lema: Ser referência em soluções sustentáveis que apóiem o meio ambiente, tornando-o fértil e protegido. A partir deste princípio, produzir soluções em madeira adicionando absoluto valor aos produtos que comercializa. Obter o melhor resultado para parcerias de negócios e de prestação de serviços; constituir um grupo humano extraordinário, que realiza esforços para adicionar o máximo valor a seus clientes, mantendo um longo e rentável relacionamento para ambos; esta é a nossa missão. (grifos nossos) (www.cikel.com.br. Consulta dia 28.09.07).

Nesse caso, os textos estão dispersos temporalmente, mas estão interligados pela unidade e coerência em torno da matriz de sentido dominante: “a Cikel é uma empresa diferenciada ao adotar práticas de MFS”. No nível das representações simbólicas, portanto, temos a coerência, o claro, o distinto, ou seja, a instância do imaginário. Mas é no campo discursivo que enxergamos o equívoco (a ideologia), a descontinuidade, a contradição, o real. E para identificar tal incompletude é necessário uma primeira abordagem analítica que trate criticamente a impressão de “realidade” desse pensamento. Partiremos, assim, para a de-superficialização dos textos.

Em ambos os enunciados, temos a repetição das idéias em torno da possibilidade de se conciliar desenvolvimento e preservação. A Cikel aparece como sujeito da enunciação nos dois casos, sendo que no primeiro temos identificada a função-autor: o proprietário Manoel Dias. No segundo, a autoria não está expressa claramente, mas pressupõe-se

¹⁴ Trecho extraído do *website* oficial da empresa Cikel (www.cikel.com.br), capturado em 12/04/2008.

que o locutor se apresenta em consonância com o enunciador (Cikel). Recorrendo à memória discursiva, notamos que os enunciados dialogam com o pré-construído quando repetem as idéias do ambientalmente correto e do economicamente viável (paráfrase). Todavia, evidencia-se também uma descontinuidade, marcada pelo recorte que evidencia os discursos ambientais e econômicos e ignora o discurso social.

Na prática discursiva, o sujeito se significa (ser referência em soluções sustentáveis), (re) significando a “sustentabilidade”. As *soluções sustentáveis* anunciadas pela Cikel em sua missão aludem exclusivamente à resolução de problemas de ordem ambiental e econômica. Logo, podemos inferir que a responsabilidade social não compõe a missão institucional da empresa. O *socialmente justo*, que sempre aparece como uma paráfrase para compor a retórica do MFS, fica relegado à categoria do não-dito. Trata-se, pois, de um não-dizer bastante significativo. A debilidade do aspecto social nas práticas da empresa e do próprio processo de certificação deixa seus vestígios na materialidade discursiva.

As atividades concebidas como mobilização social pelo Grupo Cikel ajudam a ilustrar como o aspecto social tem merecido pouca atenção por parte da empresa. Em nosso estudo, o que vimos foram atividades isoladas e pontuais sem uma idéia de totalidade e continuidade. Vejamos o seguinte exemplo: em 2006, a Cikel produziu um encarte denominado “Cikel – Responsabilidade Ambiental”, inserido como encarte do “Cikel em Ação” de setembro contendo dicas sobre reutilização, reciclagem do lixo e coleta seletiva. Em seguida, a empresa criou rápida campanha em defesa da temática nas edições 01 e 02 do informativo “Informe Social”. Também noticiou no “Cikel em Ação” daquele mês a instalação de lixeiras próprias à coleta seletiva em duas unidades. Vejamos o exemplo do fragmento de texto retirado do referido encarte, destinado a trabalhadores e comunidades vizinhas:

O Grupo Cikel reconhece a importância de ações voltadas para conservação do meio ambiente e redução dos impactos ambientais. (...) Destacamos algumas ações que estão sendo desenvolvidas na Cikel:

A unidade de Pacajá comprometida em preservar o meio ambiente, realiza a coleta seletiva. No pátio industrial há uma caixa com separação por cores dos materiais. Assim, o descarte dos resíduos é feito de forma que coopera para a preservação ambiental. A unidade de Araucária colocou no pátio lixeiras para coleta seletiva. É uma forma de conscientização ambiental por meio da separação dos resíduos para descarte.

Ao retomar o conceito de Toro e Werneck (1996), em que a mobilização é considerada

um processo de convocação de vontades para uma mudança de realidade, através de propósitos comuns estabelecidos em consenso, percebemos que as ações da Cikel encontram-se totalmente desvinculadas de um projeto mobilizador. Sendo a participação uma condição intrínseca e essencial para a mobilização, podemos dizer que tais campanhas nada mais são que “[...]simples seqüências de ações e reações desarticuladas de pouca representatividade[...]" (CASTELLS, 1999, p.22).

Nesse sentido, a Cikel, enquanto enunciador, busca se definir como empresa “ecologicamente correta”, definindo igualmente um destinatário. Esta definição se faz pelo emprego seletivo de determinadas operações de enunciação, nesse caso, recorrendo a discursos pré-construídos sobre a destinação adequada do lixo. A preocupação em arquitetar uma imagem idealizada parece ser bem maior que aquela centrada na conscientização da população sobre a importância do manejo adequado dos resíduos sólidos. Vale lembrar que essas campanhas de “educação ambiental” contam pontos a favor da Cikel nas auditorias feitas pela certificadora. Portanto, supõe-se que o destinatário (co-enunciador) destas ações não são os trabalhadores e moradores de comunidades vizinhas às áreas manejadas, como se poderia pensar num primeiro momento, mas sim os auditores contratados.

Tal pressuposição parte do fato de que uma campanha, seja de qual for a natureza, só consegue ser eficiente, quando inclui estratégias comunicacionais mais elaboradas. Obviamente, o sujeito da enunciação sabe que a questão do lixo é algo muito mais complexo. Não basta a simples difusão de mensagens defendendo os “três erres” (redução, reutilização, reciclagem), tampouco somente a instalação de lixeiras coloridas, como maneira de sensibilizar e envolver cidadãos em torno de um ideal. Estamos falando de municípios desprovidos de aterros sanitários, com boa parte da população com baixa escolaridade, que não contam com equipes especializadas de limpeza e não possuem usinas de reciclagem em seus limites. Em busca da imagem “verde”, a empresa dissimula estratégias sócio-ambientais. A mobilização, neste caso, converte-se em publicidade. Esta dissimulação será constante nas supostas ações destinadas a promover a melhoria da qualidade de vida de trabalhadores e das comunidades de entorno às áreas da Cikel.

3.3 A CIKEL SE DEFENDE

Nesta seção, mostraremos, por meio da análise de matérias jornalísticas, um caso em que a Cikel teve sua imagem associada a eventos negativos e discrepantes com seu discurso. Abaixo, os três primeiros textos estão interligados e relacionam-se ao fato de a empresa ter sido multada pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT) do Pará por manter 35 trabalhadores em situação degradante. O último texto é a resposta pública da Cikel ao ocorrido. Vejamos:

Título: PF liberta 35 homens de trabalho escravo no Pará

Subtítulo: Eles trabalhavam numa madeireira, viviam em barracas de lona e sem alimentação; empresa foi multada

Fonte: O Estado de São Paulo

Jornalista responsável: Carlos Mendes

Data: 07 de junho de 2005

Fiscais da Delegacia do Trabalho no Pará com apoio da Polícia Federal e do Ministério Público do Trabalho libertaram ontem 35 homens que trabalhavam em situação degradante para a empresa madeireira Cikel Brasil Verde, em Paragominas, no leste do Estado. Eles estavam em um acampamento às margens do Rio Capim, já próximo do município de Goianésia

Os trabalhadores viviam em barracas de lona, sem alimentação e expostos às adversidades da floresta e do tempo. A empresa ainda tentou escondê-los da fiscalização, porque burlava as leis trabalhistas, segundo os fiscais da DRT. Além das condições desumanas, os trabalhadores não tinham carteira assinada, entre outros direitos. Depois de receber a indenização a que tinham direito, os trabalhadores foram enviados de volta às suas cidades de origem. A maioria é de Açailândia, no Maranhão.

A Cikel foi autuada pela DRT, totalizando 16 autos de infração. Ela pagou R\$ 36 mil aos trabalhadores. O relatório da fiscalização será encaminhado ao Ministério Público do Trabalho para as providências contra a madeireira. O Pará é o campeão nacional de trabalho escravo. O Estado também lidera em número de empresas autuadas que tiveram seus nomes divulgados na 'lista suja' divulgada pelo Ministério do Trabalho. (grifos nossos).

Título: Cikel é multada pela DRT por trabalho degradante

Fonte: O Liberal

Jornalista responsável: Carlos Mendes

Data: 07 de junho de 2005

A Cikel Brasil Verde S. A foi multada pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT) do Pará por manter 35 trabalhadores em situação degradante. Os trabalhadores foram resgatados de uma localidade às margens do rio Capim, em Paragominas, sudeste do Pará, no último fim de semana, numa operação que envolveu também o Ministério Público do Trabalho, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal. A empresa pagou R\$ 36 mil em indenizações aos funcionários.

Segundo os fiscais da DRT, os trabalhadores - muitos dos quais sem carteira assinada - estavam sendo mantidos em barracas de lona, sem alimentação e

expostos às adversidades da floresta. A empresa os estava escondendo, no momento da operação, para fugir da fiscalização. Todos foram enviados de volta às suas cidades de origem e tiveram garantidos todos os direitos trabalhistas. A maioria é oriunda do município de Açailândia (MA). A DRT expediu 16 autos de infração à Cikel. O relatório da fiscalização será encaminhado ao Ministério Público do Trabalho, para as providências cabíveis.

Título: DRT liberta trabalhadores em regime de semi-escravidão em Paragominas

Fonte: O Liberal

Data: 08 de junho de 2005

Jornalista responsável: Carlos Mendes

Fiscais da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) no Pará, com apoio da Polícia Federal e Ministério Público do Trabalho, libertaram anteontem 35 homens que trabalhavam em situação degradante para a empresa madeireira Cikel Brasil Verde, em Paragominas, no leste do Estado. Eles estavam em um acampamento às margens do rio Capim, já próximo do município de Goianésia.

Os trabalhadores viviam em barracas de lona, sem alimentação e expostos às adversidades da floresta. A empresa ainda tentou escondê-los da fiscalização, porque burlava as leis trabalhistas, segundo os fiscais da DRT. Além das condições desumanas, os trabalhadores não tinham carteira assinada, entre outros direitos.

Depois de receber a indenização a que tinham direito, os trabalhadores foram enviados de volta às suas cidades de origem. A maioria é oriunda de Açailândia, no Maranhão. A Cikel foi autuada pela DRT, totalizando 16 autos de infração. Ela pagou R\$ 36 mil aos trabalhadores. O relatório da fiscalização será encaminhado ao Ministério Público do Trabalho para as providências contra a madeireira.

O Pará é o campeão nacional de trabalho escravo. O Estado também lidera em número de empresas autuadas que tiveram seus nomes divulgados na “lista suja” divulgada pelo Ministério do Trabalho.

Editoria: Cartas na mesa - Direito de resposta da Cikel

Fonte: O Liberal

Responsável: Diretoria da Cikel Brasil Verde

Data: 16 de junho de 2005

A respeito das matérias intituladas “Cikel é multada pela DRT por trabalho degradante” e “DRT liberta trabalhadores em regime de semi-escravidão”, publicadas no jornal O Liberal, respectivamente nos dias 7 e 8 deste mês de junho, e assinadas pelo jornalista Carlos Mendes, a empresa Cikel Brasil Verde tem a declarar que apóia e concorda com as operações realizadas pela DRT, mas esclarece que as autuações lavradas não decorreram da constatação de que mantinha em suas terras de Paragominas trabalhadores em condições degradantes e tão pouco trabalho escravo.

De fato, a Cikel contratou, através de sua gerência local, empresas para realização de manutenção e limpeza do reflorestamento. As empresas contratadas, infelizmente, segundo a DRT, não cumpriram com todas as obrigações trabalhistas e contratuais em relação à mão-de-obra utilizada.

Embora tenham alegado que essa mão-de-obra havia sido contratada por obra certa (prazo determinado), o que não configuraria relação de emprego. Em decorrência desses fatos, a Cikel rescindiu imediatamente os contratos com estas empresas.

A Cikel, empresa que detém 248.899 hectares de floresta certificada pelo Conselho de Manejo Florestal (FSC), não adota em sua prática empresarial o descumprimento de leis. Esta postura reflete-se em suas exigências contratuais e no baixo índice de reclamações trabalhistas. Com aproximadamente 1500 funcionários, a Cikel tem um índice médio de reclamações trabalhistas de 0,33% ao ano. Também, neste sentido, vale informar que suas unidades florestais estão há mais de 300 dias sem acidente de trabalho por afastamento.

Por essa razão, assumindo sua posição histórica, a empresa decidiu arcar com todos os ônus de correção das irregularidades constatadas, sendo que, em relação a algumas delas, apresentará no prazo legal, defesa aos autos de infração lavrados pela DRT.

A Cikel esclarece, ainda, que todos seus funcionários trabalham em condições condignas e contam com alojamentos adequados. A Cikel informa também que acolheu sugestões feitas pela DRT para melhorar ainda mais as condições de trabalho em seus projetos de manejo e reflorestamento e os processos industriais e de serviços a ela vinculados.

Por fim, a Cikel lamenta o ocorrido e espera que a DRT possa retornar ao projeto que mantém em Paragominas o mais breve possível para examinar as condições em que vivem e trabalham seus empregados. (Grifos nossos)

Diretoria da Cikel Brasil Verde

Conforme dito anteriormente, todo o esforço discursivo da Cikel em busca da construção de sua identidade institucional parte da concepção de que a mesma é uma empresa diferenciada. O que se busca demarcar é que suas práticas diferem das empresas desprovidas de “selo verde”. Por isso, quando a Cikel se envolve em uma situação condenada retoricamente pela empresa, há a necessidade de o sujeito da enunciação reiterar publicamente seu lugar idealizado, isto é, sua auto-imagem.

Em seu direito de resposta, a empresa enfatiza novamente o fato de ser uma empresa madeireira diferenciada por cumprir as leis trabalhistas e tratar dignamente seus trabalhadores, tratados pela empresa pelo eufemismo de “colaboradores”. Ao explicar que a empresa contratou, através de sua gerência local, empresas para realização de manutenção e limpeza do reflorestamento e que as mesmas “infelizmente, segundo a DRT, não cumpriram com todas as obrigações trabalhistas e contratuais em relação à mão-de-obra utilizada”, a empresa se posiciona como vítima – tão vítima quanto os trabalhadores escravizados.

A Cikel alega que a terceirização de seus serviços a isenta de quaisquer responsabilidades para com os trabalhadores. Estudando o processo de terceirização no

Brasil, Faria (1994 *apud* MIRANDA¹⁵) evidenciou a existência de duas modalidades de terceirização. Uma primeira modalidade é aquela justificada pela busca de produtividade, qualidade e competitividade e que inclui a transferência de inovações tecnológicas e de políticas de gestão da qualidade para as empresas subcontratadas. Uma segunda modalidade, predominante entre as empresas brasileiras, é aquela determinada basicamente pela redução de custos e, sua rápida e ampla adoção tem provocado uma evidente precarização das condições de trabalho e de emprego no país.

Para Dejours (1987 *apud* MIRANDA¹⁶) a terceirização, nos moldes como vem sendo adotada no Brasil, tem provocado a desestruturação e a desintegração da força de trabalho. O autor explica que

A organização do trabalho exerce sobre o homem, uma ação específica, cujo impacto é o aparelho psíquico. Em certas condições, emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, de esperanças e de desejos, e uma organização do trabalho que os ignora. Esse sofrimento, de natureza mental, começa quando o homem, no trabalho, já não pode fazer nenhuma modificação na sua tarefa no sentido de torná-la mais conforme às suas necessidades fisiológicas e a seus desejos psicológicos – isso é, quando a relação homem-trabalho é bloqueada.

Não é objetivo desta dissertação esgotar tal assunto, contudo, considera-se pertinente suscitar tal polêmica, para quem sabe, lançar bases para futuras discussões. Assim, questiona-se: a terceirização, tal como vem sendo adotada pelas madeireiras com áreas certificadas, é “socialmente justa” ? A Cikel considera que sim. O FSC a estimula. E dessa forma o que temos é a busca pela viabilização do “economicamente viável”.

¹⁵ Disponível em <<http://www.saudeetrabalho.com.br/download/ataque-miranda.doc>>. Acesso em: 05 mai.2008,

¹⁶ Idem.

4. A CIKEL E SUAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

O quarto capítulo, sob o título de “**Certificação Florestal – para quê e para quem?**”, destina-se a identificar os elementos da prática social que defende a chamada “vocação florestal” da Amazônia, bem como identificar quais enunciados, e de quais maneiras, instauram e sustentam a visão naturalizada de que a certifica o florestal seria a mais legítima forma de se alcançar o uso sustentável da floresta. Buscamos descrever com maior profundidade o conceito de *marketing verde* e o que está por trás deste “mercado ecológico”. Ainda buscamos apontar a debilidade do aspecto social nas políticas do FSC e das empresas como a Cikel. Com esse propósito, serão bastante úteis as reflexões acerca do desenvolvimento sustentável, da mercantiliza o da natureza e *comoditiza o* da floresta amazônica de Porto-Gonçalves (2002, 2006) e da socióloga Andréa Zhouri (2006).

4.1 A CIKEL E SUAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Ao longo de seus trinta anos de existência, o grupo Cikel estabeleceu importantes parcerias, tanto com organiza es governamentais, quanto não-governamentais. Por meio da análise dos discursos produzidos, este capítulo pretende avaliar a influência das configura es institucionais - valores, regras, estatutos, interesses, estruturas de poder e de coer o - na forma o destas parcerias. Busca-se identificar, na interdiscursividade materializada nos enunciados, como se posicionam os diferentes sujeitos atuantes e entender como se relacionam as componentes políticas, econômicas e ideológicas que instituem e mant m as redes institucionais do grupo Cikel.

Consideramos pertinente descrever primeiramente algumas das principais rela es institucionais. Como marco inicial desse processo, pode-se citar a parceria com a organiza o não-governamental **Funda o Floresta Tropical (FFT)**, que desde 1995 se estabeleceu na Cikel Brasil Verde S.A., por meio da cessão de uma área florestal na fazenda rio Capim. A partir daí, a FFT passou a ser responsável por um centro de treinamento de manejo florestal (MF) com técnicas de explora o de impacto reduzido (IR) destinado a produtores florestais, engenheiros, técnicos, estudantes e trabalhadores florestais oriundos de toda a Amazônia e de outros países. Segundo informa es fornecidas pela empresa, o trabalho da FFT levou a diretoria a adotar esta metodologia e

auxiliou a Cikel a candidatar-se à Certificação Florestal. No website da empresa consta o seguinte:

Graças ao desenvolvimento alcançado, tanto a FFT como a CIKEL têm sido procuradas constantemente por pesquisadores, acadêmicos de mestrado e doutorado nas áreas de ciências florestais, ambientais e sociais, através da disponibilização de dados e informações em áreas de modelos de MF-EIR implantados, visando a produção de trabalhos científicos. De um modo geral, todas as pesquisas concluídas ou em andamento são diretamente aplicadas às melhorias das práticas do manejo e conservação da floresta Amazônica, quer seja no âmbito acadêmico, na área industrial, operacional, quer seja no campo da botânica, silvicultura, ecologia, fisiologia, sociologia, antropologia e demais áreas da ciência (Disponível em: www.cikel.com.br. Acesso em: 15 mar. 2008).

Outra parceira apontada é a **Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)**, por meio de seu Departamento de Tecnologia de Produtos Florestais. De acordo com o divulgado pela CIKEL, elas se “associaram com o objetivo geral de desenvolver pesquisas visando melhorar o aproveitamento dos resíduos provenientes da atividade de exploração florestal, nas quais serão preconizadas a utilização de tecnologia mais adequada e menos agressiva ao ambiente”.

O convênio de cooperação técnica entre a organização não-governamental “**Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)**” e a CIKEL é outra relação institucional da empresa. Segundo as instituições, tal parceria foi firmada com finalidade básica de “[...]desenvolver trabalhos de pesquisa florestal, de interesse mútuo, referentes às atividades de avaliação de indicadores biológicos de saúde ambiental[...]” (Disponível em: www.ipam.org.br. Acesso em: 15 mar.2008).

A **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)**, por meio do Projeto Bom Manejo é, segundo a Cikel, “a parceria de maior abrangência da empresa e retrata a maior tecnologia em manejo de florestas tropicais na Amazônia”.

Graças a esta parceria com a EMBRAPA-CPATU e seu suporte técnico com outras instituições, a CIKEL protocolou no IBAMA-PA no ano 2000, o maior Plano de Manejo Florestal Sustentado (PMFS) da Amazônia Brasileira com uma área de 206.411,95 ha (ofício de aprovação n. 361/2000-DITEC, IBAMA, PA, em 27/10/2000) situado no Município de Paragominas (Ibidem).

A empresa ainda cita outros parceiros institucionais, a saber: Organização Internacional de Madeiras Tropicais (**ITTO**), Centro para Pesquisa Florestal Internacional (**Cifor**), **Universidade de Dresden** (Alemanha), Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (**DFID**), Secretaria Executiva de

Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará (SECTAM) e a **Prefeitura de Goianésia do Pará.**

Neste contexto, Zhouri (2006, p.156) afirma que a cooptação de ONG's por setores governamentais e econômicos no processo de formação de parcerias converte-se em poderoso instrumento para validar o discurso hegemônico, isto é, o consenso em torno da “sustentabilidade” da certificação florestal.

Para legitimar esse discurso oficial, as ONGs – antes portadoras de um contradiscurso ao desenvolvimento – foram convidadas à “participação” e à “parceria” com os setores econômicos e governamentais, tendência que pode ser claramente identificada através de uma análise das mudanças ocorridas nas estratégias políticas do Banco Mundial no começo da década de 1990. O banco passou a incluir questões sociais e ambientais em suas diretrizes gerais, ao mesmo tempo em que procurou a colaboração de ONGs (ZHOURI, 2006, p.156).

Podemos dizer que, em todos esses casos, a busca por alianças parte da necessidade de as instituições envolvidas se beneficiarem mutuamente e se legitimarem em seus respectivos campos de atuação. Bourdieu (1986) define um campo como uma série de relações e inter-relações baseadas em valores específicos e práticas que operam em dados contextos. Um campo é heterogêneo por definição; ele é feito de diferentes atores, instituições, discursos e forças em tensão. Assim, estratégias de cooperação permitem às instituições envolvidas no processo interacional ampliarem seu “capital simbólico”, em tudo semelhante ao capital financeiro propriamente dito.

Pinto, a partir da idéias de Foucault (1999), atesta que tais relações de poder favorecem a naturalização dos discursos reconhecidos como hegemônicos, culminando na perda das conexões que tais discursos mantinham com as condições sociais de produção, isto é, “[...] perdem seu caráter de ideológico, ou de simulacro interesseiro, e se convertem em ‘verdade’ e ‘bom senso’ [...]”(FOUCAULT, 1999, p.41). Assim, a transformação de um objeto discursivo em consenso é diretamente maior, quanto maior for o capital simbólico dos sujeitos falantes.

A quantidade de gêneros de discursos que uma pessoa domina e utiliza, na sua prática de produção e/ou consumo de textos, quando o contexto o exige, constitui uma espécie de capital sociocultural e que condiciona o reconhecimento do seu status em cada evento comunicacional de que participa e (re) define sua posição dentro das escalas de poder presentes na sociedade (PINTO, 1999, p.50).

Por se configurar pelo discurso, o poder simbólico reveste-se de uma aparente naturalidade. Nesse sentido, os *sistemas simbólicos* do pensamento de Bourdieu podem ser vistos como uma representação coletiva. Por isso mesmo, sua manifestação se dá de uma maneira que não pode ser percebida conscientemente. Não obstante, o fato de mascararem relações de poder não lhes retira a capacidade de traduzir tanto a visão do dominado quanto a do dominador. Nas palavras de Bourdieu (1989),

O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (BOURDIEU, 1989, p. 14-15).

Em suma, para Bourdieu, os *instrumentos de poder simbólico* são essencialmente instrumentos de conhecimento e de construção do mundo objetivo, que se manifestam através dos mais diversos meios de comunicação, garantindo àqueles que os possuem a manutenção e o exercício do poder.

Neste sentido, haverá todo um esforço por parte destes diferentes segmentos intersetoriais em construir enunciados apoiados na formação discursiva em torno da concepção consensual do “desenvolvimento sustentável”. Como estes enunciados são usados e que sentidos são produzidos? Como os discursos em questão são controlados? O que é excluído e o que é beneficiado e prestigiado? Em função do quê? Pretendemos encontrar as repostas para estas perguntas nas análises a seguir.

Desde já, alertamos para a predominância de textos jornalísticos na análise. Isso se deve por ser o jornalismo gênero discursivo que abrange múltiplas vozes, revelando heterogeneidades importantes para nosso estudo. Contudo, como veremos a seguir, trata-se de um corpus bastante diversificado, uma vez que os sujeitos estão dispersos de maneiras singulares ao longo dos enunciados, utilizando recursos lingüísticos variados e segundo suas próprias memórias discursivas.

4.2 ANÁLISE DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS E SOCIAIS DA CIKEL E SEUS PARCEIROS

As práticas discursivas têm relação com outras práticas sociais, econômicas, culturais; justamente essa relação é o foco da nossa análise, como veremos nessa seção. Partimos

do pressuposto foucaultiano de que não há enunciado neutro, ele funciona e toma efeito numa prática discursiva que é prestigiada, em geral, pelo fato de produzir “verdade”.

Partimos, pimeiramente, da análise de três matérias jornalísticas¹⁷ produzidas em contextos semelhantes. Todos referem-se ao anúncio das primeiras áreas certificadas pela Cikel, em 2001, quando a empresa passou a exibir o chamado “selo verde” com a logomarca do FSC. Naquele momento, a empresa organizou um evento que marcou o recebimento da certificação FSC pela área manejada da Fazenda Rio Capim da Cikel e contou com a participação de políticos e autoridades diversas e com cobertura jornalística de parte da imprensa nacional e regional. Isto deveu-se aos esforços da jornalista Ruth Rendeiro da Embrapa que, a serviço da Cikel, contactou diversas redações jornalísticas anunciando o fato e enviando *releases* (textos-bases) sobre o assunto. Apesar de não ter alcançado a repercussão esperada pela jornalista (segundo declaração dada em entrevista para a autora desta dissertação), o acontecimento ganhou notoriedade em alguns veículos de comunicação importantes, que reproduziram em suas linhas o entusiasmo contido no *release*.

A cobertura mais completa do evento ficou a cargo da Gazeta Mercantil, que publicou matéria antes do evento (“Projeto da Cikel vai ganhar selo verde do FSC no dia 7”) e depois (“Cikel recebe selo verde pela maior área de floresta nativa”), relatando o acontecimento e as dimensões implicadas. Outros veículos não especializados restringiram-se a registrar notas ou pequenas matérias, indicando que a temática da certificação florestal tem mais apelo econômico que ambiental nas redações. Em tempos de globalização, de sociedade centrada na mercadoria e no incentivo ao consumo, o capital começa a perceber o meio ambiente como uma *commodity* e o tratamento dado às questões ambientais na imprensa só ilustram isso. Vejamos:

Título: Projeto da Cikel vai ganhar selo verde do FSC no dia 7

Fonte: Gazeta Mercantil

Jornalista responsável: Silvia Hiromi Fujiyoshi

Data: 03 de maio de 2001

A empresa madeireira Cikel Brasil Verde S.A. terá a maior área de floresta nativa com exploração sustentável certificada pelo Conselho de Manejo Florestal (FSC) no Brasil. (...) Com isso, a empresa poderá ampliar a atuação em mercados mais exigentes na europa e nos EUA e aumentar seus lucros

¹⁷ As matérias encontram-se editadas e sublinhadas pela autora do presente trabalho. Buscou-se suprimir informações já contidas no corpo desta dissertação, de modo a facilitar o trabalho de análise. Os grifos destacam paráfrases e polissemias analisadas.

em até 30%, agregando valor e diversificando seu mix de produto. (grifos meus).

(...) Além da própria consciência da diretoria da empresa sobre a importância de explorar a floresta de forma sustentada, a ameaça da Holanda de comprar somente madeira também impulsionou os investimentos da empresa na obtenção do “selo verde”.

(...) Com a certificação, do FSC a Cikel terá vantagens, como a ampliação das variedades de espécies a serem exploradas no mercado. O selo do FSC será a garantia de segurança dos compradores na aquisição de madeiras pouco conhecidas, que podem substituir espécies nobres exploradas excessivamente.

(...) Além disso, a empresa aposta na possibilidade de aumentar sua participação em mercados extremamente exigentes, como o da Alemanha e Inglaterra, com a madeira certificada.

Título: “Cikel recebe selo verde pela maior área de floresta nativa”

Fonte: Gazeta Mercantil

Jornalista responsável: Silvia Hiromi Fujiyoshi

Data: 08 de maio de 2001

São mais de 140 mil hectares de floresta tropical certificada pelo FSC. Um verdadeiro exemplo de que pode haver exploração madeireira sustentável na Amazônia foi comprovado ontem pela empresa Cikel Brasil Verde S.A. com a certificação de 140.658 hectares de floresta tropical. (grifos meus).

(...) A importadora de madeiras belga Timbrian Europe tem fornecimento exclusivo da Cikel e acredita que dobrar suas vendas com a certificação.

Com a certificação, o FSC atesta que a madeira explorada pela Cikel, na Fazenda Rio Capim, em Paragominas, é ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável. Segundo o diretor geral da Cikel, Manoel Dias, o maior investimento para obter a certificação foi na capacitação dos recursos humanos para a mudança da cultura dos funcionários da empresa. A área certificada é totalmente sustentável, fechando o ciclo de 30 anos de recuperação natural da floresta. Um investimento desse porte na floresta nativa é considerado como um verdadeiro exemplo pelos certificadores da FSC.

(...) O “Selo Verde” traz à Cikel a comprovação de que a empresa valoriza a floresta, treina seus funcionários e busca processos realmente produtivos. O certificado confere um diferencial aos produtos da Cikel e abre novos mercados, com preços que refletem mais lucros à empresa. “Acima de tudo, a certificação da Cikel é uma prova de que é possível manejar grandes áreas de florestas, convivendo harmoniosamente com o meio ambiente. É possível conciliar desenvolvimento e preservação”, afirma Manoel Dias.

Com a certificação, a Cikel ganha competitividade para entrar em mercados exigentes, como o da Inglaterra e Alemanha. (...) Somente para o fornecimento exclusivo para a empresa Timbrian Europe, da Bélgica, a Cikel produz cerca de 35 mil metros cúbicos de madeira em geral. Segundo o presidente da empresa belga, Sebastian Smit, a expectativa com a certificação é de duplicar o montante de negócios na própria Bélgica, além de Alemanha, França e Holanda.

Conforme o governador Almir Gabriel, o estado tem dado todas as facilidades econômicas, fiscais e infra-estruturais para empreendimentos ambientalmente corretos. “Ainda estamos num estágio inicial de inserção e ampliação da madeira brasileira no mercado europeu, através de um ‘freio

de arrumação' de bom senso sobre a exploração madeireira", ressalta o governador.

Seguindo o método de análise proposto por Orlandi (2000), partiremos da superfície lingüística dos textos. Por isso, a preocupação primeira em identificar os falantes em jogo e os lugares de fala. De acordo com o que já fora dito, a função-autor (locutor) está mais submetida às regras e aos procedimentos disciplinares – exigências de coerência, não-contradição, responsabilidade e outros. Nesse caso, cabe à jornalista Silvia Fujiyoshi, enquanto produtora do texto, conferir clareza, unidade, coerência ao seu enunciado. Nesse caso, a locutora tem a função de organizar e tornar visíveis as perspectivas do veículo de comunicação (Gazeta Mercantil), enquanto lugar de fala.

“Ampliar negócios”, “dobrar vendas”, “abrir novos mercados”, “ganhar competitividade”; no processo de “de-superficialização” do texto, deparamo-nos com as expressões derivadas da formação discursiva econômica, reiteradas pelos diferentes sujeitos. Tal recorte não é ocasional, uma vez que a função-autor está submetida diretamente às regras da instituição jornalística do qual faz parte, no caso, o jornal econômico mais tradicional do Brasil. A lógica do mercado é, assim, a formação discursiva dominante nos discursos dispersos no texto midiático e suscita vestígios que apontam para o caráter eminentemente econômico da certificação florestal, reforçando o argumento de que a natureza tem sido concebida como uma *commodity*.

A polifonia, mecanismo da heterogeneidade mostrada do discurso, aparece como mecanismo que irá validar a enunciação jornalística. Atentamos para o fato de a jornalista Silvia Fujiyoshi adotar o esquema simplista de tecer seu texto embasado quase que somente pelas “vozes” de seus entrevistados – todos, a exceção do representante governamental, componentes ou parceiros formais do grupo Cikel. Assim, temos, no mínimo, o ponto de vista de cinco vozes, todas convergentes. A harmonização entre as fontes enunciativas é terreno fértil para o que Maingueneau (1993) denominou pressuposição. Nesse caso, o fenômeno concretiza-se quando o locutor se solidariza com enunciadores apresentados, pressupondo uma “verdade” dos enunciados.

Um exemplo de pressuposição estrita aparece no parágrafo que expressa a opinião do dono da empresa. O enunciado “*A área certificada é totalmente sustentável, fechando o ciclo de 30 anos de recuperação natural da floresta*” é de autoria da jornalista. Assim, Silvia reproduz e legitima informações a respeito da sustentabilidade ambiental que nem

mesmo especialistas poderiam garantir. O engenheiro florestal e professor da Universidade Federal Rural da Amazônia, Paulo Contente, explica que

O ciclo de corte de trinta anos é uma situação ideal, que não considera desperdícios florestais ocasionados por queda de outras árvores no momento da derruba. Consideramos o período de 36 anos para uma floresta se recuperar como o mais próximo da realidade. (Em entrevista concedida para a autora do trabalho no dia 29 de maio de 2008).

A paráfrase “*totalmente sustentável*”, repetida em inúmeros discursos, perdeu suas condições de produção, configurando-se como senso comum, inquestionável, portanto, não há razões para ouvir vozes conflituosas. Embora haja exageros e idealizações no processo do manejo sustentável, como é possível vislumbrar na fala do engenheiro, isso nunca é exposto e divulgado.

Mais uma vez, a tríade do desenvolvimento sustentável é parafraseada: “*a certificação passa a ser a garantia que a madeira explorada pela Cikel, na Fazenda Rio Capim, é ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável*”. No entanto, os benefícios sociais que a certificação possivelmente acarretaria no contexto das comunidades de entorno da Fazenda Rio Capim não estão explícitos. Este é mais um vestígio que o “socialmente justo” seja somente elemento retórico, não condizendo com a prática social da empresa.

Mas os aspectos técnicos e econômicos da certificação são sublinhados também em veículos não especializados. O discurso do “é possível obter lucros com a exploração ordenada e responsável da floresta” é novamente reiterado. Silva (2006, p.41) argumenta que “[...]esta valorização dos aspectos econômicos levada aos bens ambientais significa a ‘sacralização’ do mercado como princípio organizador da vida ecológica[...]”. Vejamos a pequena matéria publicada pelo jornal local “O Liberal”:

Título: Selo garante novos mercados

Fonte: O Liberal

Data: 08 de maio de 2001

Pela segunda vez uma empresa paraense recebe a certificação florestal do FSC (Forest Stewardship Council/ Conselho de Manejo Florestal) e passa a exibir o “selo verde” com a logomarca do conselho. (...) Com o selo, a madeira e os produtos da Cikel têm a garantia de que provêm de manejo florestal adequado, cumprindo práticas que substituem o manejo tradicional pela exploração de baixo impacto.(grifo meu).(...) O manejo sustentado extrai apenas as árvores que serão cortadas sem danificar a área ao redor.

A Cikel investiu, segundo o diretor geral da empresa Manoel Pereira Dias, US\$600 mil para fomentar a mudança do tipo de exploração em suas áreas florestais.”Houve uma reação meio desfavorável no início por parte de outras madeireiras, mas hoje já existe uma vontade de adotar esses mesmos procedimentos, disse”.

Para o representante do FSC, Roberto Bauch, o único fato a se lamentar é que iniciativas como as da Cikel ainda são isoladas dentro do contexto paraense. “Muitos madeireiros precisam acreditar que a floresta pode dar dinheiro sem destruir” (grifos meus).

A família parafrástica do desenvolvimento sustentável continua sendo prestigiada. *Selo verde*, Conselho de Manejo Florestal, *certificação florestal*, *manejo florestal adequado*, *manejo tradicional*, *exploração de baixo impacto*, *manejo sustentado*. Não há explicações nem reflexões sobre tais termos técnicos. É como se a função-autor não se definisse pelo seu público leitor (recorrendo ao jogo de alteridade descrito por Benveniste), mas por um outro leitor, que pode ser inclusive, o próprio objeto discursivo, ou seja, a Cikel. Se depender da enorme profusão de jargões da engenharia florestal presentes no texto sem definição, a construção de sentido por parte do receptor leigo – pressuposto da operação discursiva do jornalismo – inexistirá. Para um público não especializado, a nota torna-se obscura e perde seu interesse.

A lógica do mercado é também dominante no enunciado da mídia não-especializada. Nos chama atenção a ênfase no aspecto econômico da certificação logo no título (*Selo garante novos mercados*). Zhouri (2006, p.141-142) atenta para esta subordinação da natureza ao capital no atual discurso sobre desenvolvimento sustentável (“*Muitos madeireiros precisam acreditar que a floresta pode dar dinheiro sem destruir*”). Segundo a mesma, “[...] foco na denominada ‘vocação florestal’ da Amazônia tem representado, na verdade, uma “comoditização” da floresta amazônica e de sua gente, fracassando na tarefa de promover a sustentabilidade das sociedades e ecossistemas locais[...]” (ZHOURI, 2006, p.142).

Na busca pelo consenso em torno da identidade das empresas com “selo verde”, uma ou várias formações discursivas são interligadas, determinando o que pode e que deve ser dito a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada. Ao falar de formação discursiva consideramos que “[...]para uma sociedade, em uma posição e em um momento definidos apenas uma parte do dizível é acessível, que esse dizível forma sistema e delimita uma identidade[...]” (MAINGUENEAU, 1984:5).

Nesse caso, o silêncio em torno das atividades da Cikel é estratégico. Ao dizer “*Com o selo, a madeira e os produtos da Cikel têm a garantia de que provêm de manejo florestal adequado...*” e não “*Com o selo, a madeira e os produtos da Unidade Certificada da Fazenda Rio Capim da Cikel têm a garantia de que provêm de manejo florestal adequado...*” notamos que a metonímia (a parte pelo todo) não pode ser tomada como inócua. Há uma omissão do fato de a Cikel ainda possuir grandes áreas (ver tabela 1.) ainda submetidas à exploração convencional e áreas destinadas à pecuária na Amazônia, fatos estes que impossibilitam a substituição de um termo pelo outro. Assim, a Rio Capim é a vitrine perfeita que esconde aquilo que não é conveniente e que reflete a imagem de uma empresa modelo, diferente das demais. Como lembra Orlandi (2000), o não-dizer significa. Assim sendo, a autora faz distinção entre as formas de silêncio existentes:

Distinguimos o silêncio fundador (silêncio que indica que o sentido pode ser outro) e o silenciamento ou política do silêncio que, por sua vez, se divide em: silêncio constitutivo, pois uma palavra apaga outras palavras e o silêncio local, que é a censura, aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura (ORLANDI, 2000, p.83).

Tendo em vista que “[...]as relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura[...]” (ORLANDI, 2000, p.83), podemos concluir que os discursos hegemônicos instituem o chamado silêncio local. Isso porque está claro que algumas operações da Cikel, consideradas discrepantes com as formações discursivas dominantes, são intencionalmente censuradas pelos sujeitos enunciadoreis.

Tais relações de poder têm sido alvo de crítica por parte de muitos estudiosos. Eles fazem alusões a possíveis alianças que vêm sendo arquitetadas entre grandes ONGs mundiais e as empresas madeireiras e de certificação. Porto-Gonçalves é um dos críticos ao processo de certificação florestal tal como vem sendo concebido na Amazônia. Segundo o geógrafo,

este assunto vem sendo construído estrategicamente por três setores: organizações não governamentais (WWF, Greenpeace, Friends of Earth - Amigos da Terra), grupos empresariais do setor florestal em torno do ITTO (Internacional Timber of Tropical Organization) e os organismos multilaterais (Banco Mundial) (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.363).

Embora isso possa soar como “teoria da conspiração”, algumas situações evocam aquilo a que Porto- Gonçalves chama de “conluio” entre ONG’s e empresas madeireiras.

As matérias abaixo sobre um mesmo acontecimento evidenciam mais explicitamente as vicissitudes do processo e como elas se materializam nos discursos dos parceiros institucionais da Cikel e da própria empresa. Explicitamos resumidamente o fato:

A Cikel foi contratada pela ONG Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) para beneficiar e comercializar 6 mil metros cúbicos de mogno apreendido em Altamira e doado à FASE pelo Ibama em junho de 2003. O Tribunal de Contas da União (TCU) interveio, questionando contratação da madeira sem licitação e principalmente porque foi a Cikel que determinou os preços do serviço e do mogno. Agora, vejamos as duas matérias¹⁸ publicadas na imprensa sobre o acontecido:

Título: Tribunal pára doação de mogno ilegal

Subtítulo: Relatório do TCU considera irregular contratação de madeira por ONG. Enquanto isso, 80 mil metros cúbicos apreendidos estão sem destinação.

Fonte: O Liberal

Jornalista responsável: Jaqueline Almeida

Data: 07 de junho de 2004

A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), de Belém, recebeu do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) 6 mil toras de mogno apreendidas em Altamira e avaliadas em R\$ 7,9 milhões. A doação, com encargos e obrigações para a beneficiada, aconteceu em junho do ano passado. Como a entidade não tem como beneficiar e comercializar a madeira, a Fase contratou a madeira Cikel Brasil Verde, de Paragominas. Apesar de aprovar a transação sob o aspecto legal, o TCU advertiu ao Ibama que deve haver leilão ou licitação nas próximas vezes em que o órgão ambiental deseje dar destino à madeira apreendida ilegalmente.

O Ibama, no entanto, tem posição contrária. As autoridades do órgão são contra o leilão para dar destino aos demais lotes de mogno apreendidos no Pará por achar que os processos são falhos e dão margem a irregularidades e corrupção.

Já a Cikel Brasil Verde tem sido apontada como uma das madeiras com cuidados ambientais e sociais. É uma das sete empresas do setor com o selo verde internacional, Forest Stewardship Council (FSC).

Tasso Azevedo, diretor do Programa Nacional de Florestas, explicou que o contrato entre a Fase, o Ibama e a Cikel foi a primeira iniciativa para reparar o dano provocado pela “máfia madeireira” que durante décadas retirou o mogno da floresta.

Dinheiro irá para projetos sociais

¹⁸ As matérias encontram-se editadas e sublinhadas pela autora do presente trabalho. Buscou-se suprimir informações já contidas no corpo desta dissertação ou aquelas consideradas irrelevantes para a análise. Os grifos destacam paráfrases e polissemias analisadas.

Apesar das críticas do Tribunal de Contas da União, o dinheiro da doação será usado de maneira correta, garante coordenador da Federação de Assistência Social e Educacional (Fase), Matheus Otterloo.

O LIBERAL teve acesso ao extrato da entidade e as contas da transação. A Fase criou um fundo permanente de R\$ 4,7 milhões, cujo rendimento será usado para financiar bons projetos sociais e de educação ambiental.

A partir de agosto, a Fase, uma das mais antigas organizações não-governamentais do país, começa a receber propostas de projetos sociais.

Sobre o relatório do TCU, Otterloo disse que todo o processo de doação do mogno e contratação da Cikel foi transparente e que a madeira foi recomendada pelo Ibama e Ministério Público.

Questionado se houve favorecimento na contratação da madeira, Ortteolo nega. “Nós estamos há 30 anos na Amazônia e sempre lutamos contra madeireiros ilegais, então quando contratamos a Cikel foi aconselhado pela Ibama”. (J. A.)

TCU pede que seja feita licitação

O TCU faz pelo menos sete recomendações ao Ibama para que transações como a efetuada com a Fase e a Cikel sejam revistas. (...) “Não se sabe quais os motivos para a escolha da empresa Cikel Brasil Verde, a não ser o fato de tratar-se de madeira certificada. Difícil saber, também, se o preço obtido pela venda da madeira no mercado internacional foi o mais vantajoso, de maneira a trazer a maior soma possível de recursos para o fundo social”, escreveu o ministro Humberto Souto, relator do processo.

No Brasil, apenas sete madeiras têm o FSC (Forest Stewardship Council), o selo verde internacional, entre elas, a Cikel.(J. A.)

Título: Mogno apreendido na Amazônia quebra paradigmas históricos

Fonte: O Estado de Tapajós

Data: 09 de julho de 2004

Jornalista responsável: Ruth Rendeiro

Mogno apreendido na Amazônia quebra paradigmas históricos

*Uma silenciosa e ainda tênue revolução começa a tomar conta da Amazônia. Paradigmas são derrubados, preconceitos quebrados e o diálogo pautado no fazer ecologicamente correto, socialmente justo e economicamente compensatório faz, meio em surdina, a sua primeira grande vitória.

A cena parece fictícia: em uma mesma mesa conversam amistosamente e assinam documentos que oficializam parcerias, representantes de instituições públicas como Ministério do Meio Ambiente, Ibama, Incra; dirigentes históricos de movimentos sociais como a Fase (Federação dos órgãos para Assistência Social e Educacional), Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu (MDTX), Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), Federação dos Trabalhadores Rurais (Fetagri), comunidades indígenas, e (pasmem!) representantes de uma empresa madeireira.

Na platéia índios pintados, ribeirinhos, pequenos produtores e extrativistas aplaudem os discursos. Todos com um só foco: o desenvolvimento sustentável da floresta, a preservação dos recursos naturais, a sustentabilidade na exploração e a punição aos que ainda persistem em destruir e que não perceberam que algo está mudando.

A história é recente. Aconteceu em Altamira, nos dias 4 e 5 de julho. O fim de uma longuíssima trajetória que começa com o pleito dos movimentos sociais, principalmente os ligados ao MDTX e FVPP, baseado em uma visão óbvia, mas até então impensável: a grande quantidade de mogno que jaz flutuando no rio Xingu, retirada sem permissão de suas terras, para lá deveria voltar e de alguma forma melhorar a qualidade de vida de seus naturais e legítimos proprietários.

O papel do Ministério Público Federal foi vital nesta fase e a proposta chega ao Ibama que até então leiloava o que era apreendido. Só que leiloar, na maioria das vezes, apenas referendava a ação ilegal: os próprios devastadores, madeireiros inescrupulosos que haviam retirado a madeira ilegalmente da floresta ou de áreas indígenas adquiriam os lotes. E tudo ficava como dantes no castelo de abranes.

Mas isso era apenas uma batalha vencida. Agora era preciso escolher (e bem) o administrador deste patrimônio, o que receberia a doação. Certamente uma instituição idônea que desse garantia de que a justiça que emanava e guiava todos sequer seria arranhada. Uma seleção criteriosa, feita pelo MDTX, FVPP e o governo federal, recheada de pré-requisitos indicou que a Fase Amazônia atendia todas essas expectativas. Sua trajetória de mais de 40 anos em defesa dos movimentos sociais a credenciava para receber a doação. E assim foi feito.

(...)

A fase seguinte à doação incluía beneficiar e comercializar tanta madeira e as ONGs líderes da ação não tinham competência nem conhecimento para tal. Mas não bastava competência. Selecionar uma madeireira para se responsabilizar por essa etapa, talvez fosse a decisão mais complexa. Ela não poderia estar inserida entre os que apenas lucram, ignorando o preço que a exploração predatória pode causar a esta geração e às futuras. Mais reuniões, encontros, papéis e pesquisa. Muita pesquisa. Surge o primeiro grande critério: a empresa tem, obrigatoriamente, que ser certificada pelo FSC (Conselho de Manejo Florestal), ou seja, ter o selo verde ostentado em sua madeira informando ao mundo que ela é retirada da floresta sem agredir e que todos os preceitos ambientais e sociais estão presentes na operação. É a substituição, na prática, do manejo tradicional pela exploração florestal de baixo impacto.

A madeireira que faria o beneficiamento e comercialização tinha que também ser idônea. Conflitos com as populações onde ela atua, então, nem pensar ! Envolvimento com atos ilegais de extração/venda/compra de madeira também era impensável. As leis trabalhistas tinham que ser rigorosamente cumpridas, enfim, tudo como todos os homens de bem esperam que as empresas atuem.

Uma investigação minuciosa feita pela Fase (a essa altura já proprietária do mogno) e o Ministério do Meio Ambiente, apontou, ao final, a Cikel Brasil Verde, uma empresa florestal (prefere essa nomenclatura ao pejorativo termo madeireira) que possui seis unidades na Amazônia e está no mercado de madeiras há 25 anos. Foi a Cikel, que há dois anos, levou a Amazônia a duplicar a sua área de floresta nativa certificada, acrescentando mais 140.658 hectares certificados.

As poucas denúncias que pairavam contra a empresa, foram consideradas infundadas. E o ciclo se fechou: o Ibama doou a madeira à Fase e a Fase repassou à Cikel a incumbência de retirá-la do rio Xingu e depois analisar cada tora, serrá-las, classificá-las e empacotá-las segundo as normas internacionais. O que pouca gente sabe é que a operação de processamento e comercialização da madeira que caberá à Cikel, foram previstos apenas os

custos industriais. Todo o lucro da venda será revertido ao Fundo Dema. Outra tarefa importante que caberá à empresa florestal é identificar os compradores, tanto no mercado interno como externo, este preferencialmente pelo melhor preço que oferece. Vender, receber o dinheiro e depois repassar à Fase, tudo, em todas as fases, sob a fiscalização do Ibama e dos movimentos sociais da região Transamazônica e Xingu.

Se serão dois, três milhões de Reais ou apenas um milhão para atender tanta demanda reprimida, isso agora é um dado secundário diante da grandiosidade da ação. O que se está vendo em Altamira é uma revolução apoiada pelos órgãos públicos, liderada pelos movimentos sociais e encampada pelas empresas particulares. E digno de entrar para a história.

Poucos (principalmente os mais idosos) não acreditavam que um dia viveriam para ver líderes sindicais e comunitários, indígenas e pequenos produtores cumprimentando e trabalhando lado a lado de representantes de um segmento que historicamente causou tanta aversão. Mudaram os movimentos sociais ou mudaram os madeireiros? Felizmente mudaram todos (ainda poucos, é verdade) e pra melhor. São novos paradigmas que surgem e que permitem que uma operação como esta de Altamira prossiga em benefício dos que realmente necessitam, em prol da Amazônia.. E que seja só o começo de uma longa história...

Faremos uma análise comparativa dos dois textos, identificando repetições (paráfrases) e deslizes (polissemias) entre eles. Apesar de apresentarem condições de múltiplas e diferentes natureza, os discursos presentes em ambos os textos tendem para a relação de sustentação mútua. Isso porque apresentam relações solidárias com o referente discursivo, ou seja, a Cikel e seus parceiros institucionais. As diferenças maiores entre tais enunciados residem nas condições de produção de cada um, bem como na produção de sentidos (efeitos). No primeiro texto, a subjetividade do locutor é dissimulada, já no segundo, a função-autor assume uma perspectiva assumidamente favorável à Cikel, não recorrendo à simulacros de neutralidade.

Dentro do campo discursivo do desenvolvimento, os sujeitos em questão reconhecem e produzem enunciados que pertencem à formação discursiva do uso sustentável da floresta, inscritas no campo discursivo do desenvolvimento. É a partir dessa formação discursiva, portanto, que se poderá dizer ou citar x e não y. Distinguimos, pois, *intertexto* de *intertextualidade*, de modo a compreendermos como a citação atua na construção da “verdade” do enunciado. Maingueneau (1997) assim os define:

Por intertexto de uma formação discursiva, entender-se-á o conjunto dos fragmentos que ela efetivamente cita e, por intertextualidade, o tipo de citação que esta formação discursiva define como legítima através de sua própria prática (MAINGUENEAU, 1997, p.86).

Assim sendo, temos no primeiro texto um autor constringido pelas regras formais de seu lugar de fala, subjetivando-se como enunciador neutro e objetivo. A coerência, a

isenção e a unidade textuais (valores-notícias) são instâncias imaginárias e idealizadas que constroem a identidade desse “eu”, enquanto voz do discurso jornalístico. Ao citar diferentes fontes (intertexto), confere ao texto uma aparente neutralidade do enunciador, pois atribui ao locutor o status do “não-eu”.

No nível da intertextualidade, a toda formação discursiva se vê associar uma memória discursiva, que torna possível a circulação de formulações anteriores, já enunciadas. Por isso, o uso comum de formulações já-ditas nos discursos inscritos na mesma formação discursiva. Abaixo, fazemos um paralelo entre as formulações presentes nos dois textos – onde T1 e T2 equivalem ao primeiro texto e ao segundo, respectivamente - mostrando que aludem a discursos pré-construídos:

“a Cikel Brasil Verde tem sido apontada como uma das madeireiras com cuidados ambientais e sociais. É uma das sete empresas do setor com o selo verde internacional, Forest Stewardship Council (FSC).”(T1).

“a empresa tem, obrigatoriamente, que ser certificada pelo FSC (Conselho de Manejo Florestal), ou seja, ter o selo verde ostentado em sua madeira informando ao mundo que ela é retirada da floresta sem agredi-la e que todos os preceitos ambientais e sociais estão presentes na operação”. (T2)

“reparar o dano provocado pela “máfia madeireira” que durante décadas retirou o mogno da floresta” (T1)

“os que apenas lucram, ignorando o preço que a exploração predatória pode causar a esta geração e às futuras”.(T2)

“sempre lutamos contra madeireiros ilegais” (T1)

“punição aos que ainda persistem em destruir e que não perceberam que algo está mudando”. (T2)

Tais recortes mostram as repetições (famílias parafrásticas) que permitem vislumbrar a configuração das formações discursivas que estão dominando as práticas discursivas em questão. Enunciados que contrariam tais formações são omitidos ou desprestigiados. Atentamos para o fato de que a citação do único enunciador que contesta a transação entre Cikel-Ibama-Fase é relegada para o final da matéria. Seus questionamentos em torno da negociata: *“quais os motivos levaram a escolha da Cikel Brasil Verde?”* e *“o preço obtido pela venda da madeira no mercado internacional foi o mais vantajoso, de*

maneira a trazer a maior soma possível de recursos para o fundo social?” perdem a consistência junto ao co-enunciador (leitor), uma vez que todo o texto foi engendrado de modo a legitimar as ações das instituições acusadas pelo TCU.

O segundo texto, em gênero narrativo, usa de elementos apelativos (metáforas, eufemismos, adjetivos) para produzir o efeito de sentido de persuasão junto ao leitor. Em ambos os textos os efeitos de sentido apontam para isso: a defesa da idoneidade da negociação, em outras palavras, para a manutenção das relações de poder já definidas.

No processo de conectar falas aos falantes para vislumbrar as formações ideológicas em jogo, destacamos a figura da locutora Ruth Rendeiro, jornalista da Embrapa, parceira da Cikel no projeto Bom Manejo. Ela também já havia prestado serviços à Cikel anteriormente. Mídia, governo, ONG's garantem suporte institucional à Cikel. Como dissemos acima, o capital simbólico/financeiro da empresa determina a construção e auto-afirmação de sua imagem.

Não fosse o nome do jornal em caixa alta na parte superior da matéria, poderíamos supor que trata-se de propaganda institucional. *“Paradigmas são derrubados, preconceitos quebrados e o diálogo pautado no fazer ecologicamente correto, socialmente justo e economicamente compensatório faz, meio em surdina, a sua primeira grande vitória”*... Logo no início, já sabemos a postura adotada pela jornalista. Mesmo sabendo que nenhum texto é isento, a jornalista deixa-se levar pela subjetividade demasiada em sua construção da realidade. *“Todos com um só foco: o desenvolvimento sustentável da floresta, a preservação dos recursos naturais, a sustentabilidade na exploração e a punição aos que ainda persistem em destruir e que não perceberam que algo está mudando”*. O texto daria um bom editorial no “Cikel em ação”. No relato do fato, temos o impasse para escolher a empresa que faria o beneficiamento e comercialização do mogno apreendido. “Ela tinha que também ser idônea”, por isso, a jornalista aponta como óbvia a escolha pela “empresa florestal” (atentemos para o eufemismo em substituição ao termo madeireira) Cikel.

5. CERTIFICAÇÃO FLORESTAL – PARA QUÊ E PARA QUEM?

Este capítulo objetiva identificar quais enunciados, e de quais maneiras, instauram e sustentam a visão naturalizada de que a certificação florestal seria a mais legítima forma de se alcançar o uso sustentável da floresta. Para tanto, partiremos de reflexões em torno do processo de certificação florestal no Brasil, apresentando um rápido painel histórico, alguns conceitos importantes e apontando as marcas discursivas e as práticas comunicativas que sugerem a debilidade do aspecto social nas políticas do FSC e das empresas como a Cikel.

A certificação florestal é o processo em que o proprietário florestal voluntariamente solicita a um corpo independente de certificação que inspecione a sua área florestal e seu sistema de manejo (VIANA *et al.*, 1995, p.80). Este certificador visita a área em questão e determina em que estado a mesma está em relação a critérios e princípios claramente definidos. O processo de certificação também pode incluir uma auditoria no produto florestal desde a sua área de corte até o ponto final de venda, chamada de certificação da cadeia de custódia¹⁹.

O movimento em favor da certificação florestal começou no final dos anos 80 com o boicote dos consumidores do Norte contra madeiras tropicais oriundas do desmatamento. Os usuários de madeira tropical, europeus e americanos, preocupados com as perspectivas de seus negócios de longo prazo, formaram a *Woodworker's Alliance for Rainforest Protection* (WARP) e publicaram uma “Lista de Madeiras Boas” para proteger os fornecedores de madeira oriundos do bom manejo. Em 1993, os representantes de ONGs, de fornecedores e compradores de madeira se reuniram em Toronto, iniciando o processo que levou à criação do “Forest Stewardship Council” (FSC) ou Conselho de Manejo florestal, em português.

Em resposta à falta de critérios para definição do que constituía a “boa prática no manejo florestal”, três conselhos internacionais, representando as preocupações a nível comercial, social e ambiental, instituíram dez princípios (Anexo A: Princípios e

¹⁹ A certificação de cadeia de custódia atesta que o produto (no caso, madeira serrada processada, laminados e outros derivados destinados à exportação) é proveniente de áreas certificadas e pode ser comercializado com o selo FSC (Forest Stewardship Council), ou Conselho de Manejo Florestal.

Crítérios do FSC) e um rigoroso conjunto de normas subsidiárias (AZEVEDO, 2002 *apud*. MAY, 2002, p.3).

A criação do sistema de certificação do FSC resultou no lançamento de vários sistemas de certificação competitivos, com diferentes métodos e normas. Alguns destes continuam em vigor, outros, porém, têm unido suas forças ao FSC ou desaparecido. Atualmente, no Brasil, existem cinco certificadoras credenciadas pelo FSC, independentes entre si e que fazem avaliações iniciais e auditorias do trabalho no campo baseado nos princípios e critérios estabelecidos. São elas: Bureau Veritas Certification, com sede na França; Institut Für Marktökologie - Instituto de Mercado Ecológico, sediado na Suíça; Scientific Certification System - Inc. Programa Forest Conservation (SCS), com sede nos EUA; Programa SGS Qualifor, com matriz na África do Sul; Programa Smart Wood, com sede nos EUA e cujo representante no Brasil é o Imaflora - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola; Control Union Certifications - Skal International, sediado na Holanda. O FSC também fornece a certificação da cadeia de custódia para permitir o controle dos produtos certificados desde a floresta e dos estágios de processamento até o consumidor.

Os princípios e critérios do FSC vão ao encontro da concepção de desenvolvimento sustentável da comissão Brundtland, na qual este “satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a habilidade de gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (*World Commission on Environment and Development*, 1987). Assim sendo, os princípios teóricos do processo de certificação de florestas se atém ao Manejo Florestal Sustentável como pilar central. De acordo com Dickinson *et al.* (2005 p.137), isso inclui: a) a manutenção das funções ecológicas e da diversidade biológica dos ecossistemas florestais; b) a garantia de que as pessoas que vivem ou trabalham na floresta dividam os benefícios do manejo florestal; c) o retorno financeiro do manejo florestal e de atividades de agregação de valor que sejam lucrativas e competitivas em relação à conversão para usos alternativos.

A partir daí, pressupõe-se que a certificação passa a ser um reconhecimento e garantia junto aos clientes e à sociedade de que o produto de uma empresa com o chamado “selo verde” tem origem em florestas manejadas, com base sustentável quanto aos aspectos ambientais, sociais e econômicos. Assim, quando os consumidores compram produtos de madeira com a logomarca do FSC estão convictos de que estão contribuindo para

manter a integridade ecológica da floresta da qual a árvore foi extraída e que comunidades rurais e trabalhadores obtiveram benefícios sociais provenientes dessa exploração madeireira.

Segundo defensores da certificação florestal, suas principais vantagens dizem respeito ao “aumento da credibilidade e responsabilidade sócio-ambiental da instituição, adequação às novas exigências do mercado, possibilidade de acesso a novos mercados, diferenciação e valorização do produto, redução de impactos ambientais e maior proteção e conservação de recursos ambientais” (Anuário Estatístico da ABRAF 2006. Ano Base 2005, cap. 4).

No **Brasil**, o segmento de florestas certificadas começou a emergir no final dos anos 90, em resposta a novas demandas advindas do mercado e da sociedade. Primeiro, a preocupação do consumidor estrangeiro em relação aos impactos ambientais provenientes da exploração de madeira oriunda do desmatamento. Em segundo lugar, a percepção por parte das indústrias madeireiras brasileiras de que o desenvolvimento sustentável passava a representar uma nova convenção de mercado, influenciando os parâmetros da competição em um contexto cada vez mais global.

O alarde sobre os efeitos no meio ambiente, proveniente dessa mudança do mercado global, levou algumas das principais organizações sócio-ambientais que operavam no Brasil a juntarem suas forças, em 1997, para criar o Grupo de Trabalho do FSC, em nível nacional, com o propósito de definir os critérios, apropriados às condições brasileiras, para as plantações florestais e o manejo da floresta nativa. Com o envolvimento de grupos de interesse por parte dos representantes da indústria, dos setores acadêmicos e das ONGs, o grupo publicou suas primeiras normas operacionais para as plantações florestais em 1997 e para as florestas de terra firme em 2000.

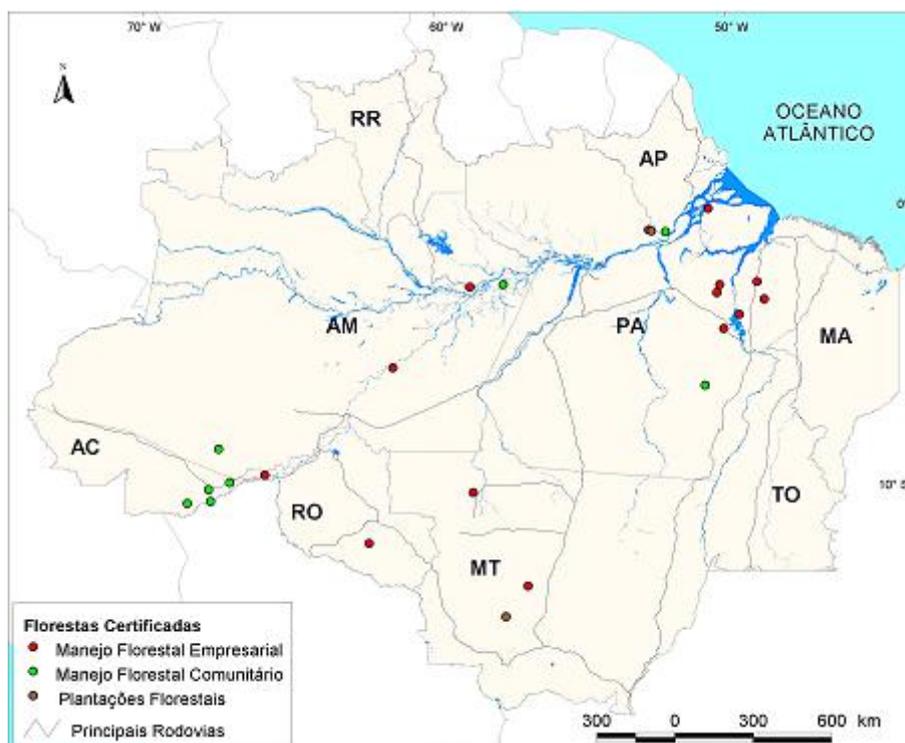
Maior produtor de madeira tropical, o Brasil produziu - segundo dados da Cypress Associates - 24,5 milhões de m³ de madeira em 2004 dos quais mais de 60% foram provenientes de extração ilegal (sem autorização do governo e/ou às custas de propinas à fiscalização e com mão de obra explorada e em situação irregular) e somente 2% com certificação (FSC, 2006) . Apesar do número ínfimo de áreas certificadas, o Brasil é, atualmente, o país com o maior número de empreendimentos e com a maior área certificada da América Latina, com 3,5 milhões de hectares certificados até janeiro de

2006, em 17 estados. O número de florestas certificadas no país passou de 35 para 64 em dois anos.

O relatório da Organização Internacional de Madeira Tropical (OIMT) ressaltava, que no final dos anos 80, aproximadamente 2% das florestas de produção em países tropicais eram certificadas. Apesar de não ter havido muitas mudanças nesta situação, houve algumas mudanças consideráveis em algumas regiões. Entre 2004 e 2006, a área florestal certificada pelo FSC internacionalmente passou de 40 milhões de hectares para 68,1 milhões de hectares, o que representa um aumento de 70,25%. Neste período, os países com áreas certificadas passaram de 59 para 66 e o número de florestas certificadas de 600 para 775. Atualmente, as florestas tropicais correspondem a 12,77% da área certificada, enquanto 44,64% são de florestas boreais e 42,77% de florestas temperadas.

Na **Amazônia**, as áreas de florestas certificadas vêm aumentando (Tabela 3; Mapa 3), embora ainda sejam pouco relevantes para o mercado interno, pois se concentram em empresas exportadoras. Em 2001, mais de um milhão de hectares foram manejados, dos quais mais de 350 mil foram certificados pelo Conselho de Manejo Florestal (FSC) (VERÍSSIMO *et al.*, 2002b *apud* VERÍSSIMO; BARRETO, 2005). Dentre estes empreendimentos, encontra-se a Unidade de Manejo Florestal da Fazenda Rio Capim do Grupo CIKEL.

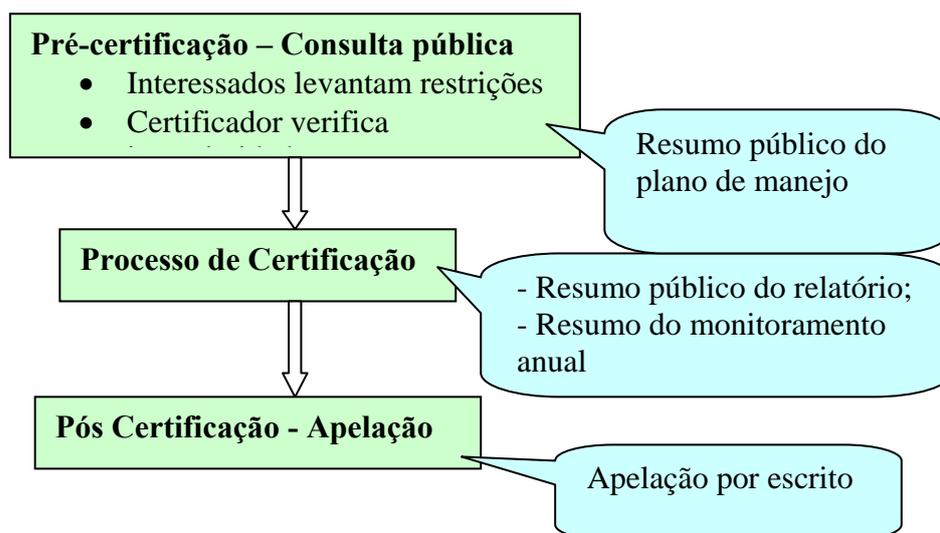
Esse aumento coincide com a intensificação dos acordos multilaterais entre organizações ambientais, indústria da madeira e usuários dos produtos florestais, acompanhando o crescimento da competitividade em torno de um nicho de mercado cada vez mais concorrido. A certificação torna-se, assim, estratégia econômica ao agregar valores aos produtos oriundos da madeira, ajudar empresas madeireiras a manter os mercados que foram conquistados e abrir novas perspectivas de comércio, particularmente, nos países mais exigentes. Segundo Smeraldi (2002), atualmente, o mercado de produtos certificados no mundo movimentava cerca de US\$ 250 bilhões por ano. O maior mercado é na Europa em torno de 5%, com destaque para Reino Unido, 10%; Holanda, 7% e Alemanha, 1%.



Mapa 3.- Distribuição dos empreendimentos com certificação do FSC na Amazônia brasileira. (Fonte: www.fsc.org.br, capturado em 15/10/2007)

5.1 CERTIFICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR

De um modo geral, a certificação florestal empresarial pode ser compreendida em três fases: *pré-certificação*; *processo de certificação* e *pós-certificação* (Fluxograma 2). Inicialmente, a empresa entra em contato com uma certificadora credenciada pelo FSC Internacional. É realizada uma pré-qualificação que tem como produto um documento com recomendações para ajustes necessários ao início do processo. Uma consulta de pré-avaliação de campo é feita e depois a avaliação propriamente dita. Um relatório é elaborado, apresentando o resultado da avaliação e submetido à consulta e a uma revisão feita por especialistas. Concluído estes procedimentos, certificadora avalia as operações de manejo florestal ou de cadeias de custódia para conceder ou não o uso do selo FSC nos produtos. Também cabe à certificadora precificar e cobrar por este serviço.



Fluxograma 2.- Representação das etapas da certificação e mecanismos de participação da sociedade no processo (Adaptado de Suíte,2002 *apud* Amaral; Carneiro, 2002).

Conforme é concebido em suas diretrizes teóricas, todo o processo de certificação do FSC deve contemplar a possibilidade de participação da sociedade em geral em suas diferentes etapas. Na pré-certificação é feita uma consulta pública a fim de se levantar restrições ao processo, cabendo ao certificador averiguar as irregularidades. Além disso, é disponibilizado a qualquer interessado um resumo público do plano de manejo. Durante o processo de certificação, é possível questionar a obtenção do selo através dos seguintes documentos disponíveis: (a) resumo público do relatório de certificação e (b) resumo do relatório anual. Finalmente, no período de pós-certificação, o processo pode ser questionado por qualquer cidadão, em qualquer parte do mundo, através de membro do FSC ou através de um depósito de segurança embargando o processo para que suas denúncias sejam analisadas.

Cabe ressaltar que as possibilidades de participação acima descritas seguem o modelo tal como este é idealmente pensado e que, na prática, isso não tem sido observado. Amaral e Carneiro (2002, p.5) afirmam que as dificuldades estão associadas ao baixo nível de informação dos atores locais/regionais sobre o significado e as possibilidades contidas num processo de certificação, cujo domínio exige a articulação de um conjunto diverso de saberes técnicos, e a ineficiência das certificadoras em identificar e mobilizar os atores (coletivos e individuais) que são ou serão afetados pelas atividades da operação certificada. Ângelo (2006) assinala que a centralização e a verticalização na formulação de políticas de desenvolvimento regionais voltadas ao manejo ocasionam disparidade social e degradação ambiental.

A enorme complexidade na qual se engendra a indústria madeireira na Amazônia se converte em desigualdade social, desmatamento e fracasso nas políticas nacionais, uma vez que as populações locais acabam sendo excluídas do processo de formulação de políticas voltadas ao manejo (ÂNGELO, 2006, p.2).

Nessa perspectiva, cresce a preocupação com a qualidade da participação da sociedade em relação à certificação e o processo começa a ser discutido pelos movimentos sociais e instituições ambientalistas. Em 2000, o Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia (GTNA) realizou um seminário²⁰ para oportunizar um espaço de debate entre os atores direta e indiretamente envolvidos no processo de certificação, com representantes de 34 entidades dos estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Pará, Maranhão e Mato Grosso.

Como principais resultados, constatou-se, entre outros aspectos, que o nível de compreensão sobre o processo de certificação entre lideranças comunitárias e entidades de representação e apoio aos trabalhadores rurais é deficitário e que os benefícios oriundos da certificação tanto para as comunidades de entorno, como para os trabalhadores das indústrias certificadas poderiam ser maiores. Além disso, o estudo apontou que há pouca habilidade das empresas com certificação para desenvolver relações com as comunidades.

5.2 CERTIFICAÇÃO FLORESTAL – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OU VITRINE PRA INGLÊS VER E COMPRAR?

A Agenda 21, em seu receituário “[...]para guiar a humanidade em direção a um desenvolvimento que seja ao mesmo tempo socialmente justo e ambientalmente correto[...]” (BARBIERI, 2005, p.13), conclama empresas e suas entidades a reconhecer o manejo do meio ambiente como uma das suas mais altas prioridades e como fator determinante do desenvolvimento sustentável. O capítulo 30 do programa, destinado ao papel da indústria e do comércio, afirma que estes setores, em parceria com instituições de ensino e pesquisa, devem promover e assegurar o manejo responsável e ético de produtos e processos do ponto de vista da saúde, da segurança e do meio ambiente.

²⁰ Seminário Certificação Florestal e Movimentos Sociais na Amazônia (2002: Belém). Anais do Seminário de Certificação Florestal e Movimentos Sociais na Amazônia. - Belém: GTNA, Fase Nacional, IMAZON 2002. 56p.

Segundo Barbieri (2005), a aplicação bem sucedida das recomendações da Agenda deverá levar as empresas a adotarem uma postura preventiva em termos ambientais. “[...]Adiantar-se às exigências legais pode trazer vantagens a uma empresa como, por exemplo, facilitar o seu relacionamento com os órgãos governamentais, diferenciar-se de seus concorrentes etc[...] (BARBIERI, 2005, p.71). Assim sendo, faz parte dos princípios da Agenda 21 estimular iniciativas empresariais de auto-regulamentação, como a certificação florestal. “[...]Como essas iniciativas são de adesão voluntária, infere-se que a empresa que se compromete com elas pretenda ir além do que estabelece a legislação ambiental[...]” (Ibidem).

Entretanto, há quem reconheça nesse discurso globalmente legitimado, uma conversão dissimulada dos bens naturais em bens econômicos, verdadeiras mercadorias. Para Porto-Gonçalves (2002, p.42), a complexidade da questão ambiental decorre do fato de ela inscrever-se na interface da sociedade com o seu-outra, a natureza. A dificuldade em lidar com ela, nos marcos do discurso dominante, é evidente: no mundo ocidental, natureza e sociedade são termos que se excluem. O autor sustenta que a solução para os problemas ambientais não é de natureza técnica, mas de uma opção político-cultural, pois, afinal, a técnica deve servir à sociedade e não esta ficar subordinada àquela. Assim, conclui que soluções para suplantarem os problemas decorrentes do crescimento econômico a qualquer preço não podem ficar restritas “ao mito da razão técnica, dessa verdadeira armadilha ideológica que a sociedade moderna instituiu e que se torna muitas vezes co-responsáveis pelos problemas que enfrentamos”.

Estudos de casos realizados por Fanzeres (2002 *apud* ZHOURI, 2006) no Estado do Pará, revelam falhas das empresas com áreas certificadas em relação aos princípios e critérios do FSC relativos às responsabilidades sociais, sobretudo aqueles relacionados à saúde e direitos trabalhistas. Os estudos também mostram que os impactos sobre os ecossistemas, por exemplo, os estímulos ao avanço da fronteira madeireira e à concentração de terra, a externalização dos custos sociais e a competição com os modos tradicionais de produção são comparáveis àqueles promovidos pela indústria madeireira dita convencional.

Em entrevista para a autora desta dissertação, um ex-funcionário²¹ da Cikel afirmou que os trabalhadores e os comunitários residentes nos entornos à Fazenda Rio Capim nunca se reuniram com os avaliadores do FSC em suas reuniões com os sócios da empresa no momento das auditorias. Outro entrevistado, Manuel Amaral, técnico do Instituto Internacional de Educação do Brasil, ex-consultor do FSC, declarou que a participação das lideranças locais no processo de elaboração de diretrizes no uso da área a ser explorada era baixíssima e que a câmara social do FSC não tem a mesma influência quanto a câmara econômica e a ambiental. As pesquisas e as entrevistas revelam traços de um modelo de desenvolvimento que não aproveita o saber acumulado pelo homem da região no uso dos recursos florestais e que, ao invés de apoiá-lo e de oferecer a ele oportunidades de uma modernização democrática e verdadeira, simplesmente o alija do processo de mudança.

Para Zhouri (2006), no processo de certificação de florestas, a Amazônia é retirada de seu contexto histórico, local e regional, e é projetada, na arena global, como um conjunto de ecossistemas sob o impacto de forças econômicas e políticas globais. “[...]Os tradicionais padrões da política regional, assim como os diferentes sistemas sociais ali existentes, tornam-se invisíveis ou são subsumidos por abstrações técnicas e definições baseadas em princípios globais[...]” (ZHOURI, 2006, p.149).

Outra questão polêmica com relação a atuação do FSC é a que tange à questão fundiária, segundo a OIMT, o principal empecilho para a expansão da certificação nas florestas tropicais. Embora a regularização fundiária seja uma das premissas básicas para uma área ser aprovada pelo FSC, a questão tem se tornado problemática nas unidades com certificação na Amazônia. Empresas como a Juruá Florestal e a Cikel são acusadas de desrespeitar o direito de posse e uso das terras de comunidades tradicionais circunvizinhas às mesmas – que dependem da floresta para caçar, pescar, extrair frutos, óleos, fibras e sementes e para plantar. Nesta última, nosso objeto de estudo, a situação é crítica no município de Portel, onde a Cikel tem entrado em conflitos diretos com ribeirinhos e quilombolas do entorno à Fazenda Jutaituba.

Outros casos, como o da Gethal Amazonas Indústria de Madeiras Compensadas, também certificada pelo FSC, são mais evidentes. A empresa, pertencente ao

²¹ O funcionário trabalhou por três anos na Unidade da Fazenda Rio Capim como técnico florestal, mas pediu para não ser identificado.

empresário sueco Johan Eliasch, deve ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) um total superior a R\$ 380 milhões decorrentes de multas acumuladas. As multas referem-se ao descumprimento de diversos problemas com a legislação ambiental, como falta de cadastro da propriedade junto ao Sistema Nacional Rural (CCIR), comprovação de averbação dos contratos de arrendamento ou comodatos nas matrículas dos imóveis, além de outras irregularidades. Segundo dados do Ibama, a multa é a maior já aplicada a um infrator ambiental no Amazonas. Por conta das irregularidades nas terras do Estado, o valor da dívida pode aumentar e a empresa poderá ter de fazer a reposição florestal de 700 mil m³ de árvores²².

Apesar de irem contra aos princípios e critérios sociais do FSC, tais empresas continuam credenciadas pelo conselho. Ao contrário dos princípios técnicos, o descumprimento dos princípios sociais não implica veto da empresa candidata à certificação nem cancelamento do título vigente. Vejamos alguns textos²³ envolvendo práticas sociais ambíguas por parte da Cikel.

Título:Ministério Público diz que áreas indígenas precisam ser desocupadas

Fonte: O Liberal

Data: 13 de julho de 2006

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (Fetagri) denunciou ontem, em nota, as empresas Vera Cruz, Cikel Brasil Verde Ltda. e Abeb, que atuam em Pacajá, no sudoeste do Pará. Segundo a Fetagri, duas famílias de trabalhadores foram expulsas de suas casas, sob ameaças de morte. As residências dos funcionários teriam sido queimadas. 'As famílias expulsas são de uma senhora de 60 anos e do senhor Benedito Lacite', diz a nota, apontando gerentes da Vera Cruz como responsáveis pelo crime.

A entidade também pede providências quanto ao assassinato do trabalhador rural Alan Barbosa, 26 anos, morto com um tiro no pescoço dia 9 de junho deste ano. O acusado é Ernani Gomes, sobrinho de Zezinho Português, que teria dado fuga ao suposto assassino. O pai da vítima, José Vilhena Barbosa, foi à Delegacia de Polícia de Portel por várias vezes para pedir providências, mas não teria sido atendido, garante a Fetagri. 'A Fetagri exige que as providências sejam tomadas e confia que os culpados serão identificados e punidos, na forma da Lei', encerra a nota.

²² Retirado da matéria intitulada “Órgãos federais fecham cerco contra Gethal e Johan Eliasch. Publicada no Jornal Amazonas Em Tempo. Jornalista responsável Elendrea Cavalcante. Disponível no site: <http://www.emtempo.com.br/>. Acesso no dia: 07 de junho de 2008.

²³ A segunda matéria intitulada “Ribeirinhos querem a posse das terras” foi editada com fins didáticos neste capítulo. Tomou-se o devido cuidado em suprimir trechos redundantes e manter aspectos relevantes para a análise. A matéria na íntegra estará anexa no final desta dissertação.

Título: Ribeirinhos querem a posse das terras**Subtítulo: Área está nas mãos de agropecuária. Caso vai ser decidido pela Justiça Federal.****Fonte: O Liberal****Jornalista responsável: Carlos Mendes****Data: 10 de março de 2008**

O juiz federal substituto da 5ª Vara de Belém, Antonio Carlos Almeida Campelo, decidiu que a Justiça Federal é competente para processar e julgar ação civil pública, com antecipação de tutela, em que populações tradicionais de Portel e a prefeitura do município pleiteiam a suspensão dos registros imobiliários de 100 mil hectares de terras da área conhecida por gleba Joana Peres 1.

O advogado Ismael Moraes, defensor dos ribeirinhos, invoca a imprescritibilidade dos direitos humanos para anular a venda das terras, feita em 1974. As famílias querem ser indenizadas por danos morais coletivos e exigem do Iterpa a emissão a seu favor dos títulos definitivos das posses que forem identificadas no processo discriminatório.

Enquanto Moraes concedia entrevista, os ribeirinhos de Portel procuravam a imprensa para denunciar ameaças e perseguições na área, inclusive de pistoleiros e policiais militares armados. Um dos denunciante, Rosemíro Gomes Ferreira, declarou em depoimento na Corregedoria da Polícia Militar que teve arma apontada contra ele por policiais militares e proibido de cortar madeira. 'Fui ameaçado por dois pistoleiros a serviço da Cikel. Eles disseram que se eu falasse alguma coisa iria morrer', diz.

Outro ribeirinho, Hernandes do Amaral, também confirmou as ameaças, apontando que no meio da operação feita por militares na região estavam três funcionários da Cikel de nomes Manoel Glória, Bertolino e outro de apelido Doçura. 'Os PMs invadiram minha casa, dizendo que estavam procurando drogas e de um homem chamado Nicanor'. Outras pessoas também afirmaram ter sofrido ameaças e intimidação por parte da Cikel e de policiais militares.

O caso das terras de Portel será levado aos tribunais internacionais de direitos humanos, anunciou o advogado Ismael Moraes. Ele acusa o Estado - por intermédio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) e da Polícia Militar, além da União, por meio de fiscais do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) - de promover 'repressão às famílias de ribeirinhos atendendo aos interesses das empresas madeireiras e pecuárias que foram beneficiadas pela fraude perpetrada no Iterpa (Instituto de Terras do Pará)'.

O advogado Virgílio Floriani, gestor jurídico da Cikel, negou que a empresa esteja ameaçando de expulsão os ribeirinhos e se disse surpreso com as informações de que ela estaria se utilizando de pistoleiros e policiais militares fardados para intimidar as famílias residentes ao longo dos rios Camarapi e Pacajá.

Os ribeirinhos afirmam que a Cikel não está permitindo que um pequeno trator da comunidade retire madeira da área para atender às necessidades emergenciais das famílias.

(Os originais não têm grifo)

As duas matérias retratam o clima tenso em que se desenvolve as atividades da Cikel na Unidade Pacajá, localizada na Fazenda Jutaituba no município de Portel. A primeira

revela que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (Fetagri) denunciou as empresas Vera Cruz, Cikel Brasil Verde Ltda. e Abeb por atuarem na expulsão violenta de duas famílias de trabalhadores sob ameaças de morte. Na segunda matéria, uma reportagem investigativa do jornalista Carlos Mendes, apura as denúncias vindas de Portel que apontam a presença de pistoleiros e policiais militares fardados a serviço das empresas ABC e Cikel, promovendo ameaças e expulsão de ribeirinhos das terras que são objeto da ação civil pública.

Os dois casos, embora distantes temporalmente, apresentam a mesma origem: são frutos da conturbada questão fundiária presente na região. Não temos a pretensão de esgotar questão tão complexa, visto que isso já seria motivo para outra dissertação. Contudo, é importante destacar que tal situação é produto da venda questionável de terras públicas ao grupo empresarial ABC, atual proprietário das áreas agora arrendadas para a Cikel para fins de manejo florestal. O jornalista Lúcio Flávio Pinto indica o que teria motivado a ação pública dos ribeirinhos e da Prefeitura de Portel contra o Estado do Pará, o Instituto de Terras do Pará (Interpa), a União e a empresa ABC. Segundo o mesmo,

O Interpa teria praticado uma autêntica grilagem oficial, transferindo de forma ilícita área do patrimônio público habitada há várias gerações por nativos, que, a partir daí, passaram a ser perseguidos e expulsos de suas glebas [...] O Estado fazia de conta que providenciava a verificação no local e o particular simulava seriedade na identificação física do terreno. Tudo, porém, não passava de simulação no papel. Daí a expedição de títulos sobre uma mesma área ou com localização muito diferente da declarada. Como resultado, a confusão, o caos, a grilagem. (Terras e direitos humanos – 30 anos depois em Portel, Jornal Pessoal, p.6-7, jan de 2008).

Os pedidos da medida judicial são para indenizar famílias vítimas de violação dos direitos humanos, anular títulos emitidos em favor da empresa e mandar que sejam expedidos títulos em favor dos ribeirinhos e quilombolas da região. Há também um pedido de paralisação das atividades das empresas ABC e Cikel na região, a fim evitar o esaurimento dos recursos naturais e prejuízos irreversíveis às populações tradicionais.

A Cikel se defende das acusações reafirmando seu caráter diferenciado e compromissado com o desenvolvimento sustentável da região. Nos fragmentos extraídos da reportagem supracitada, o advogado a Cikel e a gerente de Meio Ambiente assim resumem a postura da empresa frente às denúncias:

“É com um pouco de apreensão e tristeza que a empresa vê essas notícias. A Cikel, ao ter um plano de manejo em Portel, tem como objetivo fomentar o equilíbrio social e a sustentabilidade ambiental da região. Estamos já há algum tempo lutando para estabelecer isso e sempre consideramos os direitos dos ribeirinhos” (Virgílio Floriani, gestor jurídico da Cikel).

“Nós estamos intermediando uma ação para que haja paz social na área. O importante é que o manejo na nossa área seja feito de forma responsável como tem sido” (Wandrea Baitz, Engenheira Florestal).

A área conhecida como Gleba Joana Peres citada na reportagem é circunvizinha a área da Fazenda Jutaituba. Nela, estão localizadas uma comunidade com essa mesma denominação e quatro quilombos. Desses, os quilombos Bailique-Centro e Igarapé Preto têm suas áreas já regularizadas ou em processo de regularização fundiária, através do Programa Raízes, do governo estadual do Pará. Quanto aos quilombos Umarizal e Balieiro, suas áreas ainda se encontram em processo de regularização, pelo mesmo Programa oficial. No caso de Balieiro, algumas de suas famílias vivem costumariamente dentro da Fazenda Jutaituba, e, nesse sentido, a sua regularização, inclusive com a doação dessas terras, por parte da Martins Agropecuária, para que o Programa Raízes possa concluir o processo, foi um dos itens de destaque da avaliação de Certificação do FSC datado de junho de 2004, sendo uma das pré-condicionantes apresentadas naquele momento.

Ao final do relatório²⁴ de Certificação, conclui-se que naquele momento a área a ser certificada ainda necessitava de inúmeras melhorias sociais para se encontrar dentro das condições de adequação aos preceitos do FSC. Entretanto, o processo de certificação efetiva-se, corroborando o argumento de que para a certificadora o aspecto social não tem tanta influência quanto aos aspectos ambiental e econômico.

Passados quatro anos desde a certificação da área florestal da Fazenda Jutaituba, a situação social permanece a mesma, se não piorou. A Cikel continua prometendo realizar diagnóstico socioeconômico com fins a mapear e conhecer as famílias da região. Esse descaso com o entorno, revela o caráter instrumental de sua comunicação, utilizada somente para fins mercadológicos, indo ao encontro do modelo da *comunicação instrumental*, em que as decisões são centralizadas, verticalizadas e os supostos beneficiários de tais projetos são concebidos como meros receptores.

²⁴ Relatório de Avaliação de Certificação do Manejo Florestal das Florestas Naturais da Cikel Brasil Verde S.A. Fazenda Jutaituba.

Do ponto de vista discursivo, poderíamos dizer que a reportagem de Carlos Mendes é o texto mais polissêmico analisado nessa dissertação. A polissemia, enquanto elemento marcado pela emergência do diferente e da multiplicidade de sentidos no discurso, se faz dispersa ao longo do texto rompendo com a formação discursiva hegemônica. O trecho “A acusação recai sobre a empresa madeireira Cikel, tida como exemplo de respeito ao meio ambiente e de ter selo internacional em seus planos de manejo”, por exemplo, rompe com a paráfrase constante de textos anteriores da Cikel como empresa-modelo. Trata-se de exemplo de heterogeneidade mostrada, uma vez que o co-enunciador recorre a um discurso outro em seu discurso. De acordo com MAINGUENEAU (2004) a inscrição de um discurso alheio num enunciado pode dar-se pela utilização de aspas, itálicos, alusões ou ironia. Nesse caso, o texto irônico é a estratégia enunciativa do locutor. Conforme esclarecem Charaudeau e Maingueneau (2004, p.261):

A "heterogeneidade mostrada" corresponde à presença localizável de um discurso outro no fio do discurso. Distinguem-se as formas não-marcadas dessa heterogeneidade e suas formas marcadas (ou explícitas). O co-enunciador identifica as formas não marcadas (discurso indireto livre, alusões, ironia, pastiche...) combinando em proporções variáveis a seleção de índices textuais ou para-textuais diversos e a ativação de sua cultura pessoal (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p.261).

Assim, temos uma função-autor crítica, porém, revestida da sua “objetividade” jornalística, apoiada em modalizadores que amenizam a subjetividade inerente a todo processo linguístico. Maingueneau (2004) define os modalizadores como componentes enunciativos que possibilitam ao sujeito enunciator eximir-se da responsabilidade de um enunciado, apoiando-se em outro discurso. Uma frase simples como: “A PM, segundo Ismael Moraes, estava sendo usada como instrumento de pistolagem”, exemplifica essa situação.

5.3 O MARKETING VERDE

Conceito surgido na década de 90, o *marketing verde*, também chamado de diferenciação ambiental em marketing, marketing ambiental, marketing ecológico ou ecomarketing, refere-se aos instrumentos mercadológicos utilizados para explorar os benefícios ambientais proporcionados por um produto. Em suma, este tipo de

marketing pressupõe que as melhorias técnicas que expressam preocupação com o meio-ambiente acabam por se refletir na imagem da empresa perante o mercado e logicamente, se constitui numa oportunidade econômica e competitiva para as empresas.

Envolve modificação de produtos e embalagens, bem como mudanças em processos de produção e publicidade. É baseado no pressuposto de que os consumidores querem um meio ambiente mais limpo e estão dispostos a pagar por isso. Polonsky (1994 *apud* GONZAGA, p.356) o define como o “conjunto das atividades concebidas para produzir e facilitar a comercialização de qualquer produto ou serviço com a intenção de satisfazer necessidades e desejos humanos, porém causando impacto mínimo ao meio ambiente”.

A *propaganda verde* aparece como o principal mecanismo do marketing ambiental. Guimarães (2006) explica que, ao analisar o conteúdo de uma propaganda deste tipo, percebe-se que três tipos de apelo são fundamentais para a sensibilização do chamado *consumidor verde*: a) a promoção de um estilo de vida “verde” sem destacar um produto/serviço; b) A evidência da relação entre um produto/serviço e o ambiente biofísico; c) a apresentação uma imagem corporativa de responsabilidade ambiental. Abaixo exemplificamos os três tipos de apelo com trechos extraídos de um folder promocional do grupo Cikel destinado ao público consumidor.

a) a promoção de um estilo de vida “verde” sem destacar um produto/serviço:

Missão Cikel Brasil Verde: valorizar o uso da madeira
 Missão Cikel Serviços: ser referência na prestação de serviços especializados de apoio industrial.
 Visão Cikel Brasil Verde e Cikel Serviços: ser referências em soluções sustentáveis.
 A Cikel é líder mundial na fabricação de produtos de madeira tropical nativa com certificação FSC. Sua forte verticalização, que se inicia na extração da madeira e se estende à entrega do produto, é garantia para o cliente de receber no prazo produtos fabricados dentro dos mais elevados padrões de qualidade e ético-morais da Certificação FSC.
 Preservar valores atuais, criando a herança futura.

b) A evidência da relação entre um produto/serviço e o ambiente biofísico:

Pisos de madeiras
 A cikel encontra-se entre as poucas empresas que podem oferecer pisos com certificação FSC.
 Madeira serrada
 A Cikel extrai de suas florestas certificadas mais de 120 essências, que dão

ao cliente grande escolha. Essas madeiras são industrializadas em centenas de diferentes medidas, dentro do maior rigor técnico e com maquinário mais moderno, sendo exportadas para todo o mundo. Graças ao Manejo Sustentável, a Cikel tem como garantir aos seus clientes regularidade e pontualidade no fornecimento de seus produtos.

c) a apresentação uma imagem corporativa de responsabilidade ambiental:

O alto grau de comprometimento da Cikel com a causa ambiental fez com que, já em 2001, obtivesse a Certificação FSC, Forest Stewardship Council. O FSC é reconhecido internacionalmente como a mais rigorosa certificação florestal, que visa principalmente preservar a biodiversidade das florestas manejadas. Baseia-se em três princípios: ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável.

A Cikel é pioneira em pesquisa ambiental e manejo sustentável na Amazônia, possuindo importantes convênios com entidades ambientalistas.

A Cikel através de cessão de suas áreas florestais mantém parceria com a Fundação Floresta Tropical (outra importante instituição internacional) onde foi criada uma escola de Manejo Florestal Sustentável e treina engenheiros, empresários, estudantes e trabalhadores para o manejo de baixo impacto cujo objetivo é permitir a exploração comercial da floresta, garantindo, contudo sua sobrevivência, bem como a preservação da sua biodiversidade.

O que é “ecológico” passa a ser um objeto de diferenciação no mercado. Em alguns casos, inclusive com as empresas incorporando a chamada produção verde, ou ecológica em suas linhas de produtos. As empresas procuram uma **imagem** capaz de agregar competitividade, qualidade e confiabilidade em seus produtos. Ou seja, as grandes empresas movidas pela necessidade de sobrevivência incluíram a variável ambiental em sua agenda.

Ao mesmo tempo que o mercado agrega valor à natureza, este mesmo mercado dá mostras de preocupações com os destinos da humanidade na Terra tensionados pela força da chamada opinião pública mundial. Tudo passa a ser medido como mercadoria. Propaga-se o estímulo ao consumo verde e em consequência desta ação, cresce a procura por “produtos verdes” ou ambientalmente saudáveis (SILVA, G. 2006, p.37).

Portanto, a essência do marketing verde consiste em influenciar os consumidores a incorporar valores ecológicos nos hábitos de consumo, através de campanhas que busquem cooptar o público e ao mesmo tempo promover produtos "verdes". De acordo com Guimarães (2006, p.126),

Os produtos “verdes” são, portanto, produtos com vantagens ambientais óbvias para o consumidor, porque oferecem a perspectiva de mais saúde, vida mais completa e a oportunidade para transformar o mundo em um lugar melhor, o que representa uma vantagem do marketing verde sobre o marketing convencional (GUIMARÃES, 2006, p.126).

É nítido, pois, que tal estratégia encontra-se desvinculada de um ideal de comunicação mais abrangente, que relacione sustentabilidade também à interação com as comunidades adjacentes às empresas, estimulando-as à co-participação e à transformação da realidade. Ou seja, se uma organização desconsidera culturas, valores e interesses locais, mas investe em tecnologias ecologicamente corretas, já tem, de acordo com as diretrizes do marketing verde, a possibilidade de gerar uma imagem corporativa positiva junto ao seu público consumidor.

Um dos mecanismos para buscar cooptar esse seletivo mercado consumidor é a incorporação de expressões tais como, *construção sustentável, responsabilidade ambiental, bom manejo, manejo de baixo impacto, produção limpa, combate ao desperdício e compromisso ambiental* nos discursos empresariais, que acabam ecoando na mídia. Tais fraseologias configuram-se em clichês e seu real significado já não é mais questionado. O importante é a constituição de uma imagem por parte da empresa baseada nos valores que o consumidor gostaria que ela tivesse. Conforme assevera Benveniste,

O discurso não é apenas um espaço onde se vem introduzir o discurso do outro, ele é constituído através de um debate com a alteridade. O sujeito da enunciação é o lugar idealizado do “eu”, a imagem do “eu” e não o sujeito real. É a maneira pela qual o “eu” se define no próprio discurso. Nesta prática discursiva, o sujeito da enunciação está impregnado do “outro” que desta forma o constitui (BENVENISTE, 1989 *apud* COSTA, 2006, p.164)

No caso da indústria madeireira, o *marketing verde* ainda é usado na tentativa de se reverter a concepção propagada no senso comum sobre a extração da madeira, sempre associada ao desmatamento e à desertificação. Contrapor-se à concorrência dos produtos substitutos (concreto, aço, plástico e outros) requer mais do que melhorar o desempenho dos produtos com investimento em desenvolvimento tecnológico. É necessário saber criar valor de mercado para tais produtos e saber capturar o valor criado para propiciar rendimento aos investidores, para isso as grandes empresas do ramo, como a Cikel, que têm nas “*boas práticas de manejo*” e no “*selo verde*” do FSC seus principais “garotos propagandas”.

Como vimos anteriormente, as primeiras tentativas efetivas para promover a certificação foram iniciadas por grupos ambientais que pressionaram várias cadeias de lojas de material de construção a prometer estocar madeira certificada. A partir daí, há todo um esforço por parte dos mesmos em ampliar a demanda do consumidor por

produtos certificados por meio de campanhas de propagandas e publicidade. Dickinson (2005, p.156) ressalta que a globalização da economia e da comunicação pode funcionar em favor da ampla aceitação dos princípios comuns do manejo florestal, como é representado pelo processo de certificação do FSC.

Os consumidores, por meio da Internet, e os grupos de defesa, mobilizados por um conjunto comum de valores ambientais e sociais, têm poderes sem precedentes para influenciar o bom manejo florestal nos trópicos e definir se ele permanece como exceção ou se torna a regra (DICKINSON. 2005, p.156).

Todo esse esforço em disseminar a certificação florestal já tem garantido seus primeiros frutos. Tanto em países desenvolvidos, quanto nos trópicos, o processo já tem sido aceito por boa parte dos especialistas como um dos principais elementos da “estratégia” geral direcionada à contenção do desmatamento na Amazônia. Mais ainda: essa perspectiva mercadológica possibilita a existência de um cenário em que políticas públicas voltadas à promoção da exploração madeireira de impacto reduzido são legitimamente concebidas e justificadas em nível global. Cada certificação consolidada é aclamada publicamente e torna-se exemplo a ser seguido. Vejamos a matéria abaixo:

Título: Brasil sobe no ranking da certificação florestal

Fonte: O Liberal

Data: 27 de março de 2006

O Brasil subiu para o quinto lugar no ranking mundial de florestas certificadas, ficando atrás da Suécia, Polônia, Estados Unidos e Canadá. Do hemisfério sul, o Brasil destaca-se agora como o país onde a certificação florestal do Forest Stewardship Council (FSC) obteve o maior progresso. Outra boa notícia é que o Brasil vem sendo reconhecido como referência nas estratégias de promoção da certificação para consumidores e produtores, dados que tendem a se fortalecer a partir de 2007, na expectativa da Associação dos Produtores Certificados da Amazônia (PFCA).

Esses produtores, como explica Ilana Gorayeb, secretária executiva do PFCA, acreditam que a Lei de Gestão de Florestas Públicas trará segurança para o investidor porque vai regularizar a questão fundiária e a tendência é a expansão do manejo florestal sustentável.

Eventos como feiras de negócios, campanhas, fóruns de mercado, seminários e congressos foram os fatores responsáveis pelo impulso na certificação. O tema tem despertado cada vez mais o interesse de produtores e consumidores. A II Feira Brasil Certificado, que acontecerá no período de 18 a 20 de abril, em São Paulo, é um claro exemplo desta situação. Em relação à primeira versão do evento, realizada em 2004, a área de exposição dobrou. Do Pará, seguem a Orsa Florestal e a Cikel Brasil Verde, empresas que fazem parte da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará (Aimex).

Preservação - A certificação florestal é concedida às empresas que atuam na extração de madeira da floresta utilizando técnicas de baixo impacto

ambiental. Para obter o selo FSC, o chamado Selo Verde, as empresas precisam preencher uma série de exigências. Os últimos dados divulgados pela Associação dos Produtores Florestais Certificados da Amazônia (PFCA) indicam que o Brasil ocupa 44,20% do total de áreas certificadas na América Latina. São 3,5 milhões de hectares em 17 estados. A Bolívia vem atrás com 25,60%, depois o México e em terceiro lugar a Guatemala.

Leonardo Sobral, gerente de meio ambiente da Cikel Brasil Verde, explica que o fato de a empresa ser certificada conquista um importante espaço no mercado externo. São clientes que exigem a certificação mesmo que, em um primeiro momento, não paguem pela exigência. Mas oferecem uma garantia de contrato compensador. A qualidade do produto, as condições de trabalho e as estratégias de marketing da empresa são itens que contam pontos no processo da certificação florestal, que se caracteriza por ser um dos mais seguros instrumentos para abertura de portas e consolidação de mercado.

Título: Um Brasil com certificação

Subtítulo: A responsabilidade ambiental e social deve permear todos os setores da sociedade

Fonte: Gazeta mercantil Jornalista responsável: Karla Aharionan

Data: 18 de abril de 2004

Atores diferentes, um ponto em comum: a sustentabilidade. Banco, revenda de madeira, fabricante de brindes, indústria de cosméticos, exportadores, marcenaria, produtores comunitários, ONGs, governos, designers, indústria de celulose, de painéis reconstituídos. Todos juntos.

O ponto de intersecção entre tantos atores diferentes? A tal da sustentabilidade. A responsabilidade ambiental e social deve permear todos os setores da sociedade, da esfera individual à governamental, destacando o papel influenciador e transformador das empresas. Nos negócios que dependem diretamente de recursos naturais (fontes limitadas) ainda mais.

A própria instituição do ISE da Bovespa teve como principal alvo criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade moderna e estimular a responsabilidade ética das empresas. Dia desses um executivo sueco comprou uma grande extensão de terra na Floresta Amazônica para prevenir o desmatamento na área e está tentando convencer outros milionários a fazer o mesmo.

Para os pioneiros nas áreas citadas no início deste artigo, o slogan da campanha de conscientização criada pelo Grupo de Compradores de Produtos Florestais Certificados (GCPFC) é insofismável: "É possível conservar produzindo". São empresas que conquistaram o selo verde FSC (Forest Stewardship Council ¿ Conselho de Manejo Florestal) que garante que os recursos florestais (madeiras, óleos, frutos) utilizados em seus produtos foram manejados de forma sustentável, gerando empregos, alimentando a economia e permitindo que a floresta se regenere e continue a produzir. Além da certificação florestal, outro ponto importante é a certificação da cadeia de custódia, que garante que em todos os elos do produto florestal também foram respeitados os princípios da sustentabilidade. Por exemplo: o fruto do buriti (comunidade do Acre)/indústria de óleo (Croda)/cosmético (Natura)/consumidor. Outro exemplo: Floresta Amazônica (Cikel)/compensado (Fábrica Cikel)/loja (EcoLeo)/marcenaria (Piatan)/consumidor.

Um produto com o selo verde FSC é a garantia ao consumidor de que todos os elos foram certificados e são auditados anualmente.

Título: “Ministério pretende dobrar exportações”**Fonte: Folha de São Paulo****Data: 07 de novembro de 2004****Jornalista responsável: Cláudio Ângelo**

Apenas 14% da madeira extraída na região vai para o mercado externo; expectativa é chegar a 30% em dez anos

Um dos fatores responsáveis pelo alto grau de ilegalidade e dano ambiental da atividade madeireira na Amazônia é o tamanho do mercado interno: 86% de todas as árvores que são derrubadas nas florestas do Norte vão parar em casas e prédios de apartamentos do resto do Brasil, especialmente do Estado de São Paulo. Como se trata de um público mais interessado em preço baixo do que em sustentabilidade, os madeireiros clandestinos têm certeza de escoamento do produto. As exportações estão muito aquém do potencial nacional. Hoje, o país responde por apenas 4% da madeira consumida no mundo, e a maioria vem de florestas plantadas no Sul e no Sudeste. De toda a madeira extraída na Amazônia, só 14% vão parar no exterior _as empresas certificadas exportam quase toda a produção "Não tem como vender uma tora 100% certificada no mercado nacional. Ninguém paga", diz Manoel Pereira Dias. Juntamente com a mãe e oito irmãos, Dias é sócio da Cikel, a maior madeireira da Amazônia, que está caminhando para ter certificada 100% de toda a madeira que processa.O governo acha que as concessões elevarão as exportações. "Projetamos que 30% do produto serrado seria exportado quando o modelo estiver em pleno funcionamento", diz Tasso Azevedo, do Ministério do Meio Ambiente. Quanto isso se traduziria em receita bruta é difícil estimar. Hoje, o valor das exportações de madeira tropical da Amazônia está em torno de US\$ 500 milhões. Mas, com o aumento crescente na exportação de produto acabado (como pisos e esquadrias) em vez de madeira simplesmente serrada, as exportações estão se valorizando cerca de 30% ao ano. O aumento das exportações tem um outro efeito esperado: valorizar a madeira no mercado nacional e inibir o que os cientistas e os ambientalistas chamam de extração legal, mas predatória. A lei brasileira prevê esse tipo de origem de matéria-prima ao autorizar a abertura de 20% de cada propriedade rural na Amazônia para agricultura ou pasto. Os proprietários vendem as árvores a preço de banana para um madeireiro, e não raro autorizações de desmate de uma área são usadas para "esquentar" madeira extraída clandestinamente de outra. Ao aumentar o interesse pela exportação, o governo espera "elevar o nível" do manejo florestal para torná-lo mais competitivo com a madeira de desmate e a madeira ilegal dentro do Brasil."Assumindo que você não melhore a fiscalização e o controle, as concessões ampliam a oferta de madeira legalizada e isolam a bandidagem", afirma Adalberto Veríssimo, do Imazon. Outra projeção do ministério é que as concessões trarão uma arrecadação federal que a Amazônia da madeira ilegal nunca produziu. "Estima-se que, se chegássemos a um cenário mais provável, as florestas públicas no décimo ano gerariam R\$ 5,4 bilhões. Desse total, R\$ 1,5 bilhão seria em tributos", diz Azevedo.

Nos três textos faz-se nítida a abordagem otimista em relação à certificação florestal. No primeiro texto, Certificação florestal e Manejo Florestal Sustentável são tomados como sinônimos e o fato de o Brasil estar expandindo sua área certificada é considerado uma boa notícia. No segundo texto, empresas como a Cikel são reafirmadas como exemplos a serem seguidos, dado seu caráter “influenciador” e “transformador”.

Conforme argumentamos ao longo deste trabalho, os enunciados se constroem embasados pela memória discursiva acerca do conceito do “desenvolvimento sustentável”. Assim, expressões como “técnicas de baixo impacto ambiental”, “Responsabilidade social”, “Responsabilidade Ambiental”, “Sustentabilidade” são paráfrases que reforçam o *slogan* da campanha de conscientização criada pelo Grupo de Compradores de Produtos Florestais Certificados (GCPFC) “É possível conservar produzindo”.

Importante destacar que a função-autor do enunciador “Cikel” é representada principalmente por pelo menos duas vozes, que irão articular a relação poder-saber nos enunciados: a primeira voz do presidente da empresa, Manoel Dias, e a segunda de algum engenheiro florestal pertencente ao corpo técnico da empresa. Comumente, a segunda aparece endossando a primeira, como forma de conceder o saber técnico necessário para respaldar a prática florestal da empresa. As relações entre saber e poder são bem descritas por Foucault (1971). O autor argumenta que o saber tem como pressuposto a verdade e toda vontade de verdade já constitui, em si mesma, vontade de poder. Portanto, o poder não apenas reprime, mas também censura, exclui, recalca, mascara e abstrai.

Na terceira matéria, o consumidor do sul/sudeste aparece como o vilão, apenas interessado em preços baixos, e passa a ser um dos responsáveis por questões como o alto grau de ilegalidade e dano ambiental causados pela atividade madeireira na Amazônia. Diz o texto, “*como se trata de um público mais interessado em preço baixo do que em sustentabilidade, os madeireiros clandestinos têm certeza de escoamento do produto*”. A fala do diretor da Cikel só comprova isso “*Não tem como vender uma tora 100% certificada no mercado nacional. Ninguém paga*”. Obviamente, a questão do consumo é muito mais complexa e abrange outras variáveis além das preferências e escolhas do consumidor. Mais uma vez convoca-se vozes convergentes e gera-se um texto baseado em pressuposição.

A premissa básica do jornalismo de ouvir várias vozes, inclusive as conflituosas, é novamente ignorada. Aceita-se o argumento de fontes de que é melhor certificar e exportar para impedir a venda de madeira ilegal para o mercado interno e não procura-se ouvir especialistas contrários ao fato de que a produção madeireira vem sendo

trabalhada para exportação, o que na prática significa reservar o meio ambiente prioritariamente ao mercado externo.

A fala de Adalberto Veríssimo, do Imazon, “*Assumindo que você não melhora a fiscalização e o controle, as concessões ampliam a oferta de madeira legalizada e isola a bandidagem*”, é aceita como incontestável e, portanto, nenhum aprofundamento sobre a questão tão complexa da fiscalização, da grilagem de terras e do controle é feito. Importante destacar que as fontes providas de ONG’s renomadas adquiriram status de fontes incontestáveis - dignas de total confiabilidade. Segundo Bourdieu (1989, p.16), os discursos provenientes das instâncias detentoras saber se convertem em instrumentos de poder, uma vez que “podem instituir ou destituir visões de mundo, não pela linguagem em si, mas pelas competências e circunstâncias dos sujeitos, instituições, na apropriação dessa linguagem num dado momento histórico-social”.

Mas o aparente consenso sobre as vantagens e benefícios da certificação é rompido quando nos deparamos com as críticas de alguns especialistas sobre os aspectos econômicos que movem o processo. Zhouri (2006, p.14) argumenta que a tendência predominante tem se concentrado basicamente na certificação de florestas manejadas para o chamado “mercado verde” na Europa e nos EUA, em sintonia com o discurso hegemônico global sobre desenvolvimento sustentável. Segundo a socióloga, esse discurso globalizado inscreve sociedade e desenvolvimento numa categoria totalizadora e evolucionista de crescimento econômico, enquanto a “natureza” aparece como mera variável a ser “manejada” tecnicamente. “Tais tendências globais vêm se impondo sobre as pessoas, as sociedades e os meio ambientes”.

Em suma, o contradiscurso, aquele omitido nos enunciados midiáticos, afirma que a certificação não vai à direção correta, já que se concentra basicamente na maneira de devastar e depende de que os consumidores queiram comprar madeira certificada para que o sistema seja vitorioso, quando realmente se deveria tratar de reduzir o excessivo consumo de madeira no mundo. (PORTO-GONÇALVES, 2002, 2006; SILVA, 2006; ZHOURI, 2005).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Argumentamos, ao longo desta dissertação, que o modo como a comunicação é concebida por uma organização torna-se importante indicador de como se dá sua intervenção no espaço social e o seu nível de compromisso com os diversos atores sociais envolvidos.

Compreendida como processo de mediação intencional, a comunicação pode colaborar no debate necessário à construção de um desenvolvimento democrático e participativo. Entretanto, concluímos que, em determinadas situações, em especial na Amazônia, o debate tem cedido lugar ao discurso hegemônico, com a crença na “verdade” daqueles que protagonizam as relações de poder e saber. Dutra (2004) explica que essa correlação ideologia-hegemonia engendra-se por práticas discursivas que estabelecem uma lógica dicotômica que dá visibilidade aos recursos naturais e, ao mesmo tempo, promove a invisibilidade humana.

Por meio da análise de documentos oficiais, de materiais da mídia impressa e de entrevistas, constatamos que, no caso da Cikel, a comunicação tem se convertido em um instrumento de promoção institucional, limitando-se ao *marketing* verde. Embora declare adotar práticas de “Manejo Florestal Sustentável”, a madeireira não apresenta um programa de comunicação de longo prazo, o que implica desconhecimento sobre as comunidades supostamente beneficiadas, ausência de gestão co-participativa e uma interação débil com as mesmas. Vale lembrar que quando os condicionamentos sócio-culturais dos interlocutores são tolhidos do fazer comunicativo, este tenderá facilmente ao tecnicismo, em que os “[...]meios de comunicados às massas[...]” (FREIRE, 1969, p.72) são usados arbitrariamente para propaganda, para a manipulação e a invasão cultural.

Sendo assim, a comunicação da Cikel ainda não se desvencilhou de seu caráter instrumental e extensionista, visto que as ações são executadas de forma verticalizada, sem o devido planejamento e acompanhamento²⁵. As estratégias realizadas com vistas à mobilização social e à educação ambiental se converteram, na verdade, em atividades isoladas e pontuais sem uma idéia de totalidade e continuidade. Nem mesmo a exigência

²⁵ A Cikel, atendendo às recomendações da certificadora, contratou em 2007 uma jornalista, incumbida de responder pelas “ações comunicativas” da empresa, no entanto, isso não representou uma mudança estrutural no modo como a comunicação tem sido gerida na empresa.

“imposta” pelo FSC para que a empresa realize diagnósticos sócio-econômicos nas comunidades adjacentes às áreas certificadas foi atendida.

A tendência dos discursos empresariais é compor-se sob a tríade “economicamente viável, ecologicamente correto e socialmente justo”, uma vez que a “sustentabilidade” tornou-se objeto de diferenciação no mercado. Dentro dessa perspectiva mercadológica, nota-se a ausência de um ideal de comunicação mais abrangente, que relacione sustentabilidade também à promoção da qualidade de vida dos trabalhadores e interação-ação com as populações tradicionais circunvizinhas às empresas. Nesse sentido, *marketing* verde tem desempenhado importante papel na busca por reverter a concepção propagada no senso comum sobre a extração da madeira, sempre associada à degradação ambiental.

Nesse contexto, as empresas detentoras do “selo verde” procuram desenvolver estratégias comunicacionais amparadas nesse *marketing* ecológico, de modo a produzir uma imagem capaz de agregar competitividade, qualidade, confiabilidade e aceitação de seus produtos. O elenco de expressões como “bom manejo” (se há bom manejo, pressupõe-se que há o mau), “florestas bem manejada” (como seria a mal manejada?), “empresa ambientalmente responsável” (as outras são irresponsáveis do ponto de vista ambiental), “vocação da floresta” (que soa como um chamamento divino), “uso adequado de recursos naturais” são marcas discursivas que ajudam a construir o consenso que propala o corte seletivo de madeiras como a única forma de subsistência possível para a floresta.

Contudo, os discursos consoantes revelam que a boa imagem da Cikel não   produto somente de seu *marketing* verde; ela adv m, também, dos resultados decorrentes das modernas técnicas de manejo adotadas e do cumprimento às exigências legais em suas unidades. Contraditoriamente, o caráter diferenciado da empresa não se d  por ela ir além da legisla o ambiental – de acordo com o que a Agenda 21 propala como sendo o objetivo de iniciativas voluntárias como a certifica o - mas justamente por ela cumpri-la.

O estudo revelou ainda que alguns enunciados são prestigiados em detrimento a outros. Desse modo, o fato de a Cikel ainda apresentar áreas de explora o convencional (desprovidas de técnicas de manejo florestal) e outras destinadas   pecuária fazem parte

do repertório não-dizível e silenciado da madeireira. Destaca-se, assim, o valor dado à “utilização racional da floresta”, à “redução dos impactos ambientais” e às parcerias consolidadas, enfim, o seu caráter diferenciado ante a maioria das madeireiras. Por meio de estratégias enunciativas apropriadas conscientemente pelos falantes em jogo, a empresa tem conseguido legitimar a imagem do sujeito Cikel junto ao público receptor-consumidor. A grande parte dos discursos midiáticos analisados ilustram como o Grupo vem consolidando sua imagem de empresa-modelo, pertencente ao seletivo grupo das poucas empresas autorizadas a abraçar a causa da “exploração sem danos ao meio ambiente”.

Mesmo contando com a assessoria de organizações não-governamentais e governamentais, a Cikel não possui nenhuma iniciativa concreta que encoraje as comunidades a comercializar os produtos florestais não-madeireiros. Tampouco há o incentivo de tornar essas comunidades mais pró-ativas e co-responsáveis no processo de elaboração de diretrizes no uso dos recursos florestais das áreas manejadas. Na verdade, as parcerias são estabelecidas muito mais no sentido de oferecerem o devido suporte técnico à empresa em troca de fundos para pesquisa e outros recursos materiais.

Alavalapati & Zarin (2005), chamam a atenção para um fato que representa um verdadeiro desafio para o sucesso na formulação de políticas de desenvolvimento sustentável. De acordo com os estudiosos, muitas vezes os manejadores podem ver na participação comunitária uma ameaça ao seu poder de custódia. E vão além ao dizer que grupos de indústrias florestais ricas em recursos, agências responsáveis pela implementação das políticas governamentais e formuladores de política têm tradicionalmente apoiado suas ações de forma recíproca para adquirirem vantagens mútuas pelo desenvolvimento de um “triângulo de ferro” que se opõe à implementação de políticas que poderiam ter impactos negativos sobre a lucratividade da indústria privada.

Nesse sentido, ONG's, setores governamentais, universidades e organismos econômicos formam alianças na busca por legitimar a hegemonia em torno do "É possível conservar produzindo". As relações de poder revelam a ideologia “manejeira” do atual discurso sobre “desenvolvimento sustentável”, desta racionalidade promovida por engenheiros florestais, em convivência com ambientalistas e governos. Nos discursos em jogo, prevalece a lógica hegemônica, mercantil e tecnicista que concede primazia ao

“economicamente viável”. Assim, as práticas de uma empresa podem ser “sustentáveis”, mesmo se ela desconsidera culturas, valores e interesses locais, o importante é investir em tecnologias que garantam o uso eficiente da floresta, gerando divisas e aumentando exportações.

Isso nos conduz, inclusive, à antiga reflexão sobre o papel das universidades no estabelecimento de projetos de desenvolvimento local na Amazônia. Já fora dito que as práticas de Manejo Florestal Sustentável são em sua essência interdisciplinares, abarcam diferentes ciências em sua concepção. Todavia, o que se vê é a cooptação daqueles saberes mais diretamente aplicados às tecnologias de exploração. As universidades e institutos de pesquisas, tais como a Embrapa, estão, dessa forma, coniventes com um discurso de sustentabilidade que vem sendo arquitetado estrategicamente para preconizar aspectos técnicos, que, somente retardam o esgotamento dos recursos naturais, visando à máxima lucratividade.

A exploração racional, ou seja, aquela que atenua desperdícios e garante maior rentabilidade é a grande vantagem da certificação e se constitui em uma regularidade do discurso de grande parte dos pesquisadores entrevistados. Isso pode ser ilustrado pela fala de Paulo Contente de Barros, professor da Universidade Federal da Amazônia (UFRA). Vejamos:

As explorações madeireiras legais feitas sob o plano de manejo do IBAMA são extremamente predatórias, por isso, acredito que o manejo florestal bem conduzido e certificado é a única opção viável para a Amazônia. Sou favorável à certificação porque acredito que ela seja uma garantia de que a madeira foi explorada de forma racional, embora não haja garantia de que a exploração foi sustentável. Experiências como a Cikel apresentam falhas, mas são as menos piores.

Esse atual discurso do “desenvolvimento sustentável” é engendrado também pelos organismos governamentais, que passam a estimular a certificação e a elaborar leis que comprometem qualquer forma de sustentabilidade real²⁶. A pressão sobre um número reduzido de espécies continua, pois as árvores que as empresas exploram são aquelas

²⁶ Cabe lembrar que até 2005/2006 as empresas madeireiras eram obrigadas a inventariar todas as árvores comerciais acima de 35cm DAP (Diâmetro à Altura do Peito - é uma convenção para medir a árvore que em geral fica a 1,30m do solo). A partir daí, uma nova legislação passou a exigir que se inventariem somente aquelas árvores acima de 50cm, reduzindo o conhecimento acerca das espécies do sub-bosque (estrato arbóreo formado por árvores que não crescem muito em altura) e estimulando a ação exploratória sobre espécies mais rentáveis e já pressionadas. “No entanto, é no sub-bosque que ficam espécies que poderiam entrar no mercado e incrementar o volume obtido nas florestas”. (Gracialda Ferreira Costa, professora da UFRA).

que já têm mercado garantido como Ipê, Maçaranduba, Jatobá e outras, que inclusive compõem a lista de espécies ameaçadas. Hoje a Cikel consegue comercializá-las, pois atua em áreas de florestas nativas, mas isso não pode ser pensado numa perspectiva de longo prazo. Tomemos a fala de um representante do Ibama, em que se observa a confluência de interesses entre estes setores.

O Manejo Florestal Sustentável é a única forma para se explorar a madeira, não há outro caminho para preservar a Amazônia. A certificação FSC nada mais é que o cumprimento à risca da legislação brasileira, mas é o que mais se aproxima dessa forma sustentável de manejo. (...) A Cikel é um dos raríssimos exemplos a serem seguidos na Amazônia, mas é evidente que falta avançar no aspecto social. **Dennys Chrystian Pinto Pereira, analista ambiental do Ibama.**

Torna-se evidente que a certificação vem a preencher uma lacuna deixada pelos próprios órgãos governamentais, uma vez que ela implica, ao menos em nível teórico, a fiscalização e o cumprimento da legislação ambiental por parte das empresas. Assim, a certificação tem sido legitimada nos discursos governamentais, indicando uma relação recíproca entre *policy makers* e interesses empresariais. Isso corrobora, pois, o contradiscurso de que as leis da exploração estão sendo feitas para os madeireiros e não para as florestas.

Com base no que foi analisado, percebemos que a atual abordagem florestal tem se concentrado basicamente nas práticas madeireiras industriais voltadas para a exportação, como no caso do FSC e da Cikel. A busca pelo consenso multissetorial em torno de tais práticas vai de encontro aos apelos por justiça ambiental e social. Conforme assinala Zhouri (2006), o que se vê são as florestas reduzidas ao estatuto de “mercadoria para a sustentabilidade” do atual modelo econômico de acumulação e os chamados “povos da floresta” (indígenas, ribeirinhos, quilombolas, pequenos produtores e extrativistas, dentre outros) excluídos dos supostos benefícios sociais.

7. REFERÊNCIAS

AMARAL NETO, M.; CARNEIRO, M. **Certificação Florestal:** como aumentar a participação dos movimentos sociais e diminuir os impactos às comunidades. In: Dez anos trabalhando pela Agroecologia na Amazônia. GTNA. 2005.

AMARAL, P. *et al.* **Floresta para Sempre:** um Manual para Produção de Madeira na Amazônia. Belém: Imazon, 1998.

ÂNGELO, Sueli F. **Florestas Culturais:** Manejo sociocultural, territorialidades e sustentabilidade. Revista Agrária. São Paulo, N°3, pp. 3-15, 2006.

Associação Brasileira de Produtores de florestas Plantadas – ABRAF. **Estatísticas.** Disponível em: www.abraflor.org.br. Acesso em: 02 out 2007.

BACKER, P. de. **Gestão ambiental:** a administração verde. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente.** As estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

BARROS FILHO, C.; BARTOLOZZI, P. L. (colaborador) **Ética na Comunicação** – da informação ao receptor. São Paulo: Ed. Moderna, 2001.

BELTRÁN, L. R. **Investigación sobre comunicación em Latinoamérica.** La Paz, Plural, 2001.

BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral II.** Campinas, Unicamp, 1989.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade.** 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BORDENAVE, J. D; CARVALHO, M. de. **Comunicação e Planejamento.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa: Difel, 1989.

CAETANO, M. M. **Aspectos ambientais e trabalhistas da indústria madeireira amazônica:** o caso de Paragominas. 2004. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-

Graduação em Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém.

CARNEIRO, M. D. S. **A construção social do mercado de madeiras certificadas na Amazônia brasileira:** a atuação das ONGs ambientalistas e das empresas pioneiras. Soc. estado. vol.22 no.3 Brasília Sept./Dec. 2007

CASTELLS, M. **O Poder da identidade.** “A Era da Informação: economia, sociedade e cultura”. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CIKEL. **A Evolução do Processo de Certificação Florestal na Cikel Brasil Verde S.A.** Disponível no *website* www.cikel.com.br. Acesso em 20 set 2007.

COSTA, L. M. **Comunicação e Meio Ambiente:** a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA/NAEA), 2006.

DAGRON, A. G. **Tiempo de milagros:** tres retos de la comunicación para el cambio social. Centro de Competencia en Comunicación para América Latina Lima, 2006. Disponível no site: <http://www.c3fes.net/docs/sincomunicacion1.pdf>

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho:** estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez-Oboré, 1987. 163p.

DUTRA, M. J. S. **O Pará dividido.** Belém: NAEA/UFPA, 1999.

_____. **A redescoberta midiática da Amazônia:** Sedutoras reiteraões dos discursos sobre a natureza. Tese para obtenção de título de doutor no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – Universidade Federal do Pará- Belém, 2004.

FARIA, A. - **Terceirização:** um desafio para o movimento sindical. In: Martins, H. de S. RAMALHO, J.S. (org.). Terceirização – diversidade e negociação no mundo do trabalho. São Paulo : Hucitec/Cedi/Nets, 1994 p. 41-61.

FOUCAULT. M. **A ordem do discurso.** 12ª ed. São Paulo:Edições Loyolas,1996 (1971).

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal.1979.

_____. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Editora Martins Fontes. 1999.

FRANÇA, V. **Paradigmas da Comunicação**: conhecer o quê? Ciberlegenda. Número 5, 2001. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense - PPGCOM/UFF. Disponível em <<http://www.uff.br/ciberlegenda>>, acesso em 08/09/2007.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. 93p.

FSC Brasil. 2005. **Florestas Certificadas pelo FSC no Brasil**. Disponível em <www.fsc.org.br>, acesso em 26/08/2007.

_____. FSC Critério. Disponível em <www.fsc.org.br>, acesso em 19/07/2007.

Fundação Floresta Tropical. **Relatório das atividades ano de 2003**. Belém, p. 19. 2004.

GONZAGA, C. A. M. **Marketing verde de produtos florestais: teoria e prática**. Floresta, Curitiba, PR, v. 35, n. 2, mai./ago. 2005.

GUIMARÃES, A. F. **Marketing verde e a propaganda ecológica: uma análise da estrutura da comunicação em anúncios impressos**. Tese de doutorado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA). 2006.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

HENRIQUES, M. S., BRAGA, C. S.; MAFRA, R. L. M. **Comunicação e Estratégias de Mobilização Social**. Belo Horizonte: Gênese, 2000.

KAIMOWITZ, D. *A sabedoria convencional sobre o manejo florestal sustentável e uma agenda florestal para comunidades pobres*. IN: ZARIN, D. J. et al (orgs) **As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?** São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IEB- Instituto Internacional de educação do Brasil). 2005.

KUNSCH, M.M.K. **Relações Públicas e Modernidade**. Novos paradigmas da comunicação organizacional. São Paulo: Summus, 1997.

LENTINI et al. **Fatos florestais da Amazônia**, 2005. Belém: Imazon, 2005.

- MATTELART, A. **Comunicacion y Nueva Hegemonia**. Celadec. Lima.1981.
- MAY, P. **Certificação florestal no Brasil: valorização comercial e ambiental**. Washington, D.C.: Consumers' Choice Council. 2002.
- MAY, P.; VEIGA NETO, F.C. **Barreiras à certificação na Amazônia Brasileira: a importância dos custos**. Brasília: Pró-Natura, IIED, GTZ, 2002.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2ª edição, 1993.
- _____. **Termos-chave da Análise do Discurso**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2006.
- MIRANDA, C. R. **Ataque ao mundo do trabalho: terceirização e seus reflexos na segurança e saúde do trabalhador** Disponível em <<http://www.saudeetrabalho.com.br/download/ataque-miranda.doc>>, acesso em 5 de maio de 2008.
- NEPSTAD, D. *et. al.* **Governando a indústria madeireira na Amazônia**. In: **As florestas produtivas nos neotrópicos**. Conservação por meio do manejo sustentável? Zarin, Daniel J et. Al. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IEB – Instituto de Educação do Brasil, 2005.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2000.
- PADOVAN, M. P. **Certificação de unidades de conservação**. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2003.
- PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes. 1990.
- PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PICHELLI, K. R. **Comunicação e mobilização social em assentamentos rurais**. Embrapa Florestas, Universidade Metodista de São Paulo. 2006.
- PINTO, M. J. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos**. São Paulo: Hackers Editores.1999.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des) caminhos do meio-ambiente**. São Paulo, Contexto, 2002.

_____ **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

RABELO, Desireé.C. **Comunicação e mobilização social na Agenda 21 local**. Vitória: Edufes/Facitec, 2003.

RICOEUR, P. **Teoria da Interpretação**. Biblioteca de Filosofia Contemporânea, Lisboa: Edições 70, 1976.

SABOGAL, C. *et al.* **Manejo florestal empresarial na Amazônia brasileira**. Belém: Cifor, 2006.

SBARRA, M. H. **Observação incorporada e Análise do discurso no contexto da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2007.

SCIENTIFIC CERTIFICATION SYSTEMS (SCS). **Sumário público**: avaliação de certificação do manejo das florestas naturais da Cikel Brasil verde S.A, Fazenda Rio Capim, Paragominas, 2001.

_____ **Sumário público**: avaliação de certificação do manejo das florestas naturais da Cikel Brasil verde S.A, Fazenda Jutaituba, Portel, 2004.

SILVA, G. da. **O ambientalismo tardio**. A Amazônia como temática no jornalismo impresso paulista. Dissertação (Mestrado). Faculdade Cásper Líbero. Programa De Pós-Graduação e Mestrado em Comunicação. São Paulo, 2006.

SMERALDI, R. **Acertando o Alvo**: Consumo de madeira no mercado interno brasileiro e promoção da certificação florestal. Belém: Friends of the Earth-Amazon Program/Imazon/Imaflora, 1999.

_____ **Legalidade predatória**: o novo quadro da exploração madeireira na Amazônia. Friends of the Earth-Amazon Program. 2002. Disponível em <www.amazonia.org.br>, acesso em 5 de maio de 2007.

Sociedade Brasileira de Silvicultura, 2001. Anuário estatístico. Disponível em <www.sbs.org.br>, acesso em 10 de maio de 2007.

SOUSA, J. P. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. Porto. 2006. Disponível em <www.bocc.ubi.pt>, acesso em 8 de maio de 2007.

TORO, J. B.; WERNECK, N.M.D. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Brasília : Abeas , 1997.

_____. **A construção do público: cidadania, democracia e participação**. Rio de Janeiro: Senac Rio/X Brasil, 2005.

VERÍSSIMO, A; BARRETO, P. *Florestas Nacionais na Amazônia: oportunidades e desafios*. 2005. In: Zarin, D.; et. al.. (Orgs.). **As Florestas Produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável**. São Paulo: Peirópolis; Brasília: IEB. Pp 55-66.

VIANA, V. *et al.* (1995). “**O Manejo e a Certificação Florestal**” in Seminário sobre Manejo Florestal: Práticas, Problemas e Perspectivas, Cuiabá, 2000.

VINHA, V. da. **As empresas e o Desenvolvimento Sustentável: da Eco-Eficiência à Responsabilidade Social Corporativa**. In MAY, P. et al (orgs). *Economia do Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003 (pp173-196).

ZHOURI, A. **O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados**. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 139-169, jan./jun. 2006.

8. ANEXOS

8.1 ANEXO A: PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS (P&C) DO FSC

Princípio 1: Obediência às Leis e aos Princípios do FSC

O manejo florestal deve respeitar todas as leis aplicáveis ao país aonde opera, os tratados internacionais e acordos assinados por este país, e obedecer a todos os Princípios e Critérios do FSC.

1.1. O manejo florestal deve respeitar todas as leis nacionais e locais, bem como as exigências administrativas.

1.2. Devem ser pagos todos os encargos aplicáveis e legalmente exigidos como royalties, taxas, honorários e outros custos.

1.3. Nos países signatários devem ser respeitadas as cláusulas de todos os acordos internacionais acordados como o CITES (Convenção Internacional sobre a Comercialização de Espécies da Flora e da Fauna Ameaçadas de Extinção), a OIT (Organização Internacional do Trabalho), o ITTA (Acordo Internacional sobre Madeiras Tropicais) e a Convenção sobre Diversidade Biológica.

1.4. Visando a certificação, os certificadores e as outras partes envolvidas ou afetadas devem avaliar, caso a caso, os conflitos que porventura existam entre leis, regulamentações e os P&C do FSC.

1.5. Recomenda-se que as áreas de manejo florestal sejam protegidas de extração ilegal, assentamento e outras atividades não autorizadas.

1.6. Os responsáveis por áreas sob manejo florestal devem demonstrar um compromisso de longo prazo de adesão para com os P&C do FSC.

Princípio 2: Responsabilidades e direitos de posse e uso da terra.

Os direitos de posse e uso de longo prazo relativos à terra e aos recursos florestais devem ser claramente definidos, documentados e legalmente estabelecidos.

2.1. Deve ser demonstrada clara evidência quanto aos direitos de uso dos recursos florestais de longo prazo relativos à terra (p.ex.: título da terra, direitos costumários adquiridos ou contratos de arrendamento).

2.2. As comunidades locais com direitos legais e costumários de uso e de posse da terra devem manter controle sobre as atividades florestais, na extensão necessária para proteger seus direitos ou recursos, a menos que deleguem este controle a terceiros, de forma livre e consciente.

2.3. Devem ser adotados mecanismos apropriados para a resolução de disputas sobre reivindicações de posse e direitos de uso da terra. As circunstâncias e o

status de quaisquer disputas pendentes serão explicitamente consideradas na avaliação da certificação. Disputas de magnitude substancial, envolvendo um número significativo de interesses, normalmente irão desqualificar uma operação florestal de ser certificada.

Princípio 3: Direitos dos Povos Indígenas

Os direitos legais e costumários dos povos indígenas de possuir, usar e manejar suas terras, territórios e recursos devem ser reconhecidos e respeitados.

3.1. Os povos indígenas devem controlar as atividades de manejo florestal em suas terras e territórios a não ser que deleguem este controle de forma livre e consciente à terceiros.

3.2. As atividades de manejo florestal não devem ameaçar ou diminuir, seja direta ou indiretamente, os recursos ou direitos de posse dos povos indígenas.

3.3. Os locais de especial significado cultural, ecológico, econômico ou religioso para os povos indígenas devem ser claramente identificados em cooperação com estes povos, e reconhecidos e protegidos pelos responsáveis pelas áreas de manejo florestal.

3.4. Os povos indígenas devem ser recompensados pelo uso de seus conhecimentos tradicionais em relação ao uso de espécies florestais ou de sistemas de manejo aplicado às operações florestais. Esta recompensa deve ser formalmente aceita de forma livre e com o devido conhecimento e consentimento destes povos antes do início das operações florestais.

Princípio 4: Relações Comunitárias e Direitos dos Trabalhadores.

As atividades de manejo florestal devem manter ou ampliar o bem estar econômico e social de longo prazo dos trabalhadores florestais e das comunidades locais.

4.1. Recomenda-se que sejam dadas às comunidades inseridas ou adjacentes à área de manejo florestal oportunidades de emprego, treinamento e outros serviços.

4.2. Recomenda-se que o manejo florestal alcance ou exceda todas as leis aplicáveis e/ou regulamentações relacionadas à saúde e segurança dos trabalhadores e suas famílias.

4.3. Devem ser garantidos os direitos dos trabalhadores de se organizarem e voluntariamente negociarem com seus empregadores, conforme descrito nas Convenções 87 e 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

4.4. O planejamento e a implantação de operações de manejo florestal devem incorporar os resultados de avaliações de impacto social. Devem ser mantidos processos de consulta com as pessoas e grupos diretamente afetados pelas operações de planejamento.

4.5. Devem ser adotados mecanismos apropriados para resolver queixas e providenciar

compensações justas em caso de perdas ou danos que afetem os direitos legais ou costumários, a propriedade, os recursos, ou o meio de vida das populações locais. Devem ser tomadas medidas para evitar tais perdas ou danos.

Princípio 5: Benefícios da Floresta

As operações de manejo florestal devem incentivar o uso eficiente dos múltiplos produtos e serviços da floresta para assegurar a viabilidade econômica e uma grande gama de benefícios ambientais e sociais.

5.1. Recomenda-se que o manejo florestal se esforce rumo à viabilidade econômica, ao mesmo tempo que leve em conta todos os custos de ordem ambiental, social e operacional da produção, e assegure os investimentos necessários para manter a produtividade ecológica da floresta.

5.2. Recomenda-se que o manejo florestal e as operações de comercialização estimulem a otimização de uso e o processamento local da diversidade de produtos da floresta.

5.3. Recomenda-se que o manejo florestal minimize o desperdício associado às operações de exploração florestal e de processamento no local e evite danos a outros recursos florestais.

5.4. Recomenda-se que o manejo florestal se esforce para fortalecer e diversificar a economia local, evitando a dependência a um único produto florestal.

5.5. As operações de manejo florestal devem reconhecer, manter, e onde for apropriado, ampliar o valor dos recursos florestais e dos serviços da floresta, como as bacias hidrográficas e os recursos pesqueiros.

5.6. Os níveis de colheita dos produtos florestais não deve exceder os patamares de forma que possam ser permanentemente sustentados.

Princípio 6: Impacto Ambiental

O manejo florestal deve conservar a diversidade ecológica e seus valores associados, os recursos hídricos, os solos, e os ecossistemas e paisagens frágeis e singulares, e ao assim atuar, manter as funções ecológicas e a integridade da floresta.

6.1. A avaliação dos impactos ambientais deve ser realizada - de acordo com a escala, a intensidade do manejo florestal e o caráter único dos recursos afetados - e adequadamente integrada aos sistemas de manejo. As avaliações devem incluir considerações ao nível da paisagem, como também os impactos das unidades de processamento no local. Os impactos ambientais devem ser avaliados antes do início das atividades que possam causar distúrbios.

6.2. Devem existir salvaguardas para proteger as espécies raras, as ameaçadas e as em perigo de extinção, bem como seus habitats (p.ex.: ninhos e áreas de alimentação).

Devem ser estabelecidas zonas de conservação e de proteção de acordo com a escala e a intensidade do manejo florestal e a singularidade dos recursos afetados. As atividades inapropriadas de caça, pesca, uso de armadilhas e coletas de espécimes florestais devem ser controladas.

6.3. Os valores e as funções ecológicas vitais devem ser mantidos intactos, aumentados, ou restaurados, incluindo:

- a) a regeneração e a sucessão natural da floresta,
- b) a diversidade genética, a diversidade das espécies e do ecossistema,
- c) os ciclos naturais que afetam a produtividade do ecossistema florestal.

6.4. As amostras representativas dos ecossistemas existentes dentro da paisagem natural devem ser protegidas em seu estado natural e plotadas em mapas, apropriadas à escala e à intensidade das atividades de manejo florestal e segundo a peculiaridade dos recursos afetados.

6.5. Devem ser preparadas e implementadas orientações por escrito para controlar a erosão, minimizar os danos à floresta durante a exploração, a construção de estradas e todos os outros distúrbios de ordem mecânica; e proteger os recursos hídricos.

6.6. Os sistemas de manejo devem promover o desenvolvimento e a adoção de métodos não-químicos e ambientalmente adequados de controle de pragas, e se esforçarem para evitar o uso de pesticidas químicos. Devem ser proibidos pesticidas classificados pela Organização Mundial de Saúde (WHO) como tipos 1A e 1B e pesticidas à base de hidrocarbonetos clorados; pesticidas persistentes, tóxicos ou aqueles cujos derivados permanecem biologicamente ativos e são cumulativos na cadeia alimentar para além dos estágios desejados quanto ao seu uso; como também quaisquer pesticidas banidos por acordos internacionais. Se forem utilizados produtos químicos, deve ser providenciado o uso de equipamento e treinamento apropriados para a minimização de riscos para a saúde e o meio ambiente.

6.7. Os produtos químicos, vasilhames, resíduos não-orgânicos líquidos e sólidos, incluindo combustível e óleos lubrificantes, devem ser descartados de forma ambientalmente apropriada, em local adequado.

6.8. O uso de agentes de controle biológico deve ser documentado, minimizado, monitorado e criteriosamente controlado de acordo com as leis nacionais e protocolos científicos internacionalmente aceitos. É proibido o uso de organismos geneticamente modificados.

6.9. O uso de espécies exóticas deve ser cuidadosamente controlado e ativamente monitorado para evitar impactos ecológicos adversos.

6.10. Não deve ocorrer a conversão florestal para plantações florestais ou para usos não-florestais da terra, exceto em circunstâncias onde a conversão:

- a) representa uma porção muito limitada da unidade de manejo florestal; e
- b) não ocorre em áreas de florestas de alto valor de conservação, e
- c) possibilitará benefícios de conservação claros, substanciais, adicionais, seguros e de longo prazo por toda a unidade de manejo florestal

Princípio 7: Plano de Manejo

Um plano de manejo - apropriado à escala e intensidade das operações propostas - deve ser escrito, implementado e atualizado. Os objetivos de longo prazo do manejo florestal e os meios para atingi-los devem ser claramente definidos.

1 O plano de manejo e a documentação pertinente devem fornecer:

- a) os objetivos do manejo,
- b) a descrição dos recursos florestais a serem manejados, as limitações ambientais, uso da terra e a situação fundiária, as condições sócio-econômicas e um perfil das áreas adjacentes,
- c) a descrição do sistema silvicultural e/ou de outro sistema de manejo, baseado nas características ecológicas da floresta em questão e nas informações coletadas através de inventários florestais,
- d) a justificativa para as taxas anuais de exploração e para a seleção de espécies,
- e) os mecanismos para o monitoramento do crescimento e da dinâmica da floresta,
- f) as salvaguardas ambientais baseadas em avaliações ambientais,
- g) planos para a identificação e proteção de espécies raras, ameaçadas e em perigo de extinção,
- h) mapas descrevendo a base dos recursos florestais, incluindo áreas protegidas, as atividades de manejo planejadas e a situação fundiária das terras,
- i) descrição e justificativa das técnicas de exploração escolhidas e dos equipamentos a ser utilizados.

7.2. O plano de manejo deve ser revisado periodicamente para incorporar os resultados do monitoramento ou de novas informações científicas e técnicas, como também para responder à mudanças nas circunstâncias ambientais, sociais e econômicas.

7.3. Os trabalhadores florestais devem receber treinamento e supervisão adequados para assegurar a implementação correta dos planos de manejo.

7.4. Mesmo respeitando a confidencialidade de informação, os responsáveis pelo manejo florestal devem tornar disponível ao público um resumo dos elementos principais do plano de manejo, incluindo aqueles listados no Critério 7.1.

Princípio 8: Monitoramento e Avaliação

O monitoramento deve ser conduzido - apropriado à escala e à intensidade do manejo florestal - para que sejam avaliados a condição da floresta, o rendimento dos produtos florestais, a cadeia de custódia, as atividades de manejo e seus impactos ambientais e sociais.

8.1. Recomenda-se que a frequência e a intensidade de monitoramento sejam determinadas pela escala e intensidade das operações de manejo florestal, como também pela relativa complexidade e fragilidade do ambiente afetado. Os procedimentos de monitoramento sejam consistentes e reaplicáveis ao longo do tempo para permitirem a comparação de resultados e a avaliação das mudanças.

8.2. Recomenda-se que o manejo florestal inclua a pesquisa e a coleta de dados necessárias para monitorar, no mínimo possível, os seguintes indicadores:

- a) o rendimento de todos os produtos florestais colhidos.
- b) as taxas de crescimento, a regeneração e condição da floresta.
- c) a composição e as mudanças observadas na fauna e flora.
- d) os impactos ambientais e sociais da colheita e outras atividades.
- e) os custos, a produtividade e a eficiência do manejo florestal.

8.3. O responsável pelo manejo florestal deve providenciar a documentação necessária para que as organizações de monitoramento e certificação possam rastrear cada produto da floresta desde a origem. Este processo é conhecido como "cadeia de custódia".

8.4. Os resultados do monitoramento devem ser incorporados na implementação e revisão do plano de manejo.

8.5. Mesmo respeitando a confidencialidade de informação, os responsáveis pelo manejo florestal devem tornar disponível ao público um resumo dos resultados dos indicadores de monitoramento, incluindo aqueles listados no Critério 8.2.

Princípio Nº 9 - Manutenção de Florestas de Alto Valor de Conservação

As atividades em manejo de florestas de alto valor de conservação devem manter ou ampliar os atributos que definem estas florestas. Decisões relacionadas à florestas de alto valor de conservação devem sempre ser consideradas no contexto de uma abordagem precautória.

9.1. A avaliação para determinar a presença de atributos consistentes com Florestas de Alto Valor de Conservação será realizada de forma apropriada à escala e à intensidade do manejo florestal.

9.2. A etapa consultiva do processo de certificação deve dar ênfase aos atributos de conservação identificados, e as opções para a sua manutenção.

9.3. O plano de manejo deve incluir e implementar medidas específicas que assegurem a manutenção e/ou ampliação dos atributos de conservação aplicáveis consistentes com a abordagem precautória. Tais medidas devem ser especificamente incluídas no resumo do plano de manejo disponível ao público.

9.4. O monitoramento anual deve ser conduzido para avaliar a eficácia das medidas empregadas para manter ou incrementar os atributos de conservação aplicáveis.

Princípio 10: Plantações

As plantações devem ser planejadas e manejadas de acordo com os Princípios e Critérios de 1 a 9 e o Princípio 10 e seus Critérios. Considerando que as plantações podem proporcionar um leque de benefícios sociais e econômicos, e contribuir para

satisfazer as necessidades globais por produtos florestais, recomenda-se que elas complementem o manejo, reduzam as pressões, e promovam a restauração e conservação das florestas naturais.

10.1. Os objetivos do manejo da plantação florestal, incluindo os objetivos de conservação e restauração da floresta natural, devem estar explícitos no plano de manejo, e claramente demonstrados na implementação do plano.

10.2. Recomenda-se que a configuração e a disposição física das plantações florestais promovam a proteção, a restauração e a conservação de florestas naturais, e não aumentem pressões sobre as mesmas. Corredores para a vida silvestre, matas ciliares e um mosaico de talhões de diferentes idades e períodos de rotação devem ser utilizados no delineamento da plantação, consistentes com a escala da operação. A escala e a disposição dos talhões dos plantios devem ser consistentes com os padrões da floresta natural da região encontrados na paisagem natural.

10.3 É preferível a diversidade na composição das plantações florestais, a fim de ampliar a estabilidade econômica, ecológica e social. Esta diversidade pode incluir o tamanho e a distribuição espacial das unidades de manejo dentro da paisagem natural, o número e a composição genética das espécies, as classes de idade e as estruturas.

10.4. A seleção das espécies para o plantio em plantações florestais deve estar baseada na total adequação das espécies ao local e sua conformidade aos objetivos do plano de manejo. Visando ampliar a conservação da diversidade biológica, as espécies nativas são preferíveis às exóticas no estabelecimento de plantações florestais e na recomposição de ecossistemas degradados. As espécies exóticas, que devem ser usadas apenas quando o seu desempenho for maior que o das espécies nativas, devem ser cuidadosamente monitoradas a fim de se detectar taxas de mortalidade anormais, doenças, ou aumento da população de insetos e impactos ecológicos adversos.

10.5 Uma proporção da área total de manejo florestal, apropriada à escala da plantação florestal e a ser determinada nos padrões regionais, deve ser manejada a fim de restaurar o local à cobertura florestal natural.

10.6 Devem ser tomadas medidas visando manter ou melhorar a estrutura, a fertilidade, e a atividade biológica do solo. As técnicas e taxas de exploração florestal, a construção e manutenção de estradas e trilhas de arraste, e a escolha de espécies não podem resultar na degradação do solo a longo prazo ou em impactos adversos na quantidade e qualidade da água ou em alterações significativas dos cursos de drenagem dos cursos d'água.

10.7 Devem ser tomadas medidas para prevenir e minimizar o aparecimento de pragas, doenças, ocorrências de incêndio e a introdução de plantas invasoras. O manejo integrado de pragas deve constituir uma parte essencial do plano de manejo, com principal ênfase na prevenção e em métodos de controle biológico em lugar de pesticidas e fertilizantes químicos. Recomenda-se que no manejo de plantações florestais seja feito o possível para afastar o uso de pesticidas químicos e fertilizantes, incluindo o seu uso em viveiros. O uso de agentes químicos é também abordado nos critérios 6.6 e 6.7.

10.8 Complementando os elementos definidos nos Princípios Nº 08, 06 e 04, o monitoramento de plantações florestais, apropriado à escala e à diversidade da

operação, deve incluir avaliação regular quanto aos potenciais impactos sociais e ecológicos dentro ou fora da área de plantação (p.ex., a regeneração natural, os efeitos sobre os recursos hídricos e sobre a fertilidade do solo e impactos na saúde e no bem estar social locais). Recomenda-se que nenhuma espécie seja plantada em larga escala até que ensaios e experimentos a nível local tenham demonstrado que a espécie esteja ecologicamente bem adaptada à área do plantio, não sendo invasora, e não apresentando impactos ecológicos negativos significativos sobre outros ecossistemas. Atenção especial será dada às questões sociais de aquisição de terra para plantações florestais, especialmente quanto à proteção de direitos locais de propriedade, de uso ou de acesso.

10.9. As plantações florestais estabelecidas em áreas de florestas naturais convertidas após novembro de 1994 normalmente não devem ser qualificadas para a certificação. A certificação pode ser permitida em circunstâncias nas quais há evidências suficientes submetidas à entidade certificadora de que o responsável pela unidade de manejo florestal/ proprietário não é responsável direta ou indiretamente por tal conversão.

Observações

1 Os membros fundadores e o Conselho de Diretores do FSC ratificaram os Princípios 1 a 9 em setembro de 2004.

2 Os membros fundadores e o Conselho de Diretores do FSC ratificaram o Princípio 10 em fevereiro de 1996.

3 A revisão do Princípio 9 e a adição dos Critérios 6.10 e 10.9 foram ratificadas pelos membros do FSC e seu Conselho de Diretores em janeiro de 1999.

4 A definição do Princípio da Precaução (Precautionary Approach) foi ratificada durante a Assembléia Geral do FSC em junho de 1999.

8.2 ANEXO B: ENTREVISTADOS

Karen dos Anjos, jornalista

Wandreia Baitz, Engenheira florestal

Josué Evandro Ferreira, Engenheira florestal

Farid Pinhero Abdul Massih, Engenheiro Florestal

Manuel Amaral Neto, Engenheiro Agrônomo

Dennys Chrystian Pinto Pereira, Engenheiro Florestal

Paulo Luiz Contente de Barros, Engenheiro Florestal

Rodolfo Gadelha de Sousa, Engenheiro Ambiental

Lúcio Flávio Pinto jornalista

Carlos Mendes Jornalista

Ruth Rendeiro Jornalista

Gracialda Ferreira Costa, engenheira florestal

Noemi Porro , socióloga

Everaldo de Almeida, engenheiro agrônomo, doutorando do Naea.

8.3 ANEXO C: QUADRO DAS MATERIAS ANALISADAS

Matérias analisadas			
Título	Fonte	Responsável	Data
PF liberta 35 homens de trabalho escravo no Pará	O Estado de São Paulo	Carlos Mendes	07 de junho de 2005
Cikel é multada pela DRT por trabalho degradante	O Liberal	Carlos Mendes	07 de junho de 2005
DRT liberta trabalhadores em regime de semi-escravidão em Paragominas	O Liberal	Carlos Mendes	08 de junho de 2005
Direito de resposta da Cikel	O Liberal	Diretoria da Cikel Brasil Verde	16 de junho de 2005
Projeto da Cikel vai ganhar selo verde do FSC no dia 7	Gazeta Mercantil	Silvia Hiromi Fujiyoshi	03 de maio de 2001
Cikel recebe selo verde pela maior área de floresta nativa”	Gazeta Mercantil	Silvia Hiromi Fujiyoshi	08 de maio de 2001
Selo garante novos mercados	O Liberal		08 de maio de 2001
Tribunal pára doação de mogno ilegal	O Liberal	Jaqueline Almeida	07 de junho de 2004
Mogno apreendido na Amazônia quebra paradigmas históricos	O Estado de Tapajós	Ruth Rendeiro	09 de julho de 2004
Ministério Público diz que áreas indígenas precisam ser desocupadas	O Liberal		13 de julho de 2006
Ribeirinhos querem a posse das terras	O Liberal	Carlos Mendes	10 de março de 2008
Brasil sobe no ranking da certificação florestal	O Liberal		27 de março de 2006
Um Brasil com certificação	Gazeta mercantil	Karla Aharionan	18 de abril de 2004
Ministério pretende dobrar exportações	Folha de São Paulo	Cláudio Ângelo	07 de novembro de 2004